

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 18 de Maio de 2007

Número 96

ÍNDICE

PARTE J

2.º SUPLEMENTO

Central — Banco de Investimento, S. A.

Relatório n.º 3-A/2007:

Contas de 2003 13 458-(6)

DB Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A.

Relatório n.º 3-B/2007:

Contas de 1993 13 458-(44)

Sopete — Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S. A.

Relatório n.º 3-C/2007:

Contas de 1993 13 458-(50)



PARTE J

CENTRAL — BANCO DE INVESTIMENTO, S. A.

Relatório n.º 3-A/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 4579; identificação de pessoa n.º 502220570; data da apresentação: 28 de Abril de 2004.

Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que, foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas individuais e consolidadas do ano de 2003, cuja publicação se pretende na íntegra.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 12 de Agosto de 2005. — A Ajudante Principal, *Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: João Ramos.

Vice-presidente: José Manuel de Almeida Archer.

Secretários:

Augusto Aguiar Branco.

João Francisco Justino.

Conselho consultivo:

Mário Dúlio de Oliveira Negrão (a).

Manuel Nunes de Barros.

João Ramos.

Maria Júlia de Almeida Rocha em representação da accionista Caixa-Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo CRL.

Conselho de administração:

Presidente: Mário Dúlio de Oliveira Negrão (a).

Vogais:

Eduardo Augusto Pombo Martins.

Sérgio Manuel Alves Contreiras.

Conselho fiscal:

Presidente: Manuel Nunes de Barros.

Vice-presidente: Joaquim Vital Rosa.

Vogal: Carlos Teixeira & Noé Gomes, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Noé Gonçalves Gomes.

Vogal suplente: Carlos Teixeira & Noé Gomes, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Carlos Manuel Duarte Teixeira.

(a) O Dr. Manuel João Meira Fernandes apresentou, já no decorrer do exercício de 2004, a sua renúncia ao cargo que vinha desempenhando, tendo o conselho de administração em funções designado, por cooptação, em 12 de Fevereiro de 2004, o Dr. Mário Dúlio de Oliveira Negrão que assim passou a exercer as funções de presidente do conselho de administração da sociedade.

Relatório do conselho de administração

Nos termos da Lei e em conformidade com o contrato de sociedade, vem o conselho de administração do Central — Banco de Investimento, S. A. — adiante, CBI ou a Sociedade — submeter à assembleia geral de accionistas o relatório da gestão e as contas respeitantes ao exercício de 2003.

Enquadramento geral

No sentido de obter maior fidelidade e clareza na imagem e apreciação da situação do CBI e das suas participadas, os relatórios de gestão, individuais e consolidados, correspondem a um único documento, o qual observa, nos dois planos, os necessários requisitos de exposição da evolução dos negócios, situação e perspectivas das diversas sociedades nas diferentes vertentes da actividade desenvolvida.

A actividade do CBI, no exercício de 2003, ficou marcada por importantes alterações decorrentes do agravamento da sua situação financeira e patrimonial, resultante da exploração extremamente deficitária que se vinha verificando desde 2001.

Com efeito, a acumulação de resultados negativos conduziu a que, no final de 2002, a situação líquida do CBI se encontrasse reduzida a 1 840 734 euros, colocando em causa o futuro da sociedade.

É neste quadro que deverá entender-se a deliberação tomada em assembleia geral, de 24 de Abril de 2003, que aprovou uma proposta de alienação de todos os activos e passivos do CBI à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., — adiante, CCCAM —, pelo preço global de 13 500 000 euros, valor equivalente a 1 euro por acção. Pretendia-se, deste modo, honrar as responsabilidades da instituição e minimizar o impacto da sua evolução patrimonial sobre os seus accionistas. A assembleia geral procedeu, ainda, à recomposição e substituição dos membros do conselho de administração e do presidente do conselho fiscal, por renúncia dos anteriores titulares.

Na sequência do processo de contra-ordenação instaurado pelo Banco de Portugal, o CBI foi notificado, em 18 de Novembro de 2003, de que lhe havia sido aplicada uma sanção pecuniária, no valor de 380 milhares de euros, mas cuja execução ficou suspensa por um período de dois anos, não dando, por isso, origem à constituição de provisão.

Atendendo às condicionantes supra-referidas, as operações correntemente desenvolvidas ficaram dependentes do apoio do accionista de referência CCCAM, o qual, em articulação com as autoridades de supervisão, definiu uma estratégia de reorganização das actividades, visando a sua integração no seio do Grupo Crédito Agrícola, com ênfase particular nas áreas de corretagem e de gestão de activos, que constituirão áreas autónomas de negócio, conforme descrito no capítulo seguinte.

Adicionalmente, o apoio da CCCAM permitiu, apesar dos fortes condicionalismos anteriormente referidos, assegurar a continuidade das operações com os clientes e o estrito cumprimento de todas as responsabilidades contratuais e financeiras, quer por parte do CBI, quer por parte das suas participadas, ao mesmo tempo que se promoveram as primeiras medidas tendentes ao reforço do controlo interno, à contenção dos custos de funcionamento, à limitação de riscos e exposições e à alienação de activos, designadamente das instalações do Porto e das situadas na Avenida Miguel Bombarda, em Lisboa.

Actividades desenvolvidas

Tendo em conta os constrangimentos observados em 2003, anteriormente referidos, a actividade do CBI foi orientada de acordo com os seguintes princípios:

Integral respeito das responsabilidades assumidas perante os clientes, o mercado e o sistema financeiro;

Contenção de custos, apertado controlo interno e redução da exposição ao risco, quer no que respeita ao CBI, quer no que se refere às sociedades suas participadas;

Reestruturação da actividade do CBI e das suas sociedades participadas, tendo em vista a redefinição estratégica, institucional e operacional das actividades de intermediação de valores mobiliários, de gestão de activos de clientes e de assessoria financeira especializada.

Após análise da situação actual e das perspectivas futuras do CBI e das suas participadas, em estrita colaboração com o accionista Caixa Central, decidiu-se apostar na continuação e rentabilização das áreas de corretagem, de gestão de activos e de assessoria financeira especializada, inserindo-as num novo contexto orgânico.

Assim, no que respeita à actividade de gestão de activos, a NCO — Gestão de Patrimónios, sociedade especializada integralmente detida pelo CBI passou, a partir do último trimestre de 2003, a ser a entidade responsável pela prestação dos serviços de gestão de activos a todos os clientes do grupo, registando em 2003 o primeiro exercício com resultados positivos de exploração.

Na área da corretagem, destaca-se a evolução favorável da NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, a qual registou uma evolução positiva, geradora de valor, para o que contribuiu a recuperação dos mercados bolsista verificada a partir do final do primeiro trimestre. A sociedade continuou a prestar serviços de intermediação na bolsa nacional e nos mercados de Espanha, França e Alemanha, tendo vindo a constituir-se como *trading member* e *individual clearing member* do Euronext. De realçar igualmente que, nesta participada, se iniciou o processo de unificação do sistema informático de suporte à actividade e se procedeu aos ajustamentos operacionais que permitiram concluir com sucesso a migração para a plataforma de negociação do mercado à vista da Euronext Lisbon.

No tocante à área de assessoria financeira especializada, salienta-se que, apesar da conjuntura económica muito desfavorável, prosseguiu o esforço de consolidação da prestação de serviços de consultoria financeira, tanto a empresas como ao Estado, tendo a sua intervenção abrangido a área normalmente designada por *corporate finance*, englobando a acessória em fusões e aquisições, a avaliação financeira de empresas e a assessoria financeira, tendo sido realizados diversos

trabalhos junto de empresas dos sectores do comércio a retalho, produtos hospitalares, alimentos compostos, artes gráficas, energias renováveis e inertes. No que respeita à área de capital de desenvolvimento foi possível proceder à capitalização do FIQ Central-Frie, dotando-o com os meios necessários ao desenvolvimento da sua política de investimentos. Ao nível da prestação de serviços ao Estado, o CBI assessorou diversos organismos públicos no âmbito dos trabalhos de diversas comissões de apreciação de propostas de concursos públicos de concessões de equipamentos portuários e estradas.

A rede do investidor sustentou o nível de serviço prestado aos clientes dos estabelecimentos de Lisboa, Porto, Braga e Vila Real, do mesmo modo que foi possível manter, sem interrupções e com elevado padrão de qualidade, os serviços prestados a clientes relativamente a operações no mercado à vista e a prazo, bem como o registo e guarda dos valores mobiliários de terceiros que nos foram confiados.

Proseguiu-se uma política de contenção de custos correntes, garantindo-se, no entanto, em permanência, as condições mínimas de funcionamento susceptíveis de assegurar níveis adequados de controlo do risco operacional.

Principais indicadores e análise da performance

Síntese de indicadores

(Em milhares de euros)

	2003		2002		Variação em 2003-2002 (percentagem) (a)
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	
Activo total (líquido)	61 894	57 247	76 928	64 413	— 11,1
Títulos em carteira:					
De rendimento fixo	3 776	3 947	8 489	8 610	— 54,2
De rendimento variável	10 109	10 114	10 996	11 309	— 10,6
Participações	21 401	5 815	22 508	6 242	— 6,8
Imobilizado corpóreo e incorpóreo	8 938	9 157	11 337	11 687	— 21,6
Situação líquida	(2 767)	(2 482)	1 841	1 710	— 245,2
Margem financeira e dividendos recebidos	(423)	(18)	2 758	122	— 114,9
Margem complementar	2 686	3 888	1 178	3 085	26,0
Produto bancário	2 263	3 870	3 936	3 208	20,7
Custos de funcionamento	6 557	8 688	8 383	11 256	22,8
Cash-flow bruto	(2 153)	(2 342)	(81)	(115)	— 1941,1
Movimento de provisões (b)	(492)	260	(23 764)	(23 794)	101,1
Resultado líquido	(4 607)	(4 170)	(26 821)	(27 089)	84,6
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros:					
Futuros em mercado organizado	4 301	4 301	3 116	3 116	38,0
Opções em mercado de balcão	6 000	6 000	11 334	11 334	— 47,1
Número de colaboradores	40	67	56	87	— 23,0

(a) No âmbito consolidado.

(b) Reposições diminuídas das dotações.

No ano 2003, o resultado negativo do CBI atingiu 4170 milhares de euros no âmbito consolidado e 4607 milhares de euros em base individual.

Estes resultados reflectem, essencialmente, uma redução generalizada da actividade do CBI, não obstante o esforço efectuado de redução dos custos de estrutura face ao exercício anterior.

Apesar dos resultados líquidos negativos verificados observa-se uma evolução favorável da conta de exploração consolidada de 2003 quando comparada com a do ano anterior, patente, por um lado, no aumento do produto bancário de um valor de 3208 milhares de euros em 2002 para 3870 milhares de euros positivos em 2003 e, por outro, na diminuição dos custos de funcionamento em 22,8%.

Margem complementar

	2003		2002		Variação em 2003-2002 (percentagem) (a)
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	
Comissões (líquidas)	2 396	4 528	3 706	6 345	— 28,6
Corretagem:					
Futuros	195	195	319	319	— 38,9
Acções e obrigações	—	1 748	—	2 603	— 32,8
Serviços de assessoria financeira especializada	388	465	1 812	1 941	— 76,0
Custódia de títulos	839	840	632	632	32,9
Gestão de patrimónios	290	610	210	523	16,5

(Em milhares de euros)

	2003		2002		Variação em 2003-2002 (percentagem) (a)
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	
Depositário de fundos	546	546	360	363	50,3
Garantias prestadas	49	49	27	27	83,4
Participação e colocação	175	175	6	6	2 951,5
Outras comissões	(85)	(99)	340	(68)	— 45,6
Resultados em operações financeiras	289	(639)	(2 528)	(3 260)	80,4
Margem complementar	2 686	3 888	1 178	3 085	26,0

(a) No âmbito consolidado.

Boa parte da evolução favorável registada pelo produto bancário deveu-se ao comportamento positivo da margem complementar, resultante, por sua vez, do decréscimo muito significativo dos prejuízos em operações financeiras, na sequência da diminuição acentuada do nível de intervenção nos mercados financeiros. Em sentido oposto, registou-se uma diminuição da actividade, traduzida na descida generalizada das comissões recebidas, assumindo especial importância, pelo seu valor absoluto, a corretagem em acções e obrigações.

O aumento dos proveitos, nas rubricas relacionadas com a custódia e depositário de fundos, contribuíram para uma melhoria da margem complementar de 2003 face ao exercício de 2002.

A diminuição dos custos de funcionamento reflecte o esforço efectuado pelo CBI no sentido de adaptar a sua estrutura de custos aos actuais níveis de actividade. Observam-se, assim diminuições significativas nos custos com pessoal (— 21,6%) e nos fornecimentos e serviço de terceiros (— 14,8%), enquanto que as amortizações diminuíram 34,2% resultante da amortização dos investimentos realizados nos anos anteriores.

Custos de funcionamento

	2003		2002		Variação em 2003-2002 (percentagem) (a)
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	
Custos com pessoal	1 900	3 141	2 374	4 006	— 21,6
Fornecimentos e serviços de terceiros	2 560	3 384	2 948	3 970	— 14,8
Amortizações	1 954	2 074	2 960	3 154	— 34,2
Outros custos	143	90	101	126	— 28,6
Custos de funcionamento	6 557	8 688	8 383	11 256	— 22,8

(a) No âmbito consolidado.

Grupo CBI — empresas, actividades e elementos das demonstrações financeiras individuais

Empresa	Natureza da actividade	2003		2002	
		Activo (líquido)	Resultado líquido	Activo (líquido)	Resultado líquido
NCO Dealer, S. A.	Sociedade Financeira de Corretagem	26 559	354	18 426	1 958
NCO — Gestão de Patrimónios, S. A.	Sociedade Gestora de Patrimónios	505	96	441	(21)
C. I. — Prestação de Serviços	Prestação de Serviços	116	2	109	(7)
CBI — SGPS, L.ª	Sociedade Gestora de Participações Sociais	2 638	(12)	2 648	(34)
CBI Finance, Ltd.	Instituição Financeira	2 010	1	2 055	134
CBI Consulting, Ltd.	Prestação de Serviços	59	(4)	63	(5)

A análise dos resultados conseguidos pelas subsidiárias espelha a diminuição geral da actividade, destacando-se o desempenho obtido pela NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., cujo resultado está fortemente influenciado pelos proveitos extraordinários, no montante de 480 milhares de euros, resultantes reavaliação da participação na Euronext e de custos de natureza extraordinária com indemnizações contratuais, as quais ascenderam a 113 milhares de euros.

Recursos humanos

À semelhança do ocorrido no ano anterior, o ano de 2003 ficou marcado pela redução do número de colaboradores que, no âmbito consolidado, passou de 87 no final de 2002 para 67 no final de 2003. Em base individual, o quadro de colaboradores ascendia a 40 e 56 elementos no final de 2003 e 2002, respectivamente.

Colaboradores do CBI

Estrutura etária

	Individual		Consolidado	
	Colabo-radores	Percen-tagem	Colabo-radores	Percen-tagem
Até 20 anos	—	—	—	—
De 20 a 25 anos	—	—	2	3,0
De 25 a 30 anos	11	27,5	15	22,4

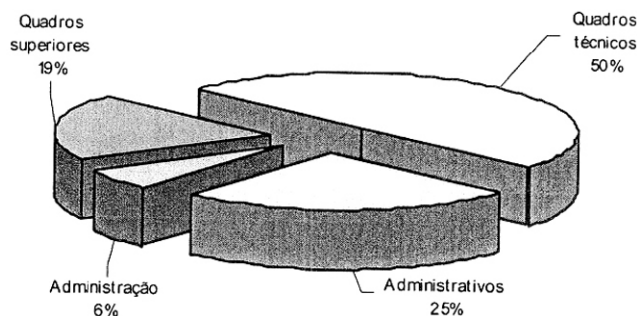
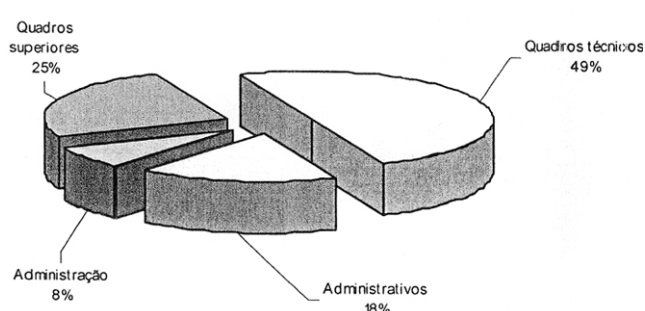
	Individual		Consolidado	
	Colabo- radores	Percen- tagem	Colabo- radores	Percen- tagem
De 30 a 35 anos	14	35,0	22	32,8
De 35 a 40 anos	5	12,5	13	19,4
Mais de 40 anos	10	25,0	15	22,4
	40	100,0	67	100,0

Em 2003, o quadro de colaboradores do CBI manteve as características, já manifestadas nos anos anteriores, de níveis académicos elevados e uma média etária baixa.

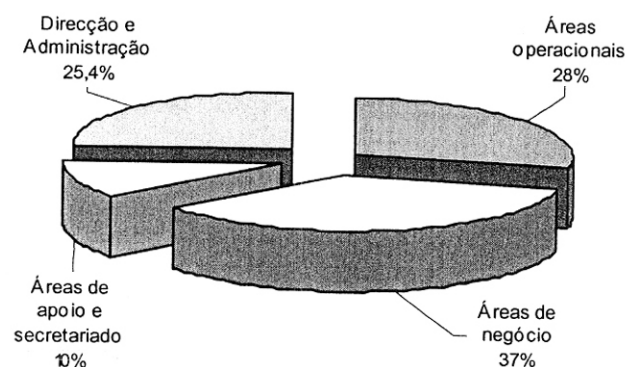
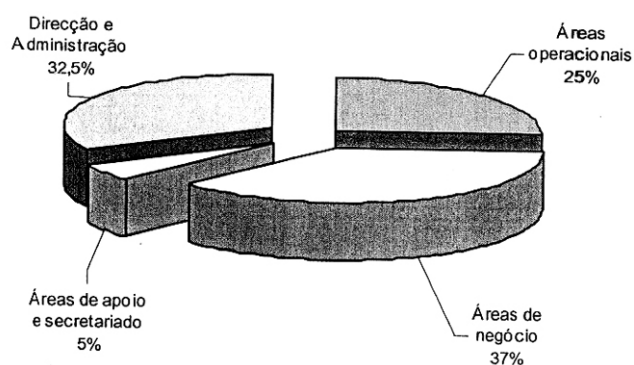
Habilitações académicas

	Individual		Consolidado	
	Colabo- radores	Percen- tagem	Colabo- radores	Percen- tagem
Curso superior ou graduação	32	80,0	45	67,2
12.º ano ou equivalente	7	17,5	18	26,9
Inferior ao 12.º ano	1	2,5	4	6,0
	40	100,0	67	100,0

Categorias profissionais



Área e funções



Aspectos institucionais

A assembleia geral realizada em 24 de Abril de 2003, na sequência da renúncia aos respectivos cargos dos anteriores titulares, procedeu à eleição, até ao termo do mandato, de novos membros do conselho de administração e do presidente do conselho fiscal.

Em 7 de Agosto de 2003, a Caixa Central anunciou o lançamento de uma oferta pública de aquisição da totalidade das acções do CBI, na sequência de, no dia 5 de Agosto imediatamente anterior, ter passado a deter acções que, no seu conjunto, ultrapassavam, simultaneamente, um terço e metade dos seus direitos de voto, nos termos do artigo 187.º do Código dos Valores Mobiliários.

A oferta pública de aquisição veio a realizar-se no período de 22 de Setembro a 3 de Outubro, tendo conferido à CCCAM 95,25% do total do capital social do CBI, seguindo-se a realização, em 7 de Novembro de 2003, da aquisição potestativa das restantes acções. Deste modo,

a CCCAM passou a ser o accionista único do CBI. Face à superveniência do domínio total, o CBI deixou de se qualificar enquanto sociedade aberta e, em 7 de Novembro de 2003, as acções representativas do seu capital social deixaram de se encontrar admitidas à cotação em bolsa.

O valor pago pelo oferente, correspondente ao preço unitário de 1 euro, foi assim equivalente ao valor proposto pela CCCAM para a aquisição da totalidade dos activos e passivos do CBI, aprovado na assembleia de 24 de Abril de 2003.

Na sequência desta alteração accionista foi igualmente recomposto o conselho consultivo, que para além dos membros por inerência de funções inclui um representante do accionista único.

Em 12 de Janeiro de 2004, o Dr. Manuel João Meira Fernandes apresentou, a sua renúncia ao cargo de presidente do conselho de administração, tendo sido substituído, por cooptação, em 12 de Fevereiro de 2004, pelo Dr. Mário Dúlio de Oliveira Negrão.

Por último, importa referir que em articulação com o accionista único se estabeleceu um plano de reorganização do universo de empresas constituído pelo CBI e pelas sociedades suas participadas, cuja conclusão se estima até ao final do primeiro semestre de 2004, no qual se prevê designadamente:

Manter e potenciar as actividades actualmente desenvolvidas pela NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (adiante, NCO Dealer), transferindo para esta as posições activas e passivas do CBI directamente relacionadas com as actividades de intervenção e liquidação em mercados a prazo e em bolsas de valores até aqui prosseguidas pelo CBI;

Concluir as operações tendentes ao destaque das actividades de gestão de activos, até aqui prosseguidas pelo CBI, e sua afectação à NCO — Gestão de Patrimónios, S. A. (adiante, NCO GP), tendo em vista o prosseguimento, pelo Grupo Crédito Agrícola, da actividade de Gestão de Activos a operar sob a responsabilidade de uma única sociedade, que incorporará as actividades de gestão de patrimónios e de gestão de fundos de investimento;

Fazer absorver pela CCCAM todas as actividades que não cabem no âmbito de actuação, seja da sociedade financeira de corretagem, seja da futura sociedade de gestão de activos, passando, pois, a CCCAM a deter directamente as participações actuais e os activos e passivos remanescentes do CBI, nestes se incluindo o imóvel, sito na Avenida da República, em Lisboa, onde se localizam as respectivas instalações.

Proposta de aplicação de resultados

Conforme consta do balanço e restantes demonstrações financeiras, foi apurado, no exercício findo, um resultado negativo de 4 607 483,29 euros, propondo-se, assim, que o respectivo valor seja integralmente levado à conta de resultados transitados.

Nota final

O conselho de administração não pode deixar de manifestar, neste relatório, uma palavra de apreço pelo esforço e dedicação de todos os colaboradores, bem como o seu agradecimento a todas as entidades que, numa conjuntura particularmente difícil, resultante quer do processo de reorganização em curso, quer do que vai conduzir à extinção do CBI, contribuíram para a resolução dos problemas surgidos, especialmente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Caixa-Central — Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.

Lisboa, 3 de Março de 2004. — O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal.

Informações complementares

Dívidas ao Estado, segurança social e trabalhadores

Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a sociedade não tem dívidas em mora à segurança social.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 Novembro, informa-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem aos trabalhadores.

Movimento em acções próprias

Não ocorreram transacções em valores mobiliários pelo CSI durante o ano de 2003.

Em 31 de Dezembro de 2003, o CBI não detinha acções próprias em carteira.

Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2003, a Caixa Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., detinha a totalidade das acções representativas do capital social do Central — Banco de Investimento, S. A.

Informação sobre a participação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização no capital do Central — Banco de Investimento, S. A.

Não ocorreram, durante o ano de 2003, transacções em valores mobiliários emitidos pelo CBI ordenadas pelos membros dos seus órgãos sociais, com excepção da venda, em 6 de Outubro de 2003, na Oferta Pública e Aquisição sobre a totalidade do capital do CBI, efectuada pela Caixa Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., de 97 341 acções por parte do vogal do conselho fiscal, Joaquim Vital Rosa.

Em 31 de Dezembro de 2003, os membros do conselho de administração e do conselho fiscal do CBI não detinham acções desta sociedade.

No 1.º semestre de 2003, renunciaram aos cargos que desempenhavam no conselho de administração o vice-presidente Nuno Boullosa Contreras de Oliveira e os vogais Augusto Pinto Martins, Edgar Coutinho Abreu Proença, Luís Manuel Abrantes Marques, Luís Manuel Pereira da Silva, Luís Paulo de Almeida Lagarto e Miguel Boullosa Contreras de Oliveira, os quais, com excepção de Luís Manuel Pereira da Silva, que não prestou qualquer informação, não realizaram transacções em acções do CBI durante o período em que exerceram funções. Renunciou ao cargo de presidente do conselho fiscal José Manuel Galvão Teles, o qual não realizou transacções nas acções referidas durante o período em que exerceu funções.

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal.

Balanços em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO				(Em euros)
Notas	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	204 019	—	204 019	701 999
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	978 290	—	978 290	2 953 749
Outros créditos sobre instituições de crédito 14	1 864 885	—	1 864 885	2 364 913
Créditos sobre clientes 14	4 992 568	(3 534 806)	1 457 762	8 585 864
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	3 339 913	—	3 339 913	3 319 631
De outros emissores	436 447	—	436 447	5 168 898
Acções e outros títulos de rendimento variável	10 789 298	(680 521)	10 108 777	10 995 561
Participações	14 723 771	(10 579 629)	4 144 142	5 251 498
Partes do capital em empresas coligadas	60 938 888	(43 682 408)	17 256 480	17 256 480
Imobilizações incorpóreas	7 096 798	(6 776 255)	320 543	1 316 362
Imobilizações corpóreas	12 968 306	(4 350 526)	8 617 780	10 020 711
Outros activos	3 970 923	—	3 970 923	4 111 816
Contas de regularização	9 194 255	—	9 194 255	4 880 238
<i>Total do activo</i>	<i>131 498 361</i>	<i>(69 604 145)</i>	<i>61 894 216</i>	<i>76 927 720</i>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	2 434 806	24 425 376
A prazo ou com pré-aviso	18	12 151 174	5 960 043
Débitos para com clientes:			
Outros débitos:			
À vista	18	8 029 015	4 765 511
A prazo	18	20 416 931	22 518 957
Outros passivos	31	2 501 216	3 206 538
Contas de regularização	27	8 760 245	3 790 669
Provisões para riscos e encargos — outras provisões	25	367 578	419 892
Passivos subordinados	22	10 000 000	10 000 000
<i>Total do passivo</i>		64 660 965	75 086 986
Capital subscrito	51 e 52	67 500 000	67 500 000
Prémios de emissão	52	34 765 590	34 765 590
Reservas	52	1 650 187	1 650 187
Resultados transitados	52	(102 075 043)	(75 253 867)
Prejuízo do exercício	52 e 53	(4 607 483)	(26 821 176)
<i>Total da situação líquida</i>		(2 766 749)	1 840 734
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		61 894 216	76 927 720

Rubricas extrapatrimoniais

	Notas	2003	2002
Passivos eventuais	23	8 848 486	14 059 659
Dos quais:			
Cauções e activos dados em garantia	23	(2 869 609)	(3 915 098)
Compromissos	23	1 343 651	2 192 919
Títulos depositados	23	746 096 592	912 852 208
Operações a prazo sobre futuros	33	4 301 068	3 116 350
Opções	33	6 000 000	11 333 988

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

CUSTOS

	Notas	2003	2002
Juros e custos equiparados	54	1 183 890	2 373 886
Comissões		727 742	1 030 226
Prejuízos em operações financeiras	55	5 253 424	13 493 280
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal		1 899 958	2 373 733
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(1 537 055)	(1 958 436)
(— encargos sociais)		(362 903)	(415 297)
Outros gastos administrativos		2 559 797	2 948 812
Amortizações do exercício	11	1 953 530	2 960 371
Outros custos de exploração	39	131 329	70 322
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	7 823 725	26 076 393
Provisões para imobilizações financeiras	25	232 739	831 201
Perdas extraordinárias	39	217 726	1 217 943
Impostos sobre lucros	41 e 42	8 794	14 837
Outros impostos		11 921	30 231
Prejuízo do exercício	53	(4 607 483)	(26 821 176)
		17 397 092	26 600 059

PROVEITOS

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Juros e proveitos equiparados	54	679 753	1 857 356
Dos quais:			
(— de títulos de rendimento fixo)		(342 594)	(666 314)
Rendimento de títulos		81 400	3 274 061
Comissões	56	2 912 086	4 172 830
Lucros em operações financeiras	55	5 754 639	11 290 681
Reposições e anulações de provisões	25	7 564 245	3 143 118
Outros proveitos de exploração	39	226 763	238 275
Ganhos extraordinários	39	178 206	2 623 738
		17 397 092	26 600 059

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstrações de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ORIGEM DE FUNDOS

	2003	2002
Variações que não originam movimentos de fundos:		
Amortizações do exercício	1 953 530	2 960 371
Dotações de provisões, líquidas de reposições	492 219	23 764 476
Utilizações de provisões	(305 532)	(29 308 629)
	2 140 217	(2 583 782)
Aumentos do passivo:		
Débitos para com clientes	1 161 478	—
Contas de regularização	4 969 578	—
Passivos subordinados	—	2 500 000
	6 131 056	2 500 000
Diminuições do activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	497 980	400 348
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	1 975 459	6 315 935
Outros créditos sobre instituições de crédito	500 028	14 004 491
Créditos sobre clientes	6 291 972	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 211 667	22 507 485
Ações e outros títulos de rendimento variável	800 098	29 376 652
Participações	1 291 672	6 372 233
Imobilizações incorpóreas e corpóreas	445 219	152 919
Outros activos	140 893	—
Contas de regularização	—	15 689 116
	17 154 988	94 819 179
	25 426 261	94 735 397

APLICAÇÃO DE FUNDOS

	2003	2002
Prejuízo do exercício	4 607 483	26 821 176
Aumentos do activo:		
Créditos sobre clientes	—	2 353 735
Outros activos	—	168 319
Contas de regularização	4 314 017	—
	4 314 017	2 522 054

(Em euros)

	2003	2002
Diminuições do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	15 799 439	35 840 145
Débitos para com clientes	—	12 257 282
Outros passivos	705 322	60 911
Contas de regularização	—	17 233 829
	<u>16 504 761</u>	<u>65 392 167</u>
	25 426 261	94 735 397

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ACTIVO

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		317 490	—	317 490	710 230
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		1 772 736	—	1 772 736	4 668 984
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	1 900 611	—	1 900 611	2 651 323
Créditos sobre clientes	14	4 970 205	(3 534 806)	1 435 399	8 575 856
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	10	3 451 343	—	3 451 343	3 351 297
De outros emissores	10	495 623	—	495 623	5 259 008
Ações e outros títulos de rendimento variável	10	10 808 519	(694 822)	10 113 697	11 309 252
Outras participações financeiras	50	16 423 771	(10 608 997)	5 814 774	6 241 635
Imobilizações incorpóreas	11	7 520 767	(7 196 788)	323 979	1 337 328
Imobilizações corpóreas	11	14 108 263	(5 275 238)	8 833 025	10 349 869
Outros activos	31	3 489 433	(5 836)	3 483 597	3 303 719
Contas de regularização	27	19 305 083	—	19 305 083	6 654 955
<i>Total do activo</i>		<u>84 563 844</u>	<u>(27 316 487)</u>	<u>57 247 357</u>	<u>64 413 456</u>

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2003	2002
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista	18	2 094 424	20 636 594
A prazo ou com pré-aviso	18	12 128 811	5 960 043
Débitos para com clientes:			
Débitos à vista	18	7 364 198	4 298 207
Débitos a prazo	18	15 937 563	22 055 388
Outros passivos	31	2 618 358	3 676 590
Contas de regularização	27	18 923 566	5 241 206
Provisões para riscos e encargos — outras provisões	25	386 065	434 135
Fundo para riscos bancários gerais	25	276 466	276 466
Passivos subordinados	22	—	125 000
<i>Total do passivo</i>		<u>59 729 451</u>	<u>62 703 629</u>
Capital subscrito	51 e 52	67 500 000	67 500 000
Prémios de emissão	52	34 765 590	34 765 590
Reservas	52	(43 263 199)	(41 162 365)
Resultados transitados	52	(57 314 260)	(32,304 386)
Prejuízo consolidado do exercício	52 e 53	(4 170 225)	(27 089 012)
<i>Total da situação líquida</i>		<u>(2 482 094)</u>	<u>1 709 827</u>
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		<u>57 247 357</u>	<u>64 413 456</u>

Rubricas extrapatrimoniais

(Em euros)

	Notas	2003	2002
Passivos eventuais	23	8 885 277	14 094 051
Dos quais:			
Cauções e activos dados em garantia	23	(2 906 400)	(3 649 490)
Compromissos	23	1 375 140	2 251 949
Títulos depositados	23	752 888 901	933 203 299
Operações a prazo sobre futuros	33	4 301 068	3 116 350
Opções	33	6 000 000	11 333 988

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

CUSTOS

	Notas	2003	2002
Juros e custos equiparados	54	799 613	2 034 368
Comissões		814 281	1 340 770
Prejuízos em operações financeiras	55	5 407 183	15 759 482
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal		3 140 665	4 005 555
Outros gastos administrativos		3 383 664	3 970 650
Amortizações do exercício	11	2 074 167	3 154 285
Outros custos de exploração	39	77 521	87 137
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	25	7 872 481	26 611 375
Provisões para imobilizações financeiras	25	445 058	950 000
Perdas extraordinárias	39	368 619	1 494 820
Impostos sobre lucros	41 e 42	14 990	26 070
Outros impostos		12 445	38 425
Prejuízo consolidado do exercício	53	(4 170 225)	(27 089 012)
		20 240 462	32 383 925

PROVEITOS

	Notas	2003	2002
Juros e proveitos equiparados	54	679 684	1 853 739
Rendimento de títulos		101 705	302 944
Comissões	56	5 108 951	7 271 135
Lucros em operações financeiras	55	5 000 996	12 824 357
Reposições e anulações de provisões	25	8 578 030	3 767 439
Outros proveitos de exploração	39	74 267	90 061
Ganhos extraordinários	39	696 829	6 274 250
		20 240 462	32 383 925

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstrações de origem e aplicação de fundos consolidada em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

ORIGEM DE FUNDOS

	2003	2002
Amortizações do exercício	2 074 167	3 154 285
Dotações de provisões, liquidas de reposições	(260 491)	23 793 936
Utilizações de provisões	(301 290)	(29 350 903)
	1 512 386	(2 402 682)
Contas de regularização	13 682 360	—

(Em euros)

	2003	2002
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	392 740	770 891
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 896 248	7 163 924
Outros créditos sobre instituições de crédito	750 712	14 959 019
Créditos sobre clientes	6 304 327	—
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 163 358	23 014 750
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 176 394	29 673 514
Participações	1 291 672	6 372 233
Imobilizações incorpóreas e corpóreas	434 330	130 260
Outros activos	—	962 395
Contas de regularização	—	18 597 682
	<u>18 409 781</u>	<u>101 644 668</u>
	33 604 527	99 241 986

APLICAÇÃO DE FUNDOS

	2003	2002
Prejuízo do exercício	<u>4 170 225</u>	<u>27 089 012</u>
Aumentos do activo:		
Créditos sobre clientes	—	3 847 540
Outros activos	175 706	—
Contas de regularização	<u>12 650 128</u>	<u>—</u>
	<u>12 825 834</u>	<u>3 847 540</u>
Diminuições do passivo:		
Débitos para com instituições de crédito	12 373 402	39 631 920
Débitos para com clientes	3 051 834	10 337 188
Outros passivos	1 058 232	211 644
Contas de regularização	—	18 124 682
Passivos subordinados	<u>125 000</u>	<u>—</u>
	<u>16 608 468</u>	<u>68 305 434</u>
	33 604 527	99 241 986

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível)*.

Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação:					
Títulos de rendimento fixo:					
Emitidos por residentes:					
De dívida pública portuguesa:					
A médio e a longo prazos:					
OTECOE — 1999/Julho de 2009 — 3,95%	300 000 000	3 000 000	2 672 414	3 040 800	3 040 800
De outros residentes:					
A médio e a longo prazos:					
GDLAEO — GDL — taxa variável	5	25	—	—	—
EDPKOE — EDP — 25.ª emissão	2	—	—	—	—
INPASE — INPARSA — 1998-2004	1	—	3	4	4
Subtotal		<u>25</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
Valores de rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Ações:					
BCP AM — BCP	232 761	232 761	390 516	411 988	411 988
BRI AM — Brisa	750	750	4 027	3 975	3 975

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Companhia Portuguesa do Cobre — SGPS	100	500	—	—	—
CPN AM — CIPAN	386	1 925	—	579	579
EDP AM	318 987	318 987	648 498	666 683	666 683
PAD AE — Pararede	5 212	2 085	929	1 355	1 355
PTC AM — Portugal Telecom	5 872	5 872	46 389	46 859	46 859
SCO AE — Soares da Costa	319 698	1 598 490	637 443	629 805	629 805
<i>Subtotal</i>		<u>2 161 370</u>	<u>1 727 803</u>	<u>1 761 244</u>	<u>1 761 244</u>
Emitidos por não residentes:					
Acções:					
Global Crossing	5 000	31	78 314	—	—
Telefónica	1	1	5	12	12
<i>Subtotal</i>		<u>32</u>	<u>78 318</u>	<u>12</u>	<u>12</u>
<i>Total</i>		<u>5 161 427</u>	<u>4 478 538</u>	<u>4 802 060</u>	<u>4 802 060</u>
B) Títulos — investimento:					
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos:					
De dívida pública portuguesa:					
A médio e a longo prazos:					
OTEBOE — OT/Junho — 5,375%/1998-2008	17 500 000	175 000	190 356	188 300	182 805
OTEROE — OT/Fevereiro — 11,875%/1995-2005	80	1	1	1	1
OTEAOE — OT/Agosto — 3,625%/1999-2004	100	1	1	1	1
OTEAOE — OT/Abril — 4,8125%/1998-2003	—	—	—	—	—
OTEFEO — OT/Fevereiro — 6,625%/1997-2007	11 300 000	113 000	120 330	122 605	116 306
<i>Subtotal</i>		<u>288 002</u>	<u>310 689</u>	<u>310 907</u>	<u>299 113</u>
Títulos de rendimento fixo — de outros emissores:					
CISMXE — Obrigações de caixa subordinadas Cistf	—	—	—	—	—
BNFAXE — Obrigações de caixa Banif — 1996	436 448	436 448	436 448	436 448	436 447
<i>Subtotal</i>		<u>436 448</u>	<u>436 448</u>	<u>436 448</u>	<u>436 447</u>
Valores de rendimento variável:					
Emitidos por residentes:					
Acções:					
Acc. Unipensão	600	29 928	30 122	30 122	30 123
FTN AP — Fiação de Tecido de Torres Novas	399	1 990	387	68	388
<i>Subtotal</i>		<u>31 918</u>	<u>30 509</u>	<u>30 190</u>	<u>30 510</u>
Títulos de participação:					
BFNDPP — TP. BFN/1987 — 1.ª emissão	1	1	1	1	1
MELBPE — UBP — 1987	449	449	441	441	449
<i>Subtotal</i>		<u>450</u>	<u>442</u>	<u>442</u>	<u>442</u>
Unidades de participação:					
FRIE/PME	200	—	4 987 980	4 987 980	4 987 980
Central — Frie	90	—	2 244 591	2 244 591	2 244 591
Portugal Blue Chip Fund	352 252	—	1 757 457	1 084 575	1 757 457
<i>Subtotal</i>		<u>—</u>	<u>8 990 027</u>	<u>8 317 146</u>	<u>8 990 027</u>
<i>Total</i>		<u>756 818</u>	<u>9 768 116</u>	<u>9 095 133</u>	<u>9 756 540</u>
D) Imobilizações financeiras:					
Participações:					
Em outras empresas no País:					
Central Fundos, SGFIM, S. A.	20 000	99 760	108 239	108 239	108 239
FIEP — Fundo para a Internacionalização de Empresas Portuguesas	200 000	997 596	997 596	997 596	997 596
Uniténis, L.ª	800	3 990	3 990	3 990	3 990

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Pararede, S. A.	7 150 020	2 860 008	13 113 946	1 859 005	13 113 946
Madragoa Filmes Exibição — SGPS	500 000	2 493 989	500 000	500 000	500 000
Partes de capital em empresas coligadas:					
Em outras empresas no País:					
CBI — SGPS	320 000	1 600 000	1 600 000	1 600 000	1 600 000
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	700 000	3 500 000	58 336 208	58 336 208	58 336 208
NCO — Gestão de Patrimónios	210 000	1 050 000	977 739	977 739	977 739
Central Investimentos — Sociedade Corretora, S. A.	5 000	24 940	24 940	24 940	24 940
Outras imobilizações financeiras:					
Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunica- tions (swift)	—	—	1 625	1 625	1 625
CBI — SGPS — contrato de suprimentos	—	—	1 400 000	1 400 000	1 400 000
Empréstimo subordinado — NCO GP	—	—	125 000	125 000	125 000
<i>Total</i>			77 189 283	65 934 343	77 189 283

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

(Montantes expressos em euros, excepto quando expressamente indicado)

Actividade económica:

O Central — Banco de Investimento, S. A. (Banco), foi constituído por escritura de 12 de Dezembro de 1996, na sequência da autorização dada em 31 de Julho de 1996 pelo Banco de Portugal, para a transformação em banco da Central Investimentos — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., tendo iniciado as suas operações em 2 de Janeiro de 1997. Simultaneamente, e por cisão simples, foi efectuado o destaque da actividade de corretagem. O Banco está autorizado, pelo Ministério das Finanças, a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária vigentes em Portugal, tendo por objecto exclusivo o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites definidos por Lei.

Em 15 de Dezembro de 2000, o Banco adquiriu a totalidade do capital social da NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (NCO Dealer), e uma participação de 70% do capital social da NCO — Gestão de Patrimónios, S. A., pelos montantes de 57 586 212 euros e 523 740 euros, respectivamente (nota n.º 6). Nesta data, foi realizado um aumento do capital do Banco no montante de 17 457 926 euros, com um prémio de emissão de 34 915 853 euros, o qual foi integralmente subscrito pelos anteriores accionistas destas empresas. Durante o primeiro semestre de 2001, o Banco adquiriu os restantes 30% do capital social da NCO — Gestão de Patrimónios, S. A., pelo montante de 153 996 euros. Em 21 de Junho de 2001 foi efectuado e integralmente realizado pelo Banco um aumento do capital social desta entidade no montante de 300 000 euros.

Em 5 de Novembro de 2002, a NCO Dealer incorporou por fusão a Central Investimentos — Sociedade Corretora, S. A. Nos termos desta operação, foi transferida para a NCO Dealer a totalidade do património da Central Investimentos — Sociedade Corretora, S. A., tendo as operações da sociedade incorporada sido consideradas como efectuadas por conta da NCO Dealer desde o dia 1 de Janeiro de 2002. Na sequência deste processo, foi realizado um aumento de capital da NCO Dealer no montante de 1 000 000 euros, através da incorporação de parte do património fundido, mediante a emissão de 200 000 novas acções ao valor nominal unitário de 5 euros cada, as quais foram integralmente atribuídas ao Banco. O valor de balanço por que se encontrava registada nas demonstrações financeiras do Banco a participação na Central Investimentos — Sociedade Corretora, S. A., que ascendia a 750 000 euros, foi incorporado no custo de aquisição da participação na NCO Dealer.

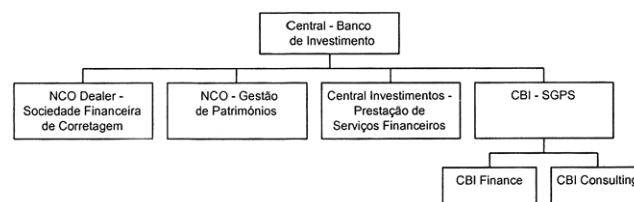
As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Banco, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Resumo do grupo, bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

3.1 — Resumo do grupo:

O Banco detém um conjunto de participações em empresas subsidiárias. São consideradas como empresas subsidiárias os investimentos de carácter duradouro que correspondam a uma percentagem de participação igual ou superior a 50% e possam ser consideradas, conjuntamente com o Banco, uma unidade de decisão.

Em 31 de Dezembro de 2003, a estrutura do Grupo de empresas subsidiárias pode ser resumida da seguinte forma:



A NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., foi constituída por escritura de 19 de Novembro de 1990, tendo iniciado a sua actividade em 2 de Janeiro de 1991. O seu objecto social consiste na compra e venda de valores mobiliários por conta própria ou por conta de terceiros, bem como na prática de todas as operações conexas e afins que as sociedades financeiras de corretagem possam legalmente realizar, incluindo a subscrição e tomada firme de valores mobiliários e a respectiva colocação no mercado, o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários e a concessão de financiamentos a clientes para a compra de valores mobiliários. Tem um capital social realizado de 3 500 000 euros.

A NCO — Gestão de Patrimónios, S. A., foi constituída em 20 de Agosto de 1999, tendo iniciado a actividade de gestão de carteiras em 26 de Fevereiro de 2000. A sociedade tem por objecto social a gestão de carteiras de clientes, a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos e ainda o exercício de outras actividades que venham a ser autorizadas por lei para este tipo de sociedades. Tem um capital social realizado de 250 000 euros.

A Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros, L.ª, foi constituída em 9 de Janeiro de 1997. Tem como objecto social a prestação de serviços na área financeira e consultadoria a empresas. Tem um capital social realizado de 24 940 euros.

A CBI — SGPS, Unipessoal, L.ª, foi constituída por escritura de 18 de Dezembro de 1997 e foi transformada em sociedade por quotas através de escritura realizada em 17 de Maio de 2002. Tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Tem um capital social realizado de 1 600 000 euros.

A CBI Finance, Ltd., sediada em Guernsey, foi constituída em 23 de Janeiro de 1998, sendo detida a 100% pela CBI — SGPS, L.^{da} Tem como objecto social a prestação de serviços financeiros, nomeadamente a gestão de fundos de investimento, assessoria e consultoria financeira, gestão de carteiras de valores mobiliários, colocação e ou tomada firme de emissões de valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, concessão de empréstimos e emissão de garantias. Tem um capital social realizado de 50 000 euros.

A CBI Consulting, Ltd., sediada nas Ilhas Cayman, foi constituída em 29 de Dezembro de 1998, sendo detida a 100% pela CBI — SGPS, L.^{da} Tem um capital social realizado de 50 000 dólares, tendo como objectivo a prestação de serviços a entidades não residentes em Portugal.

Durante o exercício de 2002, foi liquidada a filial CBI Equity, Ltd., sediada nas Ilhas Virgens Britânicas.

3.2 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais do Banco e das suas subsidiárias, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pelo Banco e suas subsidiárias de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2003 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral de accionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.3 — Princípios de consolidação:

A consolidação das empresas subsidiárias é efectuada pelo método da integração global. Os principais saldos e transacções entre as empresas objecto de consolidação são eliminados neste processo, sendo o valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas apresentado na rubrica de interesses minoritários.

As participações que não são objecto de consolidação pelo método da integração global, são registadas de acordo com o critério definido na nota n.º 3.4 alínea b).

Os valores de *goodwill* correspondentes à diferença positiva entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias à data da respectiva aquisição são totalmente amortizados por contrapartida de reservas.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas do Grupo, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos e de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

3.4 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — O Banco e as suas subsidiárias seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas e comissões, sendo reconhecidos na demonstração de resultados do exercício à medida que são gerados, independentemente do momento da sua cobrança ou pagamento.

b) *Aplicações em títulos:*

Títulos de negociação — são considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder os seis meses.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

As perdas potenciais resultantes da valorização dos títulos de negociação são integralmente provisionadas. Os ganhos potenciais em obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como em acções que integrem a composição dos índices previstos no n.º 3 do capítulo VII, do PCSB são reflectidos na demonstração de resultados do exercício, sendo os demais diferidos em contas de regularização.

Títulos de investimento — são considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses.

Os títulos de investimento são registados ao custo de aquisição. Os juros corridos dos títulos de rendimento fixo são contabilizados como proveitos a receber. O prémio ou desconto verificado na compra é amortizado, escalonadamente, durante o período que decorre até à maturidade.

As perdas potenciais, correspondentes à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição corrigido da amortização do prémio ou desconto, são integralmente provisionadas.

Vendas a descoberto — as vendas de títulos das quais resultem posições curtas (vendas a descoberto) são registadas na rubrica de débitos para com clientes (nota n.º 18). Estas posições são valorizadas diariamente, com base no valor de mercado dos títulos vendidos, sendo os ganhos e perdas registados em resultados.

Empréstimos de títulos — os títulos obtidos ou cedidos em empréstimo são registados nas rubricas de débitos para com clientes (nota n.º 18) e de outros activos (nota n.º 31), respectivamente. Estas operações são valorizadas diariamente, com base no respectivo valor de mercado, sendo os ganhos e perdas reflectidos em resultados.

Participações — esta rubrica apresenta as participações em empresas com um carácter duradouro, as quais são registadas ao custo de aquisição. As menos-valias potenciais apuradas com base no valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de participações representadas por títulos não cotados), são provisionadas nos termos dos avisos do Banco de Portugal n.º 3/95 e n.º 4/2002, de 30 de Junho e 25 de Junho, respectivamente.

De acordo com este regime, a constituição de provisões para menos-valias potenciais em participações financeiras é obrigatória sempre que a sociedade participada tenha apresentado resultados negativos em três exercícios seguidos ou interpolados nos últimos cinco anos, ou se encontre em situação de insolvência, tenha sido declarada falida, tenha sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas, ou tenha cessado actividade. Adicionalmente, no que se refere às restantes participações financeiras, sempre que o montante da menos-valia potencial exceda 15% do valor de inscrição no balanço, são constituídas provisões correspondentes a pelo menos 40% daquele excesso.

O provisionamento da participação financeira na Pararede — SGPS, S. A., constitui uma excepção ao regime acima referido, tendo o Banco de Portugal determinado, através da carta 6059/02/DSBSD, de 12 de Julho de 2002, que o Banco mantenha um nível mínimo de provisionamento de 90% das menos-valias latentes nessa participação, tendo também sido autorizado que as provisões constituídas em 2002 fossem registadas por contrapartida de reservas. No exercício de 2001, o Banco registou por contrapartida de resultados transitados, provisões correspondentes à totalidade das menos-valias latentes na referida participação, calculadas com base no valor de mercado em 31 de Dezembro de 2001, na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal, através de carta de 21 de Janeiro de 2002.

c) *Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros).* — O Banco mantém posições próprias em contratos de futuros e actua também como intermediário em operações dos seus clientes, reflectindo estas, de que é compensador, em rubricas extrapatrimoniais ao seu valor de mercado, com excepção dos futuros sobre taxas de juro que são reflectidos ao valor nocional (nota n.º 33).

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros ou prejuízos em operações financeiras como de reavaliação de contratos de futuros (nota n.º 55). Os resultados da valorização diária das posições dos clientes são reflectidos nas respectivas contas correntes, a débito ou a crédito, consoante se tratem de prejuízos ou lucros.

Os títulos dados em penhor pelo Banco à Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., como garantia do cumprimento dos contratos de futuros, bem como os títulos recebidos de clientes para garantia de cumprimento de contratos de futuros, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

d) *Contratos de opções:*

Opções transaccionadas em mercados organizados:

Os contratos de opções transaccionados em mercados organizados são registados em contas extrapatrimoniais pelo respectivo valor de mercado (nota n.º 33).

Os prémios pagos ou recebidos são registados em contas de regularização do activo e do passivo (nota n.º 27), respectivamente, e diferidos até ao vencimento dos contratos.

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos potenciais reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras (nota n.º 55), tendo como contrapartida as rubricas de outros activos (nota n.º 31) ou de débitos para com clientes (nota n.º 18), respectivamente.

Opções transaccionadas em mercado de balcão:

Os contratos de opções transaccionados em mercado de balcão são registados em contas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal (nota n.º 33).

Os prémios pagos ou recebidos são registados em contas de regularização do activo ou do passivo (nota n.º 27), respectivamente, e diferidos até ao vencimento dos contratos.

Estes contratos são reavaliados com base na cotação e volatilidade dos activos subjacentes, sendo os respectivos lucros ou prejuízos potenciais reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras (nota n.º 55), tendo como contrapartida as rubricas de outros activos (nota n.º 31) ou de débitos para com clientes (nota n.º 18), respectivamente.

e) *Operações em moeda estrangeira.* — Os activos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para euros ao câmbio indicativo da data do balanço para operações à vista, divulgado pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos ou lucros em operações financeiras.

f) *Provisões para crédito e juros vencidos, riscos gerais de crédito, outros riscos e encargos, risco-país e fundo para riscos bancários gerais:*

Provisão para crédito e juros vencidos — destina-se a cobrir o risco de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, sendo constituída nos termos do disposto no aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias.

Provisão para riscos gerais de crédito — encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco, tais como garantias e avals prestados. O montante a provisionar calculado por aplicação de uma percentagem de 1% sobre o crédito concedido não vencido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga.

Provisão para outros riscos e encargos — encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões e destina-se a fazer face a riscos diversos, incluindo os decorrentes de processos judiciais em curso. Em geral, o reforço desta provisão não é considerado como custo para efeitos fiscais.

Provisão para risco-país — esta provisão é constituída de acordo com o previsto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, e na instrução do Banco de Portugal n.º 94/96. Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco.

Fundo para riscos bancários gerais — destina-se a fazer face a riscos diversos resultantes da actividade do Banco ou das suas filiais. Em geral, o reforço deste fundo não é aceite como custo para fins fiscais.

g) *Imobilizações incorpóreas e corpóreas.* — O Banco e as suas subsidiárias capitalizaram as despesas incorridas com a sua constituição (estabelecimento), instalação e aquisição de *software*. Estas despesas são registadas como imobilizado incorpóreo e amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

O imobilizado corpóreo encontra-se reflectido ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pela legislação fiscal em vigor.

As taxas de amortização utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	50
Mobiliário e material	5-8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	4-10
Material de transporte	4
Outros	3-10

h) *Provisão para férias e subsídio de férias.* — Considerando que o montante de férias e subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior, o Banco releva contabilisticamente, no final de cada exercício, o valor das férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais pagáveis no ano seguinte na rubrica de contas de regularização do passivo. Os prémios relativos ao exercício, a pagar a empregados durante o exercício seguinte, são também registados na rubrica de contas de regularização, do passivo (nota n.º 27).

i) *Contas de regularização.* — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são registadas nas rubricas de contas de regularização do activo ou passivo como de operações em bolsa a regularizar (comitentes) (nota n.º 27).

No que se refere a transacções efectuadas no âmbito do «mercado contínuo», isto é, relativamente aos valores negociados em âmbito nacional com instituições financeiras filiadas na Central de Valores Mobiliários, que mantêm contas de depósitos à ordem no Banco de Portugal, nomeadamente, bancos, sociedades de investimento e corretores, as respectivas liquidações financeiras são efectuadas através daquela instituição, excepto no que diz respeito as taxas de corretagem que são cobradas directamente aos clientes.

Relativamente a compras e vendas de títulos efectuadas por conta de clientes particulares, as liquidações financeiras são efectuadas directamente com os mesmos.

j) *Impostos sobre lucros.* — O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, não é aplicado o conceito de impostos diferidos activos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente considerados para tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nem os que decorrem dos prejuízos fiscais reportáveis.

k) *Títulos depositados.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e são valorizados ao valor de mercado ou, na sua falta, ao respectivo valor nominal (nota n.º 23).

l) *Fundo de garantia de depósitos.* — Em Novembro de 1994, foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos; com o objectivo de garantir depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Nos exercícios de 2003 e 2002, o Banco realizou em numerário e reconheceu como custo do exercício 25% da contribuição a que se encontra obrigado, tendo realizado os restantes 75%, através de um compromisso irrevogável, registado em rubricas extrapatrimoniais — compromissos perante terceiros. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o valor acumulado dos penhores constituídos ascende a 37 473 euros e 24 348 euros, respectivamente.

6 — Partes do capital em empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as partes do capital em empresas coligadas do Banco têm a seguinte composição:

	2003				2002
	Participação (percentagem)	Valor bruto	Provisões	Valor líquido	Valor líquido
CBI — SGPS	100,00	1 600 000	—	1 600 000	1 600 000
Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros	100,00	24 940	—	24 940	24 940

	2003				2002
	Participação (percentagem)	Valor bruto	Provisões	Valor líquido	Valor líquido
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem	100,00	58 336 212	(42 926 207)	15 410 005	15 410 005
NCO — Gestão de Patrimónios	100,00	977 736	(756 201)	221 535	221 535
		60 938 888	(43 682 408)	17 256 480	17 256 480

No exercício de 2002, na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal, o Banco registou nas suas contas individuais, por contrapartida da rubrica de resultados transitados, uma provisão correspondente à diferença entre o valor de balanço da NCO Dealer e o valor dos capitais próprios desta sociedade em 31 de Dezembro de 2002 (notas n.ºs 25 e 52).

Os dados financeiros mais relevantes, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais são como segue:

	2003			
	Activo líquido	Situação líquida	Total de proveitos	Resultado líquido
CBI — SGPS	2 637 874	1 233 072	532	(11 700)
Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros	116 074	76 038	77 211	2 272
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem	26 558 693	15 763 995	3 160 101	353 989
NCO — Gestão de Patrimónios	508 243	317 828	400 507	96 291
Filiais indirectas:				
CBI Finance, Ltd.	2 010 392	202 597	1 128 670	597
CBI Consulting, Ltd.	59 302	53 128	—	(4 191)

	2002			
	Activo líquido	Situação líquida	Total de proveitos	Resultado líquido
CBI — SGPS	2 648 124	1 244 772	16 829	(34 325)
Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros	108 930	73 766	129 224	(6 563)
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem	18 425 832	15 410 007	8 667 504	1 957 971
NCO — Gestão de Patrimónios	440 492	221 537	474 242	(20 528)
Filiais indirectas:				
CBI Finance, Ltd.	2 055 797	218 475	929 912	133 840
CBI Consulting, Ltd.	63 492	57 318	—	(5 397)

9 — Crédito sobre empresas coligadas:

Os créditos sobre empresas coligadas e outras entidades relacionadas, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, encontram-se detalhados na nota n.º 21.

10 — Carteira de títulos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a carteira individual e consolidada de títulos do Banco apresenta a seguinte composição:

	2003					
	Banco			Consolidado		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Dívida pública	3 040 800	299 113	3 339 913	3 040 800	410 543	3 451 343
Provisões para depreciação de títulos	—	—	—	—	—	—
	<u>3 040 800</u>	<u>299 113</u>	<u>3 339 913</u>	<u>3 040 800</u>	<u>410 543</u>	<u>3 451 343</u>
De outros emissores:						
Residentes	—	436 447	436 447	—	445 743	445 743
Não residentes	—	—	—	—	49 880	49 880
	<u>—</u>	<u>436 447</u>	<u>436 447</u>	<u>—</u>	<u>495 623</u>	<u>495 623</u>
Provisões para depreciação de títulos	—	—	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>436 447</u>	<u>436 447</u>	<u>—</u>	<u>495 623</u>	<u>495 623</u>

	2003					
	Banco			Consolidado		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Acções e outros títulos de rendimento variável:						
Acções	1 806 127	30 510	1 836 637	1 806 127	45 279	1 851 406
Títulos de participação	—	443	443	—	4 895	4 895
Unidades de participação	—	8 990 027	8 990 027	—	8 990 027	8 990 027
	<u>1 806 127</u>	<u>9 020 980</u>	<u>10 827 107</u>	<u>1 806 127</u>	<u>9 040 201</u>	<u>10 846 328</u>
Valias líquidas:						
Incluídas em resultados	(37 809)	—	(37 809)	(37 809)	—	(37 809)
	<u>1 768 318</u>	<u>9 020 980</u>	<u>10 789 298</u>	<u>1 768 318</u>	<u>9 040 201</u>	<u>10 808 519</u>
Provisões para depreciação de títulos	(7 639)	(672 882)	(680 521)	(7 639)	(687 183)	(694 822)
	<u>1 760 679</u>	<u>8 348 098</u>	<u>10 108 777</u>	<u>1 760 679</u>	<u>8 353 018</u>	<u>10 113 697</u>
2002						
	Banco			Consolidado		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Dívida pública	3 018 000	301 905	3 319 905	3 018 000	333 578	3 351 578
Provisões para depreciação de títulos	—	(274)	(274)	—	(281)	(281)
	<u>3 018 000</u>	<u>301 631</u>	<u>3 319 631</u>	<u>3 018 000</u>	<u>333 297</u>	<u>3 351 297</u>
De outros emissores:						
Residentes	—	5 668 123	5 668 123	—	5 708 866	5 708 866
Não residentes	—	—	—	—	49 880	49 880
	<u>—</u>	<u>5 668 123</u>	<u>5 668 123</u>	<u>—</u>	<u>5 758 746</u>	<u>5 758 746</u>
Provisões para depreciação de títulos	—	(499 225)	(499 225)	—	(499 738)	(499 738)
	<u>—</u>	<u>5 168 898</u>	<u>5 168 898</u>	<u>—</u>	<u>5 259 008</u>	<u>5 259 008</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável:						
Acções	4 834 043	30 510	4 864 553	4 834 043	421 575	5 255 618
Títulos de participação	—	443	443	—	4 895	4 895
Unidades de participação	—	6 870 136	6 870 136	—	6 870 136	6 870 136
	<u>4 834 043</u>	<u>6 901 089</u>	<u>11 735 132</u>	<u>4 834 043</u>	<u>7 296 606</u>	<u>12 130 649</u>
Valias líquidas:						
Incluídas em resultados	(145 736)	—	(145 736)	(145 736)	—	(145 736)
	<u>4 688 307</u>	<u>6 901 089</u>	<u>11 589 396</u>	<u>4 688 307</u>	<u>7 296 606</u>	<u>11 984 913</u>
Provisões para depreciação de títulos	(40 483)	(553 352)	(593 835)	(40 483)	(635 178)	(675 661)
	<u>4 647 824</u>	<u>6 347 737</u>	<u>10 995 561</u>	<u>4 647 824</u>	<u>6 661 428</u>	<u>11 309 252</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de acções e outros títulos de rendimento variável — títulos de investimento — unidades de participação apresenta a seguinte composição:

	2003	2002
FIQ/PME Investimentos — Global	4 987 980	4 987 980
FIQ Central — FRIE	2 244 590	124 699
Portugal Blue Chip Fund	1 757 457	1 757 457
	<u>8 990 027</u>	<u>6 870 136</u>

O Portugal Blue Chip Fund é um fundo de acções, do qual o Banco detém a totalidade das unidades de participação. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o activo do fundo inclui depósitos no Banco, nos

montantes de 949 660 euros e 424 029 euros, respectivamente. Nestas datas, o fundo inclui, igualmente, unidades de participação no FIQ Central — FRIE, nos montantes de 173 270 euros e 473 858 euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2002, o fundo incluía ainda acções do Central — Banco de Investimento no montante de 333 560 euros.

As menos-valias potenciais apuradas na valorização do Portugal Blue Chip Fund, que em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 ascendiam a 672 882 euros e 553 077 euros, respectivamente, encontram-se integralmente provisionadas.

Durante o exercício de 2003, o Banco procedeu à realização de capital adicional no FIQ/PME Investimentos — Global no montante de 1 000 000 euros. Adicionalmente, adquiriu ao Portugal Blue Chip Fund unidades de participação no FIQ Central — FRIE no montante de 423 524 euros, tendo posteriormente procedido a realização de capital adicional neste Fundo no montante de 1 122 189 euros.

O capital subscrito e ainda não realizado pelo Banco no FIQ/PME Investimentos — Global e no FIQ Central — FRIE em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 encontra-se registado na rubrica de outros passivos (nota n.º 31).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as diferenças entre o valor de balanço e o valor de mercado dos títulos registados na carteira de investimento eram as seguintes:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Valor de balanço	9 756 540	9 946 367	12 871 117	13 388 930
Menos-valias potenciais	(672 882)	(687 183)	(1 052 851)	(1 135 197)
Valor líquido de balanço	9 083 658	9 259 184	11 818 266	12 253 733
Mais-valias potenciais	11 792	18 363	9 205	14 439
Valor de mercado	9 095 450	9 277 547	11 827 471	12 268 172

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as aplicações em títulos venciam juros às seguintes taxas médias anuais, calculadas sobre o respectivo valor nominal:

(Em percentagem)

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Títulos da dívida pública	4,12	4,29	4,12	4,04
Obrigações de outros emissores	2,50	2,51	2,58	3,56
Títulos de participação (remuneração fixa)	2,17	1,98	3,65	3,32

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Banco possui em carteira um conjunto de títulos dados em garantia à Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., cujo valor de mercado nessas datas ascendia a 2 533 321 euros e 2 445 674 euros, respectivamente (nota n.º 23).

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 2003 e 2002, encontra-se detalhado na nota n.º 25.

11 — Activo imobilizado:

Durante os exercícios de 2003 e 2002, o movimento nas imobilizações incorpóreas e corpóreas foi o seguinte:

	2003						
	Banco						Consolidado
	Activo bruto				Amortizações acumuladas	Activo líquido	Activo líquido
	Saldo inicial	Adições	Abates	Saldo final			
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de estabelecimento	493 366	—	—	493 366	(475 844)	17 522	17 522
Custos plurianuais	256 369	—	—	256 369	(256 369)	—	—
Despesas de investigação e desenvol- vimento	239 111	—	—	239 111	(239 111)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	3 364 823	118 835	—	3 483 658	(3 208 730)	274 928	278 364
Outras	2 624 294	—	—	2 624 294	(2 596 201)	28 093	28 093
	<u>6 977 963</u>	<u>118 835</u>	<u>—</u>	<u>7 096 798</u>	<u>(6 776 255)</u>	<u>320 543</u>	<u>323 979</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e edifícios	8 001 868	—	—	8 001 868	(579 037)	7 422 831	7 422 831
Despesas em edificios arrendados	304 868	—	—	304 868	(189 028)	115 840	125 941
Mobiliário e material	804 528	—	(9 136)	795 392	(419 682)	375 710	405 238
Máquinas e ferramentas	165 882	139	—	166 021	(150 948)	15 073	39 377
Equipamento informático	2 705 055	3 081	(812)	2 707 324	(2 486 303)	221 021	232 822
Instalações interiores	668 615	—	(94 731)	573 884	(289 878)	284 006	405 724
Material de transporte	486 653	(4 410)	(157 121)	325 122	(234 043)	91 079	106 667
Obras de arte	90 742	—	—	90 742	—	90 742	90 742
Outras imobilizações corpóreas	609 416	—	(606 331)	3 085	(1 607)	1 478	3 683
	<u>13 837 627</u>	<u>(1 190)</u>	<u>(868 131)</u>	<u>12 968 306</u>	<u>(4 350 526)</u>	<u>8 617 780</u>	<u>8 833 025</u>

	2002						
	Banco						Consolidado — Activo líquido
	Activo bruto				Amortizações acumuladas	Activo líquido	
	Saldo inicial	Adições	Abates	Saldo final			
Imobilizações incorpóreas:							
Trespases	79 808	—	(79 808)	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	487 313	11 922	(5 869)	493 366	(389 915)	103 451	103 451
Custos plurianuais	256 369	—	—	256 369	(256 369)	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	239 111	—	—	239 111	(239 111)	—	—
Sistemas de tratamento automático de dados	3 111 351	253 472	—	3 364 823	(2 567 618)	797 205	818 171
Outras	2 623 872	422	—	2 624 294	(2 208 588)	415 706	415 706
	<u>6 797 824</u>	<u>265 816</u>	<u>(85 677)</u>	<u>6 977 963</u>	<u>(5 661 601)</u>	<u>1 316 362</u>	<u>1 337 328</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e edifícios	7 999 597	2 271	—	8 001 868	(452 394)	7 549 474	7 549 474
Despesas em edifícios arrendados	512 353	24 827	(232 312)	304 668	(128 054)	176 814	188 358
Mobiliário e material	802 688	1 840	—	804 528	(327 153)	477 375	518 537
Máquinas e ferramentas	165 882	—	—	165 882	(133 889)	31 993	74 161
Equipamento informático	2 704 715	2 288	(1 948)	2 705 055	(2 090 871)	614 184	643 751
Instalações interiores	641 083	37 709	(10 177)	668 615	(273 460)	395 155	549 373
Material de transporte	574 691	54 868	(142 906)	486 653	(272 508)	214 145	261 826
Obras de arte	90 742	—	—	90 742	—	90 742	90 742
Outras imobilizações corpóreas	885 506	1 069	(277 159)	609 416	(138 587)	470 829	473 647
	<u>14 377 257</u>	<u>124 872</u>	<u>(664 502)</u>	<u>13 837 627</u>	<u>(3 816 916)</u>	<u>10 020 711</u>	<u>10 349 869</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o saldo da rubrica de outras imobilizações incorpóreas corresponde essencialmente a despesas com serviços de consultoria relativos a projectos desenvolvidos na área de sistemas de informação.

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica de outras imobilizações corpóreas correspondia essencialmente ao valor de um imóvel de que o Banco era proprietário, o qual se encontrava devoluto. Durante o exercício de 2002, o Banco alienou uma das três fracções

que constituíam o referido imóvel, pelo montante de 241 917 euros. As restantes duas fracções foram alienadas em 2003, pelo valor de 550 000 euros. As mais-valias originadas por estas vendas, nos montantes de 89 232 euros e 27 279 euros, nos exercícios de 2003 e 2002, respectivamente, foram registadas na rubrica de mais-valias realizadas na venda ou de abate de imobilizado (nota n.º 39).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o movimento nas amortizações acumuladas das imobilizações incorpóreas e corpóreas foi como segue:

	Banco		
	Imobilizações incorpóreas	Imobilizações corpóreas	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	3 866 085	2 921 884	6 787 969
Adições	1 845 029	1 115 342	2 960 371
Abates	(49 513)	(220 310)	(269 823)
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	5 661 601	3 816 916	9 478 517
Adições	1 114 654	838 876	1 953 530
Abates	—	(305 266)	(305 266)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	6 776 255	4 350 526	11 126 781
	Consolidado		
	Imobilizações incorpóreas	Imobilizações corpóreas	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	4 248 602	4 014 163	8 262 765
Adições	1 865 514	1 288 771	3 154 285
Abates	(49 512)	(479 630)	(529 142)
Correcções	—	(8 299)	(8 299)
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	6 064 604	4 815 005	10 879 609
Adições	1 132 184	941 983	2 074 167
Abates	—	(481 750)	(481 750)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	7 196 788	5 275 238	12 472 026

13 — Activos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 2003 não existiam activos cedidos com acordo de recompra firme. Em 31 de Dezembro de 2002, encontrava-se em vigor a seguinte operação, realizada com a NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A. (nota n.º 18):

Títulos	2002	
	Quantidade	Valor de balanço
Acções Jerónimo Martins	52 135	375 372

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito apresenta a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Instituições de crédito no País:				
Caixa Central de Crédito Agrícola Mutuo, C. R. L.	1 864 885	1 864 885	2 364 913	2 364 913
Outras instituições de crédito	—	35 726	—	286 410
	1 864 885	1 900 611	2 364 913	2 651 323

As aplicações em vigor em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm vencimento durante o primeiro trimestre de 2004 e 2003, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2003, as aplicações em vigor, no Banco e no consolidado, venciam juros, às taxas médias anuais de 1,18% e 1,68%, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2002, as aplicações em vigor, no Banco e no consolidado, venciam juros às taxas médias anuais de 1,67% e 1,77%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de créditos sobre clientes apresenta a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Descobertos	404 192	381 829	953 967	943 959
Operações de compra com acordo de revenda	99 930	99 930	—	—
Outros créditos de curto prazo	398 041	398 041	5 998 041	5 998 041
Empréstimos a ex-empregados	50 210	50 210	283 057	283 057
Empréstimos a empregados	687 401	687 401	645 052	645 052
	1 639 774	1 617 411	7 880 117	7 870 109
Crédito e juros vencidos	3 352 794	3 352 794	3 404 423	3 404 423
	4 992 568	4 970 205	11 284 540	11 274 532
Provisão para crédito vencido (nota n.º 25)	(3 327 601)	(3 327 601)	(2 698 676)	(2 698 676)
Provisão para risco país (nota n.º 25)	(207 205)	(207 205)	—	—
	(3 534 806)	(3 534 806)	(2 698 676)	(2 698 676)
	1 457 762	1 435 399	8 585 864	8 575 856

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de descobertos, corresponde essencialmente a financiamentos a clientes destinados à aquisição de valores mobiliários, os quais se encontram garantidos através do penhor das respectivas carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o saldo da rubrica de outros créditos de curto prazo inclui um empréstimo concedido a uma empresa participada, no montante de 398 041 euros. Este montante, que em 31 de Dezembro de 2003 venciam juros à taxa de 5,125% deverá ser reembolsado durante o exercício de 2004 em 12 prestações mensais de igual montante.

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica de outros créditos de curto prazo inclui um empréstimo concedido a um cliente no montante de 5 600 000 euros, o qual se encontra garantido por um depósito a prazo de igual montante, registado na rubrica de débitos para com clientes (nota n.º 18). Este crédito foi reembolsado durante o exercício de 2004.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito concedido, excluindo o crédito vencido, apresenta a seguinte composição de acordo com o respectivo prazo residual de vencimento:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Até seis meses	917 713	895 350	1 357 994	1 347 986
De um ano a cinco anos	—	—	5 633 000	5 633 000
Mais de cinco anos	722 061	722 061	889 123	889 123
	1 639 774	1 617 411	7 880 117	7 870 109

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Banco dispõe de uma provisão genérica para riscos gerais de crédito no montante de 63 542 euros e 142 798 euros, respectivamente, (63 390 euros e 142 646 euros no consolidado) registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (nota n.º 25).

16 — Despesas de estabelecimento:

Em 31 de Dezembro de 2003 a rubrica de despesas de estabelecimento apresenta um valor líquido de amortizações ao nível das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 17 522 euros (103 451 euros em 31 de Dezembro de 2002), e refere-se, essencialmente, a despesas com a constituição do Banco e aumentos de capital (nota n.º 11).

18 — Débitos para com instituições de crédito e para com clientes:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de débitos para com instituições de crédito tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
À vista:				
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.	46 732	46 732	16 049 337	16 049 337
Outras instituições de crédito	2 388 074	2 047 692	8 376 039	4 587 257
	<u>2 434 806</u>	<u>2 094 424</u>	<u>24 425 376</u>	<u>20 636 594</u>
A prazo ou com pré-aviso:				
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.	10 663 000	10 663 000	807 163	807 163
Outras instituições de crédito (nota n.º 50)	1 488 174	1 465 811	5 152 880	5 152 880
	<u>12 151 174</u>	<u>12 128 811</u>	<u>5 960 043</u>	<u>5 960 043</u>
	<u>14 585 980</u>	<u>14 223 235</u>	<u>30 385 419</u>	<u>26 596 637</u>

Os recursos a prazo em vigor em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, venciam juros às taxas médias anuais de 2,17% e 2,18%, respectivamente, e apresentavam a seguinte composição, de acordo com o respectivo prazo residual de vencimento:

	2003	2002
Até um mês	10 666 549	1 172 043
De um mês a três meses	1 484 625	1 788 000
De três meses a um ano	—	3 000 000
	<u>12 151 174</u>	<u>5 960 043</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de débitos para com clientes tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
À vista:				
Depósitos à ordem	<u>8 029 015</u>	<u>7 364 198</u>	<u>4 765 511</u>	<u>4 298 207</u>
A prazo:				
Depósitos a prazo	13 396 497	8 946 497	12 986 812	12 986 812
Depósito Everest (nota n.º 33)	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000
Operações de venda com acordo de recompra (nota n.º 13)	—	—	375 372	—
Recursos por operações sobre futuros (nota n.º 23)	266 380	266 380	196 198	196 198
Perdas não realizadas em contratos de futuros	—	—	9 314	9 314
Perdas não realizadas em contratos de opções:				
Mercado de balcão (nota n.º 33)	—	—	1 286 805	1 286 805
Warrants (nota n.º 27)	—	—	165 207	165 207
Remuneração do depósito Everest (nota n.º 33)	360 000	360 000	328 800	328 800
Compromissos assumidos — CBI Finance	29 368	—	709 863	—
Empréstimos de títulos	253 825	253 825	460 586	460 586
Vendas a descoberto	110 861	110 861	—	621 666
	<u>20 416 931</u>	<u>15 937 563</u>	<u>22 518 957</u>	<u>22 055 388</u>
	<u>28 445 946</u>	<u>23 301 761</u>	<u>27 284 468</u>	<u>26 353 595</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os depósitos a prazo vencem juros às taxas médias anuais de 1,51% e 3,09%, respectivamente.

Os depósitos a prazo em vigor em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, apresentam a seguinte composição de acordo com o respectivo prazo residual de vencimento:

	2003	2002
Até um mês	13 396 497	12 887 052
De um a três meses	—	99 760
	<u>13 396 497</u>	<u>12 986 812</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 a rubrica de depósitos a prazo incluía, nas demonstrações financeiras consolidadas, depósitos das seguintes entidades:

	2003	2002
Crédito Agrícola Vida — Companhia de Seguros, S. A.	3 248 390	6 000 893
Rural Seguros — Companhia de Seguros de Ramos Reais, S. A.	3 038 107	—
Central FRIE	2 540 000	—
Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo	120 000	1 015 000
Outras entidades	—	5 970 919
	<u>8 946 497</u>	<u>12 986 812</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os depósitos de outras entidades incluem um depósito efectuado por um cliente, no montante de 5 600 000 euros, que se encontra a garantir um crédito no mesmo montante, concedido pelo Banco (nota n.º 14).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o valor registado na rubrica de compromissos assumidos — CBI Finance, corresponde à menos-valia potencial apurada na valorização da participação detida pela CBI Finance, Limited na Future Art Holdings. O Banco registou nas suas demonstrações financeiras individuais o custo correspondente a

esta menos-valia latente, dado ter assumido perante a sua participada o compromisso de adquirir aquela participação financeira pelo respectivo custo de aquisição (nota n.º 55).

21 — Saldos e transacções com empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Banco mantinha os seguintes saldos com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM), principal accionista, e com empresas subsidiárias:

	2003						
	CCCAM	Prestação de serviços	CBI SGPS	CBI Finance	CBI Consulting	NCO Dealer	NCO GP
Activo:							
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	171 363	—	—	—	—	—	—
Outros créditos sobre instituições de crédito	1 864 885	—	—	—	—	—	—
Créditos sobre clientes	—	22 363	—	—	—	—	—
Partes do capital em empresas coligadas:							
Valor bruto	—	24 940	1 600 000	—	—	58 336 212	977 736
Provisões	—	—	—	—	—	(42 926 207)	(756 201)
Outros activos	—	—	1 400 000	—	—	3 207	125 423
Contas de regularização	1 685	—	—	—	—	169 341	—
Passivo:							
Débitos para com instituições de crédito	10 709 732	—	—	—	—	114 860	—
Débitos para com clientes	6 000 000	—	260 495	635 009	59 302	4 250 000	205 063
Outros passivos	—	69 607	—	—	—	68 625	—
Contas de regularização	96 905	—	—	—	—	57 025	101
Passivos subordinados	—	—	—	—	—	10 000 000	—
Demonstração de resultados:							
Juros e proveitos equiparados	31 934	1 957	—	—	—	7 962	—
Rendimento de títulos	—	—	—	—	—	—	—
Comissões	416 229	—	—	—	—	207 500	—
Ganhos em operações financeiras	—	—	—	887 682	—	—	—
Outros proveitos de exploração	—	—	—	—	—	153 096	—
Juros e custos equiparados	432 403	—	—	—	—	(383 644)	(5 013)
Perdas em operações financeiras	—	—	—	(207 187)	—	—	—
Outros gastos administrativos	—	(69 607)	—	—	—	—	—
Provisões	—	—	—	—	—	—	—

	2002						
	CCCAM	Prestação de serviços	CBI SGPS	CBI Finance	CBI Consulting	NCO Dealer	NCO GP
Activo:							
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	119 837	—	—	—	—	—	—
Créditos sobre clientes	—	10 008	—	—	—	—	—
Partes do capital em empresas coligadas:							
Valor bruto	—	24 940	1 600 000	—	—	58 336 212	977 736
Provisões	—	—	—	—	—	(42 926 207)	(756 201)
Outros activos	—	—	1 400 000	—	—	5 786	—
Contas de regularização	—	—	—	—	—	169 342	—
Passivo:							
Débitos para com instituições de crédito	16 856 413	—	—	—	—	—	—
Débitos para com clientes	6 000 000	—	14 063	1 202 262	5 422	4 009 515	7 577
Outros passivos	—	—	—	—	—	83 300	—
Contas de regularização	94 758	—	—	—	—	56 435	11 472
Passivos subordinados	—	—	—	—	—	10 000 000	—
Demonstração de resultados:							
Juros e proveitos equiparados	2 600	—	18 731	7 253	—	53 052	4 875
Rendimento de títulos	—	—	3 043 212	—	—	—	—
Comissões	399 509	—	—	—	—	199 519	—
Outros proveitos de exploração	—	—	—	—	—	153 096	—
Juros e custos equiparados	(659 384)	—	—	—	—	(334 715)	—
Perdas em operações financeiras	—	—	—	(709 863)	—	—	—
Outros gastos administrativos	—	—	—	—	—	—	(68 834)
Provisões	—	—	—	—	—	—	(756 201)

22 — Passivos subordinados:

O saldo desta rubrica nas demonstrações financeiras individuais corresponde integralmente a empréstimos subordinados concedidos pela NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., os quais se destinam a reforçar os fundos próprios do Banco em base individual, apresentando a seguinte composição:

Maturidade	Taxa de juro	Datas de vencimento de juros	Montante	
			2003	2002
2-5-2007	Euribor 6 m + 0,25%	2 de Maio e 31 de Outubro	7 500 000	7 500 000
31-7-2007	Euribor 6 m + 0,25%	31 de Janeiro e 31 de Julho	1 900 000	1 900 000
31-7-2007	Euribor 6 m + 0,25%	31 de Janeiro e 31 de Julho	600 000	600 000
			10 000 000	10 000 000

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica nas demonstrações financeiras consolidadas correspondia a um empréstimo concedido a NCO — Gestão de Patrimónios, S. A., pela NCO SGPS, S. A., no montante de 125 000 euros, o qual não era remunerado nem tinha prazo de reembolso definido. Durante o exercício de 2003 este empréstimo foi liquidado à NCO SGPS, S. A., pelo Banco, o qual se constituiu credor da sua participada pelo referido montante.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Garantias prestadas	5 978 877	5 978 877	10 444 561	10 444 561
Activos dados em garantia:				
Euronext (nota n.º 10)	2 533 321	2 533 321	2 445 674	2 445 674
Outros	336 288	373 079	1 169 424	1 203 816
	8 848 486	8 885 277	14 059 659	14 094 051
Compromissos perante terceiros	1 343 651	1 375 140	2 192 919	2 251 949
Títulos depositados	746 096 592	752 888 901	912 852 208	933 203 299
Garantias recebidas	33 504	33 504	1 247 920	1 247 920
Activos geridos	—	209 254 652	105 429 285	130 252 999
Activos recebidos em garantia	21 365 381	21 365 381	22 122 409	22 122 409
Créditos abatidos ao activo	292 616	295 005	292 616	295 005
	777 980 230	994 097 860	1 058 197 016	1 103 467 632

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de garantias prestadas inclui uma fiança prestada à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L. (Caixa Central), a favor de uma empresa participada, no montante de 455 099 euros. Em 31 de Dezembro de 2002, o valor desta fiança ascendia a 1 993 989 euros, estando o crédito da Caixa Central sobre a referida empresa, garantido através de um penhor sobre o direito ao reembolso de Imposto sobre o Valor Acrescentado detido por uma participada desta empresa, no montante de 1 537 890 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica inclui também um compromisso perante a Caixa Central, cujo montante nas referidas datas ascendia a 1 450 000 e 3 400 000 euros, respectivamente,

assumido pelo Banco na sequência da cessão à Caixa Central de um crédito sobre um cliente, de que o Banco era titular. Em caso de incumprimento, o referido crédito e as respectivas garantias reverterão para o Banco, que se obrigou a pagar à Caixa Central todas as quantias, incluindo capital e juros, decorrentes do respectivo contrato.

A rubrica de activos geridos corresponde aos patrimónios pertencentes a clientes que se encontram a ser geridos pelo Banco e pelas empresas do Grupo.

Os títulos da carteira própria do Banco, entregues como garantia à Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., apresentam o seguinte detalhe:

	2003	
	Quantidade	Valor de mercado
Obrigações do Tesouro — 1999-2009	252 300 000	2 509 628
Acções Pararede — portador	151 879	23 693
		<u>2 533 321</u>
	2002	
	Quantidade	Valor de mercado
Obrigações do Tesouro — Julho — 1999-2009	225 300 000	2 171 324
Acções Pararede — portador	1 829 001	274 350
		<u>2 445 674</u>

As contas correntes mantidas pelos clientes do Banco junto deste com o fim de fazer face às liquidações dos ajustamentos diários de cotações, que ascendiam em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 a 266 380 euros e 196 198 euros, respectivamente, encontram-se registadas na rubrica de débitos para com clientes (nota n.º 18).

24 — Compromissos assumidos em matéria de pensões:

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da segurança social.

25 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões do consolidado durante os exercícios de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	Consolidado em 2003				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Crédito concedido:					
Provisão para crédito vencido (nota n.º 14)	2 698 676	7 095 329	(6 441 466)	(24 938)	3 327 601
Provisão para risco-país (nota n.º 14)	—	207 205	—	—	207 205
Carteira de títulos:					
Provisão para depreciação de títulos de negociação (nota n.º 10)	40 483	214 693	(247 537)	—	7 639
Provisão para depreciação de títulos de investimento (nota n.º 10) ..	1 135 197	265 224	(660 771)	(52 467)	687 183
Participações financeiras (notas n.ºs 50 e 52)	11 473 808	445 058	(1 085 984)	(223 885)	10 608 997
Outros activos:					
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 31)	10 008	3 014	(7 186)	—	5 836
	<u>15 358 172</u>	<u>8 230 523</u>	<u>(8 442 944)</u>	<u>(301 290)</u>	<u>14 844 461</u>
Provisões para riscos e encargos:					
Provisões para riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	142 646	6 220	(85 476)	—	63 390
Provisões para outros riscos e encargos	291 489	80 796	(49 610)	—	322 675
	<u>434 135</u>	<u>87 016</u>	<u>(135 086)</u>	<u>—</u>	<u>386 065</u>
Fundo para riscos bancários gerais	276 466	—	—	—	276 466
	<u>16 068 773</u>	<u>8 317 539</u>	<u>(8 578 030)</u>	<u>(301 290)</u>	<u>15 506 992</u>

	Consolidado em 2002						
	Saldo em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Crédito concedido:							
Provisão para crédito vencido (nota n.º 14)	298 690	2 370 806	—	—	29 180	—	2 698 676
Provisão para risco-país (nota n.º 14)	69 983	22 081	(93 537)	—	—	1 473	—
Carteira de títulos:							
Provisão para depreciação de títulos de negociação (nota n.º 10)	22 301	54 984	(36 802)	—	—	—	40 483
Provisão para depreciação de títulos de investimento (nota n.º 10)	5 045 611	1 124 065	(1 103 796)	(3 930 683)	—	—	1 135 197
Provisão para risco-país (nota n.º 10)	194 228	3 482	(197 710)	—	—	—	—
Participações financeiras (notas n.os 50 e 52)	12 336 694	3 116 069	—	(3 978 955)	—	—	11 473 808
Outros activos:							
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 31)	35 718	3 470	—	—	(29 180)	—	10 008
	<u>18 003 225</u>	<u>6 694 957</u>	<u>(1 431 845)</u>	<u>(7 909 638)</u>	<u>—</u>	<u>1 473</u>	<u>15 358 172</u>
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões para riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	144 076	93 726	(95 156)	—	—	—	142 646
Provisões para outros riscos e encargos	812 777	23 103 898	(2 238 364)	(21 386 822)	—	—	291 489
	<u>956 853</u>	<u>23 197 624</u>	<u>(2 333 520)</u>	<u>(21 386 822)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>434 135</u>
Fundo para riscos bancários gerais	338 816	—	(2 074)	(60 276)	—	—	276 466
	<u>19 298 894</u>	<u>29 892 581</u>	<u>(3 767 439)</u>	<u>(29 356 736)</u>	<u>—</u>	<u>1 473</u>	<u>16 068 773</u>

O movimento nas provisões do Banco, durante os exercícios de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	Banco em 2003				
	Saldo em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldo em 31 de Dezembro de 2003
Crédito concedido:					
Provisão para crédito vencido (nota n.º 14)	2 698 676	7 099 571	(6 441 466)	(29 180)	3 327 601
Provisão para risco-país (nota n.º 14)	–	207 205	–	–	207 205
Carteira de títulos:					
Provisão para depreciação de títulos de negociação (nota n.º 10)	40 483	214 693	(247 537)	–	7 639
Provisão para depreciação de títulos de investimento (nota n.º 10)	1 052 851	219 489	(546 991)	(52 467)	672 882
Participações financeiras (notas n.os 50 e 52)	10 763 945	232 739	(193 170)	(223 885)	10 579 629
Partes de capital em empresas coligadas:					
NCO Dealer (notas n.os 6 e 52)	42 926 207	–	–	–	42 926 207
NCO Gestão de Patrimónios (nota n.º 6)	756 201	–	–	–	756 201
	<u>58 238 363</u>	<u>7 973 697</u>	<u>(7 429 164)</u>	<u>(305 532)</u>	<u>58 477 364</u>
Provisões para riscos e encargos:					
Provisões para riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	142 798	6 220	(85 476)	–	63 542
Provisões para outros riscos e encargos	277 094	76 547	(49 605)	–	304 036
	<u>419 892</u>	<u>82 767</u>	<u>(135 081)</u>	<u>–</u>	<u>367 578</u>
	<u>58 658 255</u>	<u>8 056 464</u>	<u>(7 564 245)</u>	<u>(305 532)</u>	<u>58 844 942</u>

	Banco em 2002						
	Saldo em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Crédito concedido:							
Provisão para crédito vencido (nota n.º 14)	298 690	2 370 806	—	—	29 180	—	2 698 676
Provisão para risco-país (nota n.º 14)	63 983	22 001	(93 537)	—	—	1 473	—
Carteira de títulos:							
Provisão para depreciação de títulos de negociação (nota n.º 10)	22 301	54 984	(36 802)	—	—	—	40 483
Provisão para depreciação de títulos de investimento (nota n.º 10)	5 029 760	593 814	(640 040)	(3 930 683)	—	—	1 052 851
Provisão para risco-país (nota n.º 10)	194 228	3 482	(197 710)	—	—	—	—
Participações financeiras (notas n.ºs 50 e 52)	12 336 694	2 406 206	—	(3 978 955)	—	—	10 763 945
Partes de capital em empresas coligadas:							
NCO Dealer (notas n.ºs 6 e 52)	—	42 926 207	—	—	—	—	42 926 207
NCO Gestão de Patrimónios (nota n.º 6)	—	756 201	—	—	—	—	756 201
Outros activos:							
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 31)	29 180	—	—	—	(29 180)	—	—
	<u>17 980 836</u>	<u>49 133 781</u>	<u>(968 089)</u>	<u>(7 909 638)</u>	<u>—</u>	<u>1 473</u>	<u>58 238 363</u>
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões para riscos gerais de crédito (nota n.º 14)	146 304	93 726	(97 232)	—	—	—	142 798
Provisões para outros riscos e encargos	816 383	22 937 500	(2 077 797)	(21 398 992)	—	—	277 094
	<u>962 687</u>	<u>23 031 226</u>	<u>(2 175 029)</u>	<u>(21 398 992)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>419 892</u>
	<u>1 8 943 523</u>	<u>72 165 007</u>	<u>(3 143 118)</u>	<u>(29 308 630)</u>	<u>—</u>	<u>1 473</u>	<u>58 658 255</u>

As dotações registadas durante o exercício de 2002 incluem, no consolidado e no Banco, provisões para a menos-valia potencial na participação financeira na Pararede, SGPS, S. A., no montante de 2 331 206 euros, as quais foram registadas por contrapartida de reservas (notas n.ºs 50 e 52).

Adicionalmente, no exercício de 2002, as demonstrações financeiras individuais incluem uma dotação da provisão para a participação na NCO Dealer, no montante de 42 926 207 euros, a qual foi registada também por contrapartida de reservas (notas n.ºs 6 e 52).

As utilizações de provisões para participações financeiras realizadas durante os exercícios de 2000 e incluem, no consolidado e no Banco, utilizações efectuadas em operações de venda de acções Pararede, SGPS, S. A., nos montantes de 48 531 euros e 3 928 955 euros (notas n.ºs 39 e 50).

As dotações e as utilizações da provisão para outros riscos e encargos efectuadas em 2002 incluem, no consolidado e no Banco, um montante de 20 841 114 euros, correspondente ao pagamento efectuado pelo Banco a uma instituição de crédito estrangeira, na sequência das fianças prestadas em 2001 a favor de um conjunto de sociedades não residentes, para as quais foram transferidos durante o exercício de 2001, um conjunto de valores mobiliários alienados pelo Banco, cuja aquisição por estas sociedades foi financiada pela instituição de crédito estrangeira beneficiária das fianças acima referidas.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Activo:				
Juros a receber:				
De aplicações em instituições de crédito	2 107	2 107	2 462	2 843
De crédito concedido	3 939	3 939	120 045	120 045
De títulos	66 826	69 404	79 220	81 303
Comissões por serviços de consultoria	174 547	174 547	—	—
Comissões de <i>advising</i> do Portugal Blue Chip Fund	—	15 355	—	18 815
Comissões de gestão de carteira	—	168 012	—	73 993
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.:				
Imputação de custos	69 582	—	69 582	—
Comissão de liquidação	99 759	—	99 760	—
Comissões de custódia	180 016	180 016	193 085	193 085
Outros proveitos a receber	33 806	33 806	73 424	73 424

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Despesas com custo diferido:				
Consultoria estratégica	—	—	235 154	235 154
Serviços especializados de informação	—	11 125	—	—
Outras despesas com custo diferido	70 838	75 075	41 674	199 802
Prémios pagos por opções compradas:				
Mercado de balcão (nota n.º 33)	218 914	218 914	1 709 767	1 709 767
Warrants	—	—	165 359	165 359
Operações em bolsa a regularizar — compras (comitentes)	7 591 628	13 847 546	1 886 163	2 733 468
Liquidação ao sistema	141 977	3 886 584	—	—
Operações activas a regularizar	440 000	440 000	154 763	834 620
Operações fora de bolsa a regularizar	—	—	—	38 615
Operações de bolsa a regularizar com correspondentes	—	—	257	257
Cheques em trânsito	—	—	—	113 426
Pagamentos por conta de IRC	56 284	87 131	2 993	14 154
Outras contas de regularização	44 032	91 522	46 530	46 825
	9 194 255	19 305 083	4 880 238	6 654 955

A rubrica de operações em bolsa a regularizar — compras (comitentes) corresponde aos valores a receber de comitentes resultantes da compra de títulos cuja liquidação financeira ainda não ocorreu à data do balanço.

As operações de intermediação cujas entidades liquidatárias sejam externas, nomeadamente instituições de crédito e corretores, são liquidadas directamente através do Banco de Portugal, movimentando o Banco e a NCO Dealer as respectivas comissões (nota n.º 56). Em 31 de Dezembro de 2003, o montante líquido das operações a receber através do Banco de Portugal ascende a 141 977 euros (3 886 584 euros nas contas consolidadas) e encontra-se registado na rubrica de liquidação ao sistema. Em

31 de Dezembro de 2002, o montante líquido das operações a pagar ascende a 383 797 euros (1 207 079 euros nas contas consolidadas).

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo da rubrica de consultoria estratégica corresponde aos custos com um projecto de consultoria visando a redefinição da estratégia de desenvolvimento da actividade do Banco, os quais estavam a ser amortizados em três anos. Durante o exercício de 2003, estes montantes foram integralmente amortizados.

Os warrants encontram-se valorizados de acordo com o respectivo valor de mercado, estando as respectivas menos-valias potenciais reflectidas na rubrica de débitos para com clientes (nota n.º 18).

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Passivo:				
Juros a pagar:				
De recursos de instituições de crédito	2 414	2 089	25 310	25 310
De depósitos	106 171	106 171	163 085	163 085
De empréstimos subordinados	56 801	—	83 300	—
Provisão para férias e subsídio de férias	215 024	349 470	289 247	485 615
Comissões a pagar	8 400	15 335	8 400	18 107
Outros custos a pagar	39 862	96 293	81 250	128 901
Receitas com proveito diferido	1 802	1 802	394 735	394 735
Títulos nacionais de expropriação	356 468	356 468	375 322	375 322
Provisão para IRC	8 794	12 440	14 837	28 070
Operações em bolsa a regularizar — vendas (comitentes)	447 960	10 430 190	1 194 965	1 378 839
Cheques em trânsito	—	—	—	113 426
Operações passivas a regularizar	—	—	74 111	74 116
Operações de bolsa a liquidar com correspondentes	7 276 152	7 276 152	166 954	166 954
Operações fora de bolsa a regularizar	4	4	533 148	669 448
Liquidação ao sistema	6 147	6 147	383 797	1 207 079
Outras contas de regularização	234 246	271 005	2 208	12 199
	8 760 245	18 923 566	3 790 669	5 241 206

A rubrica de operações em bolsa a regularizar — vendas (comitentes) corresponde aos valores a pagar a comitentes resultantes da venda de títulos cuja liquidação financeira ainda não ocorreu à data do balanço.

A rubrica de operações de bolsa a liquidar com correspondentes corresponde aos valores a pagar relativos a operações sobre valores mobiliários efectuadas através de correspondentes estrangeiros, cuja liquidação financeira ainda não ocorreu à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de receitas com proveito diferido, corresponde essencialmente à diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso das obrigações de cupão zero detidas pelo Banco, a qual é imputada a resultados de forma escalonada ao longo do período de vida das obrigações.

31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Activo:				
Clientes	1 244 796	1 271 081	1 454 070	1 981 441
CBI — SGPS, Unipessoal, L. ^{da}	1 400 000	—	1 400 000	—
NCO Dealer	3 207	—	5 786	—
NCO GP	423	—	—	—
Adiantamentos a fornecedores	1 229	30 318	—	44 073
Adiantamentos a colaboradores	66 119	71 213	153 985	155 799
Empréstimos subordinados	125 000	—	—	—
Ganhos não realizados em contratos de opções:				
Mercado de balcão — opções compradas (nota n.º 33)	360 000	360 000	328 800	328 800
Quotas	1 625	1 625	1 625	1 625
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a receber	50 754	50 754	—	—
Imposto de transferência	28 898	28 898	—	—
IVA a recuperar	70 002	70 002	77 514	77 514
Margem inicial em operações sobre futuros	616 024	616 024	607 876	607 876
Garantias financeiras — mercado à vista	—	477 881	—	—
Outros impostos	—	—	28 481	28 481
Devedores por operações mobiliárias	1 445	1 445	—	—
Participação na Euronext Lisbon	—	496 500	—	16 347
Outros	1 401	13 692	53 679	71 771
	3 970 923	3 489 433	4 111 816	3 313 727
Provisão para créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 25)	—	(5 836)	—	(10 008)
	3 970 923	3 483 597	4 111 816	3 303 719

O saldo a receber da CBI — SGPS, Unipessoal, L.^{da}, corresponde a suprimentos concedidos pelo Banco, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de empréstimos subordinados das demonstrações financeiras individuais corresponde a um empréstimo à NCO — Gestão de Patrimónios, S. A. Este crédito foi cedido ao Banco pela NCO — SGPS, S. A., durante o exercício de 2003.

Durante o exercício de 2003, a NCQ Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., procedeu, de acordo com instruções do

Banco de Portugal, à reavaliação das acções que detêm na Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.

Estas acções foram reavaliadas com base num valor unitário de 19,86 euros, tendo originado um ganho, registado na rubrica de ganhos extraordinários, no montante de 480 153 euros (nota n.º 39).

A rubrica de margem inicial em operações sobre futuros corresponde às garantias em numerário que o Banco constituiu na Bolsa de Valores de Madrid (Meff).

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Passivo:				
Credores por parcelas a realizar em títulos subscritos:				
FIQ/PME Investimentos — Global	1 493 989	1 493 989	2 493 989	2 493 989
FIQ Central — FRIE	673 939	673 939	99 760	99 760
Fornecedores de bens e serviços	167 976	103 599	435 233	629 908
Credores diversos	—	130 824	37 410	260 546
NCO Dealer	24 883	—	56 435	—
Retenção de impostos na fonte	51 553	65 359	39 783	69 615
Taxa de supervisão para a CMVM	51 562	54 131	—	—
Outros impostos	2 636	5 436	3 999	3 999
IVA a pagar	2 230	35 806	1 481	53 840
Contribuições para a segurança social	32 448	49 101	37 205	56 511
Outros	—	6 174	1 243	8 422
	2 501 216	2 618 358	3 206 538	3 676 590

33 — Operações a prazo ainda não vencidas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Operações a prazo sobre futuros:				
Contratos próprios	1 814 154	1 814 154	1 547 817	1 547 817
Contratos por conta de clientes	2 486 914	2 486 914	1 568 533	1 568 533
	4 301 068	4 301 068	3 116 350	3 116 350

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Contratos de opções:				
Opções compradas em mercado de balcão	6 000 000	6 000 000	11 333 988	11 333 988
	10 301 068	10 301 068	14 450 338	14 450 338

Os contratos de futuros da carteira própria do Banco apresentam a seguinte composição, de acordo com o tipo de contrato:

	2003		
	Número de contratos	Valor nominal por contrato	Valor por livros
Posições de negociação:			
Portugal Telecom	1 101	100	879 699
EDP	3 295	100	688 655
BCP	1 040	100	184 120
PTM	40	100	61 680
			1 814 154

	2002		
	Número de contratos	Valor nominal por contrato	Valor por livros
Posições de negociação:			
PSI — 20	2	100	11 672
Portugal Telecom	1 445	100	934 915
EDP	2 721	100	438 081
BCP	244	100	54 656
Sonae	1 530	100	61 353
Telecel	50	100	37 100
PTM	10	100	10 040
			1 547 817

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as posições mantidas em produtos derivados transaccionados em mercado de balcão foram reavaliadas, tendo as correspondentes mais e menos-valias potenciais sido reconhecidas como proveitos e custos do exercício. O custo a pagar em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, relativo ao depósito *everest* (nota n.º 18) foi também apurado com base numa reavaliação.

O resumo dos resultados apurados na valorização destes produtos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 é o seguinte:

	2003					
	Valor nominal	Data de emissão	Data de vencimento	Prémios recebidos/(pagos) (nota n.º 27)	Valor de mercado	Ganhos/(perdas) potenciais (notas n.ºs 31 e 18)
Opções compradas:						
Operação de cobertura do depósito <i>everest</i>	6 000 000	4-1-2000	11-10-2011	(218 914)	360 000	360 000
Produto <i>everest</i> :						
Depósito recebido	6 000 000	4-10-2000	11-10-2011	—	6 360 000	360 000
	2002					
	Valor nominal	Data de emissão	Data de vencimento	Prémios recebidos/(pagos) (nota n.º 27)	Valor de mercado	Ganhos/(perdas) potenciais (notas n.ºs 31 e 18)
Opções compradas	5 333 988	3-5-2001	5-5-2003	(1 303 555)	(16 750)	(1 286 805)
Operação de cobertura do depósito <i>everest</i>	6 000 000	4-10-2000	11-10-2005	(406 212)	328 800	328 800
	11 333 988			(1 709 767)		
Produto <i>everest</i> :						
Depósito recebido	6 000 000	4-10-2000	11-10-2005		6 328 800	(328 800)

A opção comprada para cobertura das responsabilidades com o depósito *everest* (nota n.º 18), garante ao Banco o recebimento, na data de vencimento, de uma remuneração variável correspondente a 50% do respectivo valor nominal, acrescido do valor que resultar da multiplicação de 50% do valor nominal pelo coeficiente correspondente à menor valorização observada entre os dias 11 de Outubro de 2000 e 4 de Outubro de 2005, de entre um conjunto de 23 acções cotadas em bolsas internacionais. Esta remuneração é equivalente ao custo a pagar pelo Banco relativamente ao depósito.

Em 31 de Dezembro de 2002, a opção comprada com vencimento em Maio de 2003 garantia ao Banco o direito de adquirir 510 000 acções Portugal Telecom, em 5 de Maio de 2003, ao preço de 10,5588 euros.

34 — Efectivos:

O efectivo de trabalhadores ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 está distribuído como segue:

	2003		2002	
	Banco	Conso- lidado	Banco	Conso- lidado
Administração	3	4	7	12
Quadros superiores	10	13	8	11
Quadros técnicos	20	33	32	49
Administrativos	7	17	8	15
	<u>40</u>	<u>67</u>	<u>55</u>	<u>87</u>

35 — Órgãos de administração e fiscalização:

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de administração e de fiscalização em 2003 e 2002 ascendeu a 271 760 euros e 599 902 euros, respectivamente (710 176 euros e 1 180 650 euros a nível das contas consolidadas).

37 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2003, o montante global dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira ascendia a 1 675 281 euros e 1 604 437 euros, respectivamente (2 724 118 euros e 2 648 708 euros, em 31 de Dezembro de 2002).

38 — Proveitos ventilados por mercados:

Durante os exercícios de 2003 e 2002, os proveitos gerados pelo Banco ao nível consolidado, apresentam a seguinte composição, de acordo com o mercado geográfico onde foram realizados:

	2003		
	Portugal	Guernsey	Total
Juros e proveitos equiparados	677 496	2 188	679 684
Rendimento de títulos	101 705	—	101 705
Comissões	5 082 471	26 480	5 108 951
Lucros em operações financeiras	5 000 996	—	5 000 996
Outros proveitos de exploração	74 267	—	74 267
	<u>10 936 935</u>	<u>28 668</u>	<u>10 965 603</u>

	2002		
	Portugal	Guernsey	Total
Juros e proveitos equiparados	1 831 225	22 514	1 853 739
Rendimento de títulos	302 944	—	302 944
Comissões	7 084 970	186 165	7 271 135
Lucros em operações financeiras	12 822 581	1 776	12 824 357
Outros proveitos de exploração	90 061	—	90 061
	<u>22 131 781</u>	<u>210 455</u>	<u>22 342 236</u>

A totalidade dos proveitos gerados pelo Banco durante os exercícios de 2003 e 2002, tiveram origem em operações realizadas em Portugal.

39 — Outros custos e proveitos de exploração/perdas e ganhos extraordinários:

Nos exercícios de 2003 e 2002, as rubricas de outros custos e proveitos de exploração têm a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	23 829	23 829	23 611	23 611
Imputação de custos da Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros, L.ª	71 917	—	—	—
Contribuição anual para o FGD	4 375	4 375	4 375	4 375
Taxa de actividade da sucursal financeira exterior	30 000	45 608	35 544	35 544
Taxa SWIFT	—	—	1 975	1 975
Outros	1 208	3 709	4 817	21 632
	<u>131 329</u>	<u>77 521</u>	<u>70 322</u>	<u>87 137</u>

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Outros proveitos de exploração:				
Rendimento de imóveis	21 626	21 626	20 817	20 817
Custos imputados à NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	139 165	—	139 165	—
Outros	65 972	52 641	78 293	69 244
	<u>226 763</u>	<u>74 267</u>	<u>238 275</u>	<u>90 061</u>

Os custos imputados à NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., correspondem à estimativa do valor dos custos de funcionamento suportados pelo Banco durante os exercícios de 2003 e 2002 e atribuíveis à actividade desta sociedade.

Nos exercícios de 2003 e 2002, as rubricas de perdas e ganhos extraordinários têm a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias realizadas na venda ou abate de imobilizado	30 996	30 996	271 819	310 396
Menos-valias realizadas na alienação de participações financeiras:				
Pararede, SGPS, S. A.	20 250	20 250	501 143	501 143
Indemnizações a funcionários	135 684	252 079	65 853	298 205
Perdas relativas a exercícios anteriores:				
Despesas com abandono de instalações	—	—	170 601	170 601
Regularização de comissões	—	—	105 188	108 006
Liquidação adicional de imposto do selo	—	—	80 729	80 729
Insuficiência de provisão para férias e subsídio de férias	—	14 877	—	—
Insuficiência de estimativa de impostos sobre lucros	—	—	13 767	13 767
Outras	6 217	23 841	8 842	11 517
Outras perdas extraordinárias	<u>24 579</u>	<u>26 576</u>	<u>1</u>	<u>456</u>
	<u>217 726</u>	<u>368 619</u>	<u>1 217 943</u>	<u>1 434 820</u>
Ganhos extraordinários:				
Ganhos relativos a exercícios anteriores:				
Excesso de estimativa para férias e subsídio de férias	38 868	62 345	—	21 308
Excesso de estimativa de impostos sobre lucros	—	—	—	9 593
Regularização de comissões	—	—	—	7 245
Outros	30 329	34 632	73 513	90 965
Mais-valias realizadas na alienação de participações financeiras:				
Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados:				
Valor atribuído no âmbito da fusão da BVLP com a Euronext Lisbon	—	—	686 956	1 758 696
Valias resultantes de vendas realizadas	—	—	1 813 251	4 304 944
Ganhos na reavaliação de participações:				
Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados	—	480 153	—	—
Mais-valias realizadas na venda ou abate de imobilizado	103 473	104 860	44 544	73 283
Outros ganhos extraordinários	<u>5 536</u>	<u>14 839</u>	<u>5 474</u>	<u>8 216</u>
	<u>178 206</u>	<u>696 829</u>	<u>2 623 738</u>	<u>6 274 250</u>

Nos exercícios de 2003 e 2002, o saldo da rubrica de menos-valias realizadas na alienação de participações financeiras corresponde às menos-valias apuradas na venda de respectivamente, 135 000 e 3 404 306 acções Pararede — SGPS, S. A., pelos montantes totais de 28 350 euros e 1 813 785 euros, respectivamente.

No exercício de 2002, o saldo da rubrica de menos-valias realizadas na venda ou abate de imobilizado inclui o montante de 211 671 euros relativo ao abate de imobilizado das lojas da rede do investidor de Lisboa, Faro e Leiria.

No exercício de 2003, a rubrica de ganhos na reavaliação de participações corresponde ao ganho apurado pela NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., na reavaliação das acções que detém na Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A. (nota n.º 31).

No exercício de 2002, o saldo da rubrica de mais-valias realizadas na alienação de participações financeiras — Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A., inclui, no âmbito individual, o montante de 1 813 251 euros correspondente às mais-valias realizadas na venda de 94 973 acções desta entidade, pelo montante total de 1 931 015 euros. No consolidado, foram registadas mais-valias de 4 304 944 euros, resultantes da venda de 218 143 acções pelo montante total de 4 527 496 euros.

Nos exercícios de 2003 e 2002, o saldo da rubrica de mais-valias realizadas na venda ou abate de imobilizado inclui os montantes de 89 232 euros e 27 279 euros, respectivamente, resultantes da venda das fracções de um edifício não afecto à actividade (nota n.º 11).

41 — Impostos:

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 30%, acrescida da correspondente derrama (10% da taxa de IRC), ao que corresponde uma taxa agregada de imposto de 33%.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência, sendo susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação vigente, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de quatro anos, ou pelo período de reporte dos prejuízos fiscais (cinco anos para a segurança social). Em virtude desta regra, as declarações fiscais do Banco relativas aos exercícios de 2000 a 2003 poderão ainda vir a ser revistas. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57.º do Código do IRC, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que venha a ser efectuada qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, que seja significativa para as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

42 — Carga fiscal:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício adicionando aquela dotação foi a seguinte:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Dotação para impostos sobre lucros	8 794	14 990	14 837	26 070
Prejuízo antes de impostos	(4 616 277)	(4 185 215)	(26 806 339)	(27 062 942)

47 — Resultados realizados com filiais:

Ver informação apresentada na nota n.º 21.

50 — Participações:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2003					2002	
	Quantidade	Valor nominal	Participação (percentagem)	Custo de aquisição	Provisões (nota n.º 25)	Valor de balanço	Valor de balanço
Pararede, SGPS, S. A.	7 150 020	1 430 004	3,26	13 113 946	(10 579 629)	2 534 317	2 594 257
FIEP — Fundo para a Internacionalização de Empresas Portuguesas	200 000	200 000	1,00	997 596	—	997 596	997 596
M. S. Vinhos, S. A.	—	—	—	—	—	—	1 022 536
Madragoa Filmes Exibição — SGPS, S. A.	500 000	500 000	8,3	500 000	—	500 000	500 000
Central Fundos, SGFIM, S. A.	20 000	99 760	10,00	108 239	—	108 239	108 239
Rural Rent, L.ª	—	—	—	—	—	—	24 880
Uniténis, L.ª	1	3 990	—	3 990	—	3 990	3 990
<i>Total individual</i>	—	—	—	14 723 771	(10 579 629)	4 144 142	5 251 498
Sítios — Serviços de Informação Turística, S. A.	212 500	212 500	37,70	450 000	—	450 000	450 000
Future Art Holdings	1 250 000	1 250 000	30,15	1 250 000	(29 368)	1 220 632	540 137
<i>Total consolidado</i>	—	—	—	16 423 771	(10 608 997)	5 814 774	6 241 635

Durante o exercício de 2001, o Banco adquiriu a accionistas fundadores da Pararede, SGPS, S. A., 2 159 639 acções e subscreveu 1 236 421 acções desta empresa no aumento de capital reservado a accionistas, pelos montantes totais de 1 511 749 euros e 1 236 421 euros, respectivamente.

Adicionalmente, assumiu o compromisso de adquirir a outra instituição de crédito, até 31 de Dezembro de 2002, um total de 3 693 266 acções correspondentes à participação do Banco na tomada firme das acções não subscritas por outros accionistas durante o aumento de capital acima referido, ao preço de 1 euro por acção, acrescido de juros sobre o capital envolvido calculados à taxa Euribor a um ano. O custo de aquisição das acções foi registado na rubrica de participações, por contrapartida da rubrica de débitos para com instituições de crédito. Durante o mês de Dezembro de 2002, a instituição de crédito acima referida aprovou a prorrogação por 180 dias do reembolso de parte do crédito acima referido, no montante de 3 000 000 euros (nota n.º 18), o qual foi reembolsado pelo Banco durante o exercício de 2003.

Durante os exercícios de 2003 e 2002, o Banco vendeu 135 000 e 3 404 306 acções Pararede, SGPS, S. A., pelos montantes totais de 28 350 euros e 1 813 785 euros, respectivamente, tendo registado na rubrica de perdas extraordinárias menos-valias calculadas face ao valor líquido de balanço em 31 de Dezembro do exercício anterior nos mon-

tantes de 20 250 euros e 501 143 euros, respectivamente, e utilizado provisões constituídas em exercícios anteriores nos montantes de 48 531 euros e 3 928 955 euros, respectivamente (notas n.ºs 25 e 39).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a provisão registada pelo Banco para a participação financeira na Pararede, SGPS, S. A., corresponde a cerca de 94% e 90%, respectivamente, da respectiva menos-valia latente, calculada com base no valor de mercado das acções desta empresa em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, respectivamente. Nestas, datas, as parcelas das menos-valias latentes não provisionadas ascendiam a cerca de 675 312 euros e 1 137 253 euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2001, a menos-valia latente calculada com base no valor de mercado nessa data encontrava-se integralmente provisionada.

Durante o exercício de 2003, o Banco alienou ao Central FRIE a sua participação no capital social da M.S. Vinhos, S. A., pelo montante de 1 022 536 euros.

51 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 13 500 000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada.

Os principais accionistas do Banco em 31 de Dezembro de 2002 eram os seguintes:

	Acções detidas	Porcentagem de participação
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.	3 514 717	26,03
NCO — SGPS e Nuno Contreras de Oliveira	3 117 697	23,09
Grupo Valouro — SGPS, S. A.	901 285	6,68
Zubareia — SGPS, S. A.	845 206	6,26
Credit Suisse First Boston, S. A.	630 000	4,67
Joaquim António F. Ferreira dos Santos	429 660	3,18
Outros accionistas	4 061 435	30,09
	13 500 000	100,00

Em 5 de Agosto de 2003, a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L. (Caixa Central) adquiriu aos accionistas NCO — SGPS, S. A., Nuno Boullosa Contreras de Oliveira, Avibom, SGPS, S. A., Vetesa Sul — Nutrição Animal, S. A., e Grupo Valouro — SGPS, S. A., as respectivas participações no capital do Banco, num total de 4 851 271 acções.

Na sequência desta aquisição, a Caixa Central lançou em 7 de Agosto de 2003, uma oferta pública de aquisição sobre a totalidade do capital do Banco que ainda não se encontrava na sua posse, ao preço de 1 euro por acção. Na sequência desta operação, a Caixa Central passou a deter 12 858 610 acções do Banco, atingindo desta forma uma participação de 95,25% no seu capital.

Em 6 de Novembro de 2003, a Caixa Central procedeu ao registo junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da aquisição

potestativa das restantes 641 390 acções, ao preço de 1 euro por acção, passando a deter a totalidade do capital social do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2002, o Portugal Blue Chip Fund, um fundo de acções no qual o Banco possui a totalidade das unidades de participação, tal como explicado na nota n.º 10, detinha 269 000 acções do Banco, no montante de 333 560 euros. Nesta data, as unidades de participação neste fundo estavam registadas na carteira de investimento, encontrando-se as menos-valias potenciais integralmente provisionadas. Numa avaliação patrimonial as acções próprias deverão ser reduzidas ao valor da situação líquida do Banco pelo montante acima referido.

52 — Movimento na situação líquida:

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida do Banco durante os exercícios de 2002 e 2003 foi o seguinte:

	Capital	Prémios de emissão	Reservas			
			Legal	Reavaliação	Livres	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	67 500 000	34 765 590	561 021	687 056	402 110	1 650 187
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para resultados transitados	—	—	—	—	—	—
Provisionamento da participação financeira na Pararede	—	—	—	—	—	—
Provisionamento da participação na NCO Dealer	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	67 500 000	34 765 590	661 021	687 056	402 110	1 650 187
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para resultados transitados	—	—	—	—	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	67 500 000	34 765 590	561 021	687 056	402 110	1 650 187
			Resultados transitados	Prejuízo do exercício	Total	
Saldos em 31 de Dezembro de 2001			(12 336 694)	(17 659 760)	73 919 323	
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para resultados transitados			(17 659 760)	17 659 760	—	
Provisionamento da participação financeira na Pararede			(2 331 206)	—	(2 331 206)	
Provisionamento da participação na NCO Dealer			(42 926 207)	—	(42 926 207)	
Resultado líquido do exercício			—	(26 821 176)	(26 821 176)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2002			(75 253 867)	(26 821 176)	1 840 734	
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para resultados transitados			(26 821 176)	26 821 176	—	
Resultado líquido do exercício			—	(4 607 483)	(4 607 483)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2003			(102 076 043)	(4 607 483)	(2 766 749)	

Durante o exercício de 2002, na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal através de carta datada de 12 de Julho de 2002, o Banco registou por contrapartida da rubrica de resultados transitados, provisões para a participação financeira na Pararede — SGPS, S. A., no montante de 2 331 206 euros (notas n.ºs 25 e 50).

Adicionalmente, durante o exercício de 2002, o Banco registou igualmente por contrapartida da rubrica de resultados transitados, uma provisão para a participação na NCO Dealer, no montante de 42 926 207 euros (notas n.ºs 6 e 25).

O movimento ocorrido na situação líquida consolidada durante os exercícios de 2002 e 2003, foi o seguinte:

	Capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	67 500 000	34 765 590	(35 800 534)	(12 758 336)	(22 576 675)	31 130 045
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para reservas	—	—	(5 361 831)	(17 214 844)	22 576 675	—
Provisionamento da participação financeira na Pararede — SGPS, S. A.	—	—	—	(2 331 206)	—	(2 331 206)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	(27 089 012)	(27 089 012)
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	67 500 000	34 765 590	(41 162 365)	(32 304 386)	(27 089 012)	1 709 827
Aplicação do resultado do exercício:						
Transferência para reservas	—	—	(2 100 834)	(24 988 178)	27 089 012	—
Outros movimentos	—	—	—	(21 696)	—	(21 696)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	(4 170 225)	(4 170 225)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	67 500 000	34 765 590	(43 263 199)	(57 314 260)	(4 170 225)	(2 482 094)

53 — Lucro consolidado:

A formação do lucro consolidado nos exercícios de 2003 e 2002 foi a seguinte:

	2003	2002
Resultados líquidos individuais:		
Central — Banco de Investimento	(4 607 483)	(26 821 176)
Empresas coligadas:		
NCO Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem	353 989	1 957 971
NCO — Gestão de Patrimónios	96 291	(20 528)
Central Investimentos — Prestação de Serviços Financeiros	2 272	(6 563)
CBI — SGPS	(11 700)	(34 325)
CBI Finance	597	133 840
CBI Consulting	(4 191)	(5 387)
	437 258	2 025 008
Anulação de dividendos	—	(3 043 212)
Anulação de provisões:		
NCO — Gestão de Patrimónios (nota n.º 25)	—	756 201
Descobertos de empresas do grupo	—	(5 833)
Resultados consolidados	(4 170 225)	(27 089 012)

54 — Juros — custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Juros e custos equiparados:				
De instituições de crédito no País:				
Recursos a muito curto prazo	28 257	28 257	31 595	31 595
Depósitos à ordem	7 123	7 994	85 187	85 192
Depósitos a prazo	20 860	20 860	37 124	37 124
Empréstimos a curto prazo	345 176	274 585	701 443	701 443
Operações de venda com acordo de recompra	72 438	72 438	120 354	120 354
De instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos a prazo	17 503	17 503	35 390	35 390
Depósitos de clientes:				
À ordem	46 766	46 766	63 795	58 919
A prazo	306 417	306 417	962 826	942 922

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Outros recursos:				
Operações de venda com acordo de recompra	21 284	21 284	14 499	14 499
Empréstimos subordinados	318 066	3 509	314 811	—
Outros	—	—	6 862	6 930
	<u>1 183 890</u>	<u>799 613</u>	<u>2 373 886</u>	<u>2 034 368</u>
Juros e proveitos equiparados:				
Juros de disponibilidades	35 667	40 438	102 368	116 301
Juros de aplicações em instituições de crédito	32 506	33 037	595 035	655 279
Juros de crédito concedido	268 986	268 986	492 563	492 563
Juros de títulos de negociação	29 221	21 259	170 978	170 978
Juros de títulos de investimento	313 373	315 964	496 412	418 618
	<u>679 753</u>	<u>679 684</u>	<u>1 857 356</u>	<u>1 853 739</u>

55 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003			
	Banco		Consolidado	
	Lucros	Prejuízos	Lucros	Prejuízos
De reavaliação da posição cambial	32 003	(16 991)	32 003	(16 991)
Em títulos de negociação	733 682	(352 079)	736 641	(383 093)
Em títulos de investimento	11 330	(2 943)	142 410	(321 964)
Em contratos de futuros	2 517 308	(2 843 742)	2 517 308	(2 843 742)
Opções compradas	2 459 327	(1 985 426)	1 571 645	(1 778 239)
Outros	989	(52 243)	989	(63 154)
	<u>5 754 639</u>	<u>(5 253 424)</u>	<u>5 000 996</u>	<u>(5 407 183)</u>
	2002			
	Banco		Consolidado	
	Lucros	Prejuízos	Lucros	Prejuízos
De reavaliação da posição cambial	30 905	(187 607)	30 905	(187 607)
Em títulos de negociação	2 639 674	(5 533 136)	2 655 029	(5 540 675)
Em títulos de investimento	34 705	(199 453)	1 551 523	(3 137 482)
Em contratos de futuros	8 277 634	(5 846 297)	8 277 634	(5 846 297)
Em contratos de opções:				
Mercados organizados	35 877	(6 452)	35 877	(6 452)
Mercado de balcão:				
Opções compradas	211 477	(1 620 736)	211 477	(910 873)
Outros	60 409	(99 599)	61 912	(130 096)
	<u>11 290 681</u>	<u>(13 493 280)</u>	<u>12 824 357</u>	<u>(15 759 482)</u>

Nos exercícios de 2003 e 2002, os resultados em contratos de opções compradas em mercado de balcão incluem, nas demonstrações financeiras individuais, proveitos líquidos de 680 495 euros e um prejuízo de 709 863 euros, respectivamente, correspondentes aos resultados apurados na reavaliação do compromisso assumido pelo Banco de adquirir à CBI Finance, a participação detida por esta sociedade na Future Art Holdings (nota n.º 18).

56 — Comissões — proveitos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Corretagem	4 565	2 008 661	17 739	2 631 943
Liquidação de valores mobiliários	419 811	419 811	659 270	659 270
Cobrança de valores	58 212	58 885	73 888	73 888
Custódia de títulos	757 968	757 968	779 840	779 840

	2003		2002	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Depositário de fundos	358 485	358 485	327 902	327 902
Consultoria	563 752	636 543	1 771 572	2 086 850
Gestão de carteiras	478 185	804 953	198 842	567 184
Liquidação de operações de bolsa:				
NCO Dealer	199 519	—	199 519	—
Outros	21 247	13 266	103 273	103 273
Garantias prestadas	49 182	49 182	40 985	40 985
Outros	1 160	1 197	—	—
	<u>2 912 086</u>	<u>5 108 951</u>	<u>4 172 830</u>	<u>7 271 135</u>

A rubrica de liquidação de operações de bolsa corresponde à remuneração do Banco pelos serviços prestados à NCO Dealer — Sociedade de Financeira de Corretagem, S. A., relativos à liquidação de operações de bolsa realizadas pelos clientes desta sociedade.

57 — Passivos contingentes:

i) Encontram-se pendentes de decisão judicial duas acções movidas contra o Banco pela Fidalva — Sociedade de Participações e Investimentos, SGPS, S. A., no montante de 1 382 534 euros e 1 892 200 euros. Na segunda destas acções ocorreu já uma decisão favorável ao Banco em primeira instância, da qual o autor interpôs recurso. A primeira acção encontra-se a aguardar julgamento.

É convicção do conselho de administração, com base nas informações disponíveis, que as referidas acções improcederão, pelo que não foram constituídas quaisquer provisões para este fim.

ii) Na sequência da instauração pelo Banco de Portugal em 20 de Fevereiro de 2003, de um processo de contra ordenação contra o Banco, este foi condenado ao pagamento de uma coima no montante de 380 000 euros, cuja aplicação foi suspensa por um período de dois anos. Por este motivo, não foi registada qualquer provisão para esta contingência nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2003.

iii) Encontra-se pendente de decisão judicial uma acção contra o Banco movida por José Henrique Dias Alves, Henrique Alves Augusto e Ilda Augusta Alves, na qual se pede a anulação das deliberações sociais tomadas na assembleia geral de 24 de Abril de 2003, entre as quais a respeitante à transmissão integral do negócio do Banco para a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., a realizar por via da alienação de todos os activos e passivos, pelo preço global de 13 500 000 euros.

58 — Continuidade das operações:

Durante o exercício de 2003 o Banco registou um prejuízo consolidado de 4 170 225 euros, apresentando em 31 de Dezembro de 2003 uma situação líquida consolidada negativa de 2 482 094 euros. Neste sentido, a continuidade das operações do Banco e, consequentemente, a recuperação e classificação dos activos e o montante e classificação dos passivos, está integralmente dependente da manutenção do apoio financeiro do seu accionista, o qual definiu um plano de reorganização das actividades do Banco e das suas participadas, visando a sua integração no Grupo Crédito Agrícola, cujos principais aspectos são os seguintes:

i) Concentração da actividade nas áreas de negócio de intermediação, registo e guarda de valores mobiliários, consultoria financeira e gestão de activos, que serão desenvolvidas através de uma sociedade financeira de corretagem e de uma sociedade gestora de activos, na qual será integrada a filial NCO — Gestão de Patrimónios, S. A.

ii) Transferência para a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., das restantes actividades actualmente desenvolvidas pelo Banco, bem como dos activos e passivos que se lhes encontram associados. A transferência de activos e passivos será efectuada com base no respectivo valor contabilístico, motivo pelo qual não foram registadas provisões para possíveis perdas a incorrer na realização de activos ou para custos que de outra forma pudessem resultar deste processo de reestruturação.

O Conselho de Administração: *Mário Dúlio de Oliveira Negrão*, presidente — *Eduardo Augusto Pombo Martins*, vogal — *Sérgio Manuel Alves Contreiras*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas (individuais)

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras de Central Banco de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 61 894 216 euros e um total de capital próprio negativo de 2 766 483 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4 607 483 euros), as demonstrações de resultados e de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de central Banco de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

7 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

7.1 — Conforme é referido no relatório de gestão, na sequência da aquisição pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., da totalidade do capital social do Banco, mediante a reestruturação global prevista, e não obstante esta importar a extinção do banco enquanto sociedade independente, mostram-se asseguradas as condições para que possa ser dada continuidade às actividades mais significativas que vinha desenvolvendo e à satisfação integral dos seus passivos, que excedem os activos em 2 766 483 euros, o que justifica que as contas sejam apresentadas nesse pressuposto, sem que sejam considerados os efeitos que resultariam da adopção da perspectiva de liquidação;

7.2 — Conforme é referido na nota n.º 57 do anexo, mantêm-se ainda por determinar, em parte, os potenciais efeitos de processos pendentes, que, por constituírem então contingências relevantes para a apreciação da situação do Banco, foram objecto de limitação expressa na certificação legal das contas do exercício anterior. Consideramos que esses riscos pendentes, em face das circunstâncias referidas no ponto 7.1 anterior, deixaram de condicionar significativamente o processo de reestruturação em curso;

7.3 — Conforme é referido na nota n.º 50 do anexo às demonstrações financeiras, e vem sendo objecto de ênfase na certificação legal das contas, a provisão constituída para cobertura da depreciação da participação financeira na ParaRede, embora respeitando os mínimos determinados pelo Banco de Portugal (90% da menos-valia latente), seria insuficiente, face à valorização ao preço de mercado à data do balanço, em 675 312 euros (1 137 253 euros em 2002). Verifica-se, todavia, que esta perda potencial não se veio a materializar na alienação, entretanto já efectuada em data posterior à do balanço, da maior parte da participação detida;

7.4 — Conforme é referido na nota n.º 50 do anexo às demonstrações financeiras, e vem sendo objecto de ênfase na certificação legal das contas, a provisão constituída para cobertura da depreciação da participação financeira na ParaRede, embora respeitando os mínimos determinados pelo Banco de Portugal (90% da menos-valia latente), seria insuficiente, face à valorização ao preço de mercado à data do balanço, em 675 312 euros (1 137 253 euros em 2002). Verifica-se, todavia, que esta perda potencial não se veio a materializar na alienação, entretanto já efectuada em data posterior à do balanço, da maior parte da participação detida.

Porto, 4 de Março de 2004. — Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Noé Gonçalves Gomes*, revisor oficial de contas.

Certificação legal das contas (consolidadas)

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de Central Banco de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 57 247 357 euros e um total de capital próprio negativo de 2 482 094 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 4 170 225 euros), as demonstrações de resultados consolidados e de origem e aplicação de fundos consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração:

- a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
- b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação.

Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Noé Gonçalves Gomes*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório sobre a acção fiscalizadora e o parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo conselho de administração, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

Relatório

1 — No cumprimento do mandato que nos foi conferido pela assembleia geral, o qual, no respeitante ao presidente, teve início em 24 de Abril de 2003, e no âmbito das competências e deveres que nos estão atribuídos nos artigos 420.º, 422.º e 423.º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos:

- À fiscalização da administração da sociedade;
- À vigilância da observância da lei e do cumprimento do contrato de sociedade;
- À verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte;
- À verificação da exactidão do balanço, das demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos e do respectivo anexo;
- À verificação da conformidade dos princípios contabilísticos adoptados e critérios valorimétricos utilizados;
- À apreciação das perspectivas de continuidade da sociedade e das consequências do facto de o capital próprio se mostrar negativo;
- À apreciação, nos termos do artigo 452.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, do relatório de gestão elaborado pelo conselho de administração, bem como do relatório anual da fiscalização efectuada e da certificação legal das contas apresentados pelo revisor oficial de contas;
- À apreciação, nos termos previstos no artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais, das demonstrações financeiras consolidadas, do respectivo relatório de gestão e da certificação legal das contas consolidadas.

2 — Para o desempenho das nossas funções usámos os poderes que nos são conferidos no artigo 421.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo:

- Através do trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas, efectuado as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas tidas por convenientes;
- Obtido do conselho de administração e dos serviços as informações e esclarecimentos que solicitámos sobre os negócios, a actividade e a situação da sociedade, designadamente quanto aos projectos de redefinição e reestruturação das actividades do grupo, conduzidos pelo accionista único, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.;
- Tomado em consideração que o accionista único prevê a transferência, ao valor contabilístico, dos activos e passivos para o seu balanço ou para sociedades por si controladas, o que justifica não terem sido consideradas provisões para possíveis perdas a incorrer na realização de activos ou para custos que, de outra forma, resultariam do processo de liquidação, sendo as contas apresentadas com base no pressuposto da continuidade, não obstante os capitais próprios se mostrarem negativos em 2 766 483 euros.

3 — Em consequência da acção fiscalizadora desenvolvida concluímos que:

Os actos da administração do nosso conhecimento se enquadram no objecto da sociedade e respeitam o cumprimento da lei e do contrato de sociedade;

A contabilidade, o balanço, as demonstrações dos resultados e da origem e aplicação de fundos e respectivo anexo satisfazem as disposições legais e estatutárias;

O relatório de gestão clarifica a actividade desenvolvida e a situação e perspectivas da sociedade;

A certificação legal das contas merece a nossa concordância.

Parecer

4 — Nesta conformidade, somos de parecer que:

Sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, consolidadas, apresentados pelo conselho de administração; Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 4 de Março de 2004. — O Conselho Fiscal: *Manuel Nunes de Barros*, presidente — Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Noé Gonçalves Gomes*, revisor oficial de contas.

Relatório do auditor (contas individuais)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Central — Banco de Investimento, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de origem e aplicação de fundos do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no ponto 4 abaixo, a posição financeira individual do Central — Banco de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado individual das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário (nota n.º 3).

4 — Ao abrigo da legislação em vigor, o Banco prepara demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No entanto, as contas consolidadas são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira e os resultados das suas operações. Conforme se pode verificar pelas demonstrações financeiras anexas, em termos globais o impacto da consolidação em 31 de Dezembro de 2003 consiste numa redução do activo em 4 646 859 euros, numa redução das reservas de 152 603 euros e numa redução do prejuízo do exercício no montante de 437 258 euros.

5 — As demonstrações financeiras mencionadas no ponto 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações do Banco. Contudo, em 31 de Dezembro de 2003 o Banco apresenta uma situação líquida negativa de 2 766 749 euros, tendo registado durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 um prejuízo de 4 607 483 euros. Neste sentido, a continuidade das operações do Banco e, consequentemente, a recuperação e classificação dos activos e o montante e classificação dos passivos, está integralmente dependente da manutenção do apoio financeiro do seu accionista, o qual definiu um plano de reorganização das actividades do Banco e das suas participadas, cujos principais aspectos se encontram descritos na nota n.º 58. De acordo com este plano, os activos e passivos do Banco e das suas participadas serão transferidos para o accionista ou para sociedades por este controladas, com base nos respectivos valores contabilísticos, motivo pelo qual não foram registadas provisões para possíveis perdas a incorrer na realização de activos ou para custos que de outra forma pudessem resultar deste processo de reestruturação.

6 — As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são apresentadas apenas para fins comparativos, de forma a dar cumprimento às normas do Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria, datado de 14 de Março de 2003, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, duas reservas por desacordo e três ênfases. As reservas por limitação de âmbito estavam relacionadas com: (i) o facto de o conselho de administração responsável pela apresentação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 não ter assinado a carta de declaração de responsabilidade; (ii) o conselho de administração não nos ter facultado informação suficiente para nos permitir concluir sobre algumas operações realizadas pelo Banco; (iii)

com as contingências relacionadas com duas acções judiciais contra o Banco e com um processo de contra ordenação movido pelo Banco de Portugal; (iv) com o crédito concedido directa e indirectamente a uma empresa cotada e com o provisionamento da participação financeira nessa empresa e; (v) com as garantias prestadas a uma instituição de crédito nacional a favor de alguns empregados do Banco que nela contraíram empréstimos. As reservas por desacordo eram relativas ao reconhecimento em 2002 de custos originados em exercícios anteriores, resultantes de perdas realizadas com títulos que haviam sido transferidos para sociedades não residentes e à detenção de acções do Banco por um fundo integralmente controlado pelo Banco. As ênfases eram relativas ao assunto referido no ponto 5 acima, ao provisionamento por contrapartida de resultados transitados da participação numa empresa coligada e ao teor do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2001.

Lisboa, 4 de Março de 2004. — O Auditor, *Deloitte*.

Relatório do auditor (contas consolidadas)

1 — Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Central — Banco de Investimento, S. A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração de resultados consolidados por naturezas e a demonstração de origem e aplicação de fundos consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Central — Banco de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário (nota n.º 3).

4 — As demonstrações financeiras consolidadas mencionadas no ponto 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações do Banco. Contudo, em 31 de Dezembro de 2003, o Banco apresenta uma situação líquida consolidada negativa de 2 482 094 euros, tendo registado durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 um prejuízo consolidado de 4 170 225 euros. Neste sentido, a continuidade das operações do Banco e, consequentemente, a recuperação e classificação dos activos e o montante e classificação dos passivos, está integralmente dependente da manutenção do apoio financeiro do seu accionista, o qual definiu um plano de reorganização das actividades do Banco e das suas participadas, cujos principais aspectos se encontram descritos na nota n.º 58. De acordo com este plano, os activos e passivos do Banco e das suas participadas serão transferidos para o accionista ou para sociedades por este controladas, com base nos respectivos valores contabilísticos, motivo pelo qual não foram registadas provisões para possíveis perdas a incorrer na realização de activos ou para custos que de outra forma pudessem resultar deste processo de reestruturação.

5 — As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, são apresentadas apenas para fins comparativos, de forma a dar cumprimento às normas do

Banco de Portugal e aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria, datado de 14 de Março de 2003, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, duas reservas por desacordo e três ênfases. As reservas por limitação de âmbito estavam relacionadas com: (i) o facto de o conselho de administração responsável pela apresentação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, não ter assinado a carta de declaração de responsabilidade; (ii) o conselho de administração não nos ter facultado informação suficiente para nos permitir concluir sobre algumas operações realizadas pelo Banco; (iii) com as contingências relacionadas com duas acções judiciais contra o Banco e com um processo de contra ordenação movido pelo Banco de Portugal; (iv) com o crédito concedido directa e indirectamente a uma empresa cotada e com o provisionamento da participação financeira nessa empresa e; (v) com as garantias prestadas a uma instituição de crédito nacional a favor de alguns empregados do Banco que nela contraíram empréstimos. As reservas por desacordo eram relativas ao reconhecimento em 2002 de custos originados em exercícios anteriores, resultantes de perdas realizadas com títulos que haviam sido transferidos para sociedades não residentes e à detenção de acções do Banco por um fundo integralmente controlado pelo Banco. As ênfases eram relativas ao assunto referido no ponto 4 acima, ao provisionamento por contrapartida de resultados transitados da participação numa empresa coligada e ao teor do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2001.

Lisboa, 4 de Março de 2004. — O Auditor, *Deloitte*.

Acta n.º 27 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 2004, reuniu-se pelas 15 horas, na sede social, sita em Lisboa, na Avenida da República n.º 23, sem observância de formalidades prévias e nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia geral da Sociedade Central — Banco de Investimento, S. A., pessoa colectiva n.º 502220570, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 4579, com o capital social integralmente realizado de 62 500 000,00 euros.

A accionista titular da totalidade das acções representativas do capital social da sociedade, a Caixa Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., encontrava-se devidamente representada pela Dr.ª Maria Júlia de Almeida Rocha, que manifestou a vontade expressa de que a assembleia se constitua e delibere sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciar e deliberar sobre o relatório da gestão e as contas do exercício, elaboradas em termos individuais e consolidados, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003;

2.º Apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados, apresentada pelo conselho de administração, relativa àquele exercício social;

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4.º Apreciar a cooptação do Dr. Mário Dúlio de Oliveira Negrão para presidente do conselho de administração da sociedade, efectuada pelo conselho de administração;

5.º Proceder à eleição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004/2007.

Na ausência dos membros da mesa da assembleia geral, a Assembleia foi presidida, nos termos do n.º 3 do artigo 374.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo presidente do conselho fiscal, Dr. Manuel Nunes de Barros, que foi secretariado pela Dr.ª Maria Júlia de Almeida Rocha, representante da accionista única, Caixa Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L.

Além do presidente do conselho fiscal, Dr. Manuel Nunes de Barros, estavam igualmente presentes na assembleia, os membros do conselho de administração, Dr. Mário Dúlio de Oliveira Negrão, Dr. Eduardo Augusto Pombo Martins e Dr. Sérgio Manuel Arsénio Alves Contreiras, bem como o revisor oficial de contas e membro do conselho fiscal, Dr. Noé Gonçalves Gomes, em representação de Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª

Pelo presidente da mesa foram conferidas e rubricadas a carta mandadeira e a lista de presenças, assinadas pela representante da accionista única, as quais ficam arquivadas junto à presente acta, após o que declarou aberta a sessão.

Apreciando em simultâneo os pontos 1.º e 2.º da ordem de trabalhos, o vogal do conselho de administração, Dr. Eduardo Augusto Pombo Martins apresentou à representante da accionista única um

relato da situação económico-financeira da sociedade, remetendo para os aspectos mais relevantes do relatório da gestão e, das contas do exercício apresentados pelo conselho de administração.

A representante da accionista única requereu e obteve esclarecimentos complementares do conselho de administração, findos os quais aprovou o relatório da gestão e as contas individuais respeitantes ao exercício de 2003 bem como o relatório de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício, bem como a proposta do conselho de administração constante do seu relatório, que é do seguinte teor:

Conforme consta do balanço e restantes demonstrações financeiras, foi apurado, no exercício findo, um resultado negativo de 4 607 483,29 euros, propondo-se, assim, que o respectivo valor seja integralmente levado à conta de resultados transitados.

Passando ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, a representante da accionista única deliberou um voto de confiança nos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade em efectividade de funções pela forma como conduziram, durante o mandato em curso e desde a respectiva designação, os destinos sociais.

Quanto ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, a representante da accionista única agradeceu a deferência do conselho de administração da sociedade de manter a sua representada ao corrente da renúncia às funções, anteriormente desempenhadas, apresentada pelo Dr. Manuel João Meira Fernandes e, bem assim, da deliberada cooptação do Dr. Mário Dúlio de Oliveira Negrão para, em substituição daquele, exercer o cargo de presidente do conselho de administração da sociedade.

A representante da accionista única ratificou, nos termos do n.º 2 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, aquela cooptação.

Finalmente e relativamente ao ponto 5.º da ordem de trabalhos, a representante da accionista única deliberou proceder à designação dos membros dos diversos corpos e órgãos sociais para o quadriénio de 2004/2007, nos seguintes termos:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Manuel de Almeida Archer.

Vice-presidente: José Jesus Brilhante Dias.

Secretários:

João Manuel Pinto da Cruz Monteiro.

Ana Maria Lopes Marcarenhas Morgado.

Conselho de administração:

Presidente: Mário Dúlio de Oliveira Negrão.

Vogais:

Eduardo Augusto Pombo Martins.

Sérgio Manuel Alves Contreiras.

Conselho fiscal:

Presidente: Manuel Nunes de Barros.

Vogal: Carlos Teixeira & Noé Gomes, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Noé Gonçalves Gomes, revisor oficial de contas.

Vogal suplente: Carlos Manuel Duarte Teixeira, revisor oficial de contas.

Conselho consultivo:

Caixa-Central — Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C. R. L., representada por Maria Júlia de Almeida Rocha.

Comissão de remunerações:

Presidente: Nuno Bartolomeu Nunes Alves Cordeiro.

Vogais:

Manuel Valentim Correia Stichaner Lacasta de Jesus.

Paulo Jorge Gato Soares.

A representante da accionista única aproveitou a ocasião para informar todos os presentes de que as presentes designações são feitas sem prejuízo das deliberações anteriormente tomadas relativamente ao destino da sociedade, pelo que os membros do conselho de administração deverão ter em consideração a probabilidade do mandato ora em curso ser antecipadamente terminado em função da extinção, dissolução ou liquidação da sociedade e da consequente necessidade de estes administradores aceitarem os respectivos cargos com o simultâ-

neo encargo de virem a desempenhar, nos termos da Lei, a função de liquidatários da sociedade, mas renunciando antecipadamente a eventuais compensações por aquele termo antecipado do mandato.

Os membros eleitos dos órgãos sociais presentes declararam expressamente compreender a situação social e aceitar o cargo nos exactos termos ora exarados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente acta, que vai assinada pelo presidente e pelo secretário da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: (Assinaturas ilegíveis.) 2005457663

DB LEASING — SOCIEDADE DE LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA, S. A.

Relatório n.º 3-B/2007

Sede: Avenida da Liberdade, 144/156, 6.º, Lisboa

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 2318/910712; números e datas das inscrições: 37 Ap. 48/6 de Julho de 1994 e 8 Ap. 49/6 de Julho de 1994.

Ana Maria Figueiredo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifico para efeitos de publicação, que em 23 de Março de 1994 reuniu a assembleia geral da sociedade com a firma em epígrafe, tendo sido discutidos e aprovados por unanimidade os documentos relativos à prestação de contas do exercício de 1993, bem como a proposta da aplicação de resultados e que as cópias anexas são a reprodução integral de: balanço analítico, demonstração dos resultados líquidos e anexos, relatório da gestão, certificação legal das contas e o parecer do órgão de fiscalização.

Esta conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 2 de Agosto de 1994. — A Escriturária Superior, *Ana Maria Figueiredo*.

Relatório e contas de 1993

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente: Rui Manuel Leão Martinho.
Vogais:

Wolfgang Uwe Kaiser.
João Manuel do Carmo Salvador.
Rupert Anton Bucher.
José Luís Salgado Bandeira.

Conselho fiscal:

Presidente: Sikander Abdul Sattar.
Vogais:

Lourenço Gomes & João Augusto, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
Jean Eric Gaign.

Revisor oficial de contas suplente: Artur Armando Frederico Moreira.

Relatório do conselho de administração

1 — Conjuntura económica e evolução do sector

A evolução económica europeia e mundial durante o ano de 1993 veio a revelar-se menos positiva que as previsões feitas no final de 1992. O mesmo se verificou em Portugal, onde o crescimento do produto interno bruto e da formação bruta do capital fixo terá apresentado um valor nulo ou mesmo negativo, de acordo com a informação disponível.

Este menor crescimento económico, que provocou naturalmente o aumento do desemprego, permitiu também a continuação da baixa da taxa de inflação (de 8,9% em 1992 para 6,8% em 1993) e das taxas de juro (a TBA desceu de 15,1% no final de 1992 para 10,52% no final de 1993).

Estes factores tiveram naturalmente influência no desenvolvimento do sector da locação financeira mobiliária, tendo-se assistido, pela primeira vez em Portugal, a uma diminuição de 1,4% no valor total de novos contratos celebrados, que atingiu 268 milhões de contos. Esta redução no valor da produção só não foi mais acentuada devido ao valor anormalmente elevado da produção em Dezembro, motivada certamente pela mudança do regime fiscal.

Este facto aliado ao elevado número de empresas presentes no mercado continuou a provocar uma grande concorrência e o abaixamento das margens de intermediação.

Foi também em 1993 que começou a ser aplicado às empresas de *leasing* o novo regime geral das instituições de crédito, de que resultou nomeadamente a sujeição ao *ratio* de solvabilidade e o abandono dos anteriores *ratios* de endividamento total e a curto prazo.

2 — Evolução da situação interna

2.1 — Produção

A DB Leasing conseguiu manter ainda em 1993 o elevado ritmo de crescimento que apresentou em 1992. Foram celebrados 1047 novos contratos (+ 19%) num valor total de 5 806 000 contos (+ 35%).

A evolução da repartição por tipo de equipamento foi a seguinte:

(Em percentagem)		
	1992	1993
Material de carga e transporte	55	46
Equipamento electrónico	19	15
Equipamento industrial	15	26
Construção civil e obras públicas	11	13
<i>Total</i>	100	100

Conseguiu-se uma maior dispersão pelos diferentes tipos de equipamento, embora se continue a verificar o predomínio do material de carga e transporte, no qual se destacam os veículos ligeiros com mais de 70%.

Mantém-se o baixo nível de risco da carteira, com um saldo bruto da conta de clientes de 27 462 contos referentes a alguns clientes mais afectados pela degradação da situação económica geral. Em termos líquidos, descontadas as provisões constituídas de acordo com as normas do Banco de Portugal, o saldo da conta de clientes (14 758 contos) representa menos de 0,2% do valor líquido do imobilizado em locação financeira (7 453 246 contos).

2.2 — Recursos humanos

Apesar do aumento da produção e principalmente do aumento das tarefas ligadas à gestão dos contratos, o número de colaboradores da DB Leasing aumentou durante o ano de 1993 de 15 para 16 colaboradores, reforçando a área comercial.

Os reduzidos encargos de estrutura derivados desta situação tem permitido à empresa um acréscimo de competitividade, mantendo a reconhecida qualidade do serviço prestado.

2.3 — Recursos financeiros

O aumento do crédito concedido foi financiado com o recurso a empréstimos de outras instituições de crédito, nomeadamente junto do Deutsche Bank de Investimento.

Um destes empréstimos teve as características de empréstimo subordinado e permitiu continuar a respeitar o valor mínimo de fundos próprios.

Foi assim possível continuar a garantir uma adequada estrutura de capitais e um custo de financiamento que permitiu à empresa o estabelecimento de relações preferenciais com clientes de baixo risco.

3 — Resultados e proposta de aplicação

Em termos fiscais, a DB Leasing apresenta em 1993 um resultado bruto de 29 792 284\$40, a que corresponde um imposto a pagar de 11 890 541\$ e um resultado líquido de 17 901 743\$40.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, propomos à assembleia geral a seguinte aplicação:

Reserva legal — 1 791 000\$00;
Dividendos — nada a referir;
Resultados transitados — 16 110 743\$40.

4 — Perspectivas

A mudança do sistema de contabilização acompanhada da eliminação dos benefícios fiscais para os novos contratos, não veio certamente beneficiar a actividade das empresas de locação financeira. Tem-se a expectativa de que os diferentes intervenientes se ajustarão ao novo quadro regulamentar pelo que a DB Leasing espera não ver o seu natural desenvolvimento afectado.

Para o efeito, procurar-se-á estreitar o relacionamento comercial com fornecedores, de molde a garantir uma maior penetração nas PHES e articular cada vez mais a nossa acção com o Deutsche Bank de Investimento, por forma a cada vez mais marcarmos presença junto das grandes empresas.

5 — Notas finais

O sucesso já confirmado do lançamento da DB Leasing como empresa de locação financeira do Grupo Deutsche Bank só foi possível com o apoio e a colaboração de diversas entidades, das quais é justo salientar:

As instituições financeiras, os nossos clientes e fornecedores pela sua confiança e preferência;

Os accionistas pelo seu apoio e confiança;

Os colaboradores da empresa pelo seu elevado espírito profissional, dedicação e esforço;

O conselho fiscal e auditores independentes pela sua competente e criteriosa acção de acompanhamento e controlo;

As autoridades monetárias e financeiras pela sua eficaz supervisão.

Para todos os nossos agradecimentos e a certeza de que tudo faremos para continuar a merecer o seu apoio.

Em cumprimento das obrigações legais, declara-se que:

Não existem quaisquer dívidas em situação de atraso ao Sector Público Estatal, incluindo segurança social;

Não há acções próprias em carteira;

Após o termo de exercício, não ocorreram outros actos que mereçam relevância especial.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1993. — O Conselho de Administração:
Rui Manuel Leão Martinho, presidente — *Wolfgang Uwe Kaiser*, vogal — *João Manuel do Carmo Salvador*, vogal — *Rupert Anton Bucher*, vogal — *José Luís Salgado Bandeira*, vogal.

Balanço fiscal em 31 de Dezembro de 1993

ACTIVO

(Em milhares de euros)

Código das contas		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
10	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	120	—	120
12	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	107 476	—	107 476
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—
28	4 — Créditos sobre clientes	27 462	12 704	14 758
41-481	9 — Imobilizações incorpóreas	39 352	35 903	3 449
42+462/9-482	10 — Imobilizações corpóreas	60 563	32 334	28 229
	Imobilizado de serviço próprio	—	—	—
47	Imobilizado de locação financeira	10 507 653	3 026 596	7 481 057
470-4870	Imóveis de locação financeira	—	—	—
471-4871	Bens de equipamento de locação financeira	10 507 653	3 026 596	7 481 057
27	13 — Outros activos	207 995	—	207 995
27.0	Devedores	171 682	—	171 682
27.7-29	Clientes de locação financeira	36 313	—	36 313
27.9	Outras aplicações	—	—	—
51+55+58 (dev.)+59 (dev.)	15 — Contas de regularização	44 293	—	44 293
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—
	<i>Total do activo</i>	<i>10 994 914</i>	<i>3 107 537</i>	<i>7 887 377</i>

PASSIVO

Código das contas		1993
30+31	1 — Débitos para com instituições de crédito	6 435 831
3021	Recursos a muito curto prazo	1 004 592
30250	Recursos a curto prazo	—
30251	Recursos a médio e a longo prazos	4 985 000
36	4 — Outros passivos	235 737
3607	Fornecimento de imobilizações para locação financeira	175 845
3609	Outros fornecedores	—
369	Credores diversos	59 892
39	Outras exigibilidades	12 992
52+54+58 (cred.)+59(cred.)	5 — Contas de regularização	329 664
61	6 — Provisões para riscos e encargos	76 130
610	Provisões para riscos gerais de crédito	76 130
619	Provisões para riscos bancários gerais	—
60	8 — Passivos subordinados	20 000
62	9 — Capital subscrito	750 000
630+631+639	11 — Reservas	913
633	12 — Reservas de reavaliação	—
66	13 — Resultados transitados	8 208
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	17 902
	<i>Total do passivo</i>	<i>7 887 377</i>

O Conselho de Administração: *Rui Manuel Leão Martinho*, presidente — *Wolfgang Uwe Kaiser*, vogal — *João Manuel do Carmo Salvador*, vogal — *Rupert Anton Bucher*, vogal — *José Luís Salgado Bandeira*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1993

DÉBITOS

(Em milhares de escudos)

Código das contas		1993
A) Custos		
70	1 — Juros e custos equiparados	685 512
71	2 — Comissões	30 653
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	225 320
Dos quais:		
73	a) Custos com pessoal	86 897
730+731	(— salários e vencimentos)	68 184
732+733	(— encargos sociais)	16 638
Dos quais:		
73290/2	(— com pensões)	—
74	b) Outros gastos administrativos	136 423
78	5 — Amortizações do exercício	2 304 459
781	De imobilizações incorpóreas	13 119
782	De imobilizações corpóreas	13 323
787	De imobilizações de locação financeira	2 278 017
77	6 — Outros custos exploração	13 070
790+791+792+793+799	7 — Provisão para créditos vencidos e outros riscos	45 026
671	10 — Resultado da actividade corrente	34 034
68	11 — Perdas extraordinárias	15 905
76	Resultado líquido antes de impostos	29 793
69	13 — Impostos sobre lucros	11 891
	14 — Outros impostos	2 330
	15 — Lucro do exercício depois de impostos	17 902
Total		3 352 066

CRÉDITOS

Código das contas		1993
B) Proveitos		
80	1 — Juros e proveitos equiparados	28 516
Dos quais:		
80240/1+80250/1	(— de títulos de rendimento fixo)	—
81	2 — Rendimento de títulos	—
81–81400/1	a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—
61400	b) Rendimento de participações	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—
82	3 — Comissões	—
840/3+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—
87	Rendas de locação financeira	3 302 180
89	7 — Outros proveitos de exploração	7 378
672	8 — Resultado da actividade corrente	—
69	9 — Ganhos extraordinários	13 994
	11 — Prejuízo do exercício	—
Total		3 352 068

Mapa de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 1993

ORIGEM DE FUNDOS

(Em milhares de escudos)

	1993
Aumentos do passivo:	
Empréstimos financiamentos:	
Instituições de crédito	1 399 906
Obrigações de caixa	1 500 000
Empréstimo subordinado	20 000
	<u>2 919 906</u>
Outras origens:	
Outras exigibilidades	7 247
Contas internas de regularização	99 897
Credores	87 223
	<u>194 367</u>
Reduções do activo:	
Aplicações em instituições de crédito	380 000
Devedores	8 782
	<u>388 782</u>
Aumentos de situação líquida:	
Capital	—
Amortizações	2 304 460
Provisões	45 026
Resultado exercício (lucro)	17 902
	<u>2 367 388</u>
Total	5 870 443

APLICAÇÃO DE FUNDOS

	1993
Aumentos do activo:	
Disponibilidades:	
Caixa	95
Valores a cobrar	24 275
Depósitos à ordem	21 519
	<u>45 889</u>
Aplicações em valores realizáveis:	
Clientes	32 269
Imobilizações:	
Imobilizações de locação financeira	5 738 489
Equipamento	7 717
Imobilizações incorpóreas	—
	<u>5 746 206</u>
Outros activos:	
Devedores	—
Créditos e juros vencidos	24 671
Contas internas de regularização	21 408
	<u>46 079</u>
Total	5 870 443

O Conselho de Administração: Rui Manuel Leão Martinho, presidente — Wolfgang Uwe Kaiser, vogal — João Manuel do Carmo Salvador, vogal — Rupert Anton Bucher, vogal — José Luís Salgado Bandeira, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas às contas em 31 de Dezembro de 1993

1 — Nada a referir.

2 — Nada a referir.

3 — Critérios de avaliação e métodos de cálculo:

3.1 — Princípios contabilísticos:

As contas foram preparadas segundo as convenções do custo histórico e da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de consistência, prudência e especialização de exercícios e com a legislação aplicável, designadamente o Plano de Contas estabelecido especificamente para a actividade através de aviso do Banco de Portugal.

3.2 — Critérios valorimétricos:

3.2.1 — Imobilizado:

Imobilizado de locação financeira:

Os bens de equipamento de locação financeira foram reflectidos no balanço ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas, calculadas pelo método das quotas constantes, em função da vida dos contratos, tendo como limite, as taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Imobilizado incorpóreo:

As imobilizações incorpóreas, respeitam às despesas com a constituição da sociedade e despesas de estabelecimento, sendo amortizados segundo o método das quotas constantes anuais.

Imobilizado corpóreo:

As imobilizações corpóreas estão reflectidas no Balanço ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas, calculadas pelo método das quotas constantes anuais, às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais.

3.2.2 — *Rendas de locação financeira.* — As rendas de locação financeira são contabilizadas como proveitos do período a que respeitam.

3.2.3 — *Encargos com férias e subsidio de férias.* — Os valores correspondentes a férias, subsidio de férias e respectivos encargos sociais a pagar no exercício de 1994, são considerados custos do exercício findo.

3.2.4 — *Valores a cobrar.* — Os valores a cobrar correspondem a cheques de primeiras rendas de contratos celebrados em Dezembro de 1993, que apenas foram depositados no início de Janeiro de 1994.

3.2.5 — *Encargos financeiros.* — Foram considerados como custo do exercício, os encargos financeiros referentes a empréstimos obtidos, independentemente do momento da sua liquidação.

4 — Nada a referir.

5 — Nada a referir.

6 — Nada a referir.

7 — Nada a referir.

8 — Nada a referir.

9 — Nada a referir.

10 — Nada a referir.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Imobilizações incorpóreas e corpóreas				
	Saldo do exercício anterior		Aumentos	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)
Imobilizado de locação financeira	4 857 727 721\$00	837 141 900\$00	5 824 686 029\$80	—
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de estabelecimento	29 007 585\$00	19 336 456\$00	—	—
Software	204 705\$00	68 228\$00	—	—
Despesas em edifícios arrendados	10 140 000\$00	3 379 662\$00	—	—
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento	52 506 189\$00	19 010 525\$00	7 327 818\$00	—
Património artístico	340 040\$00	—	—	—
<i>Totais</i>	4 949 926 240\$00	878 936 771\$00	5 832 013 847\$80	—
	Tranfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)
				Valor líquido em 31 de Dezembro de 1993
Imobilizado de locação financeira	—	2 278 017 347\$00	—	86 197 406\$00
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de estabelecimento	—	9 671 129\$00	—	—
Software	—	68 228\$00	—	68 249\$50
Despesas em edifícios arrendados	—	3 379 662\$00	—	3 380 676\$00
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento	—	13 325 485\$00	—	27 497 997\$00
Património artístico	—	—	—	340 040\$00
<i>Totais</i>	—	2 304 461 851\$00	—	86 197 406\$00

12 — Nada a referir

13 — Nada a referir

14 — Montante dos créditos correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo e desdobradas em função da sua duração residual pelos seguintes prazos:

Rubrica 4:

Até três meses	639 182\$00
De três meses a seis meses	15 445 392\$00
De seis meses a um ano	—\$—
De um ano a dois anos	5 054 776\$00
Mais de dois anos	6 322 662\$00

15:

- a) Nada a referir.
b) Nada a referir.
c) Nada a referir.

16 — Nada a referir.

17 — Nada a referir.

18 — Montante dos débitos correspondentes às rubricas e sub-rubricas 1 alínea b), 2 alíneas a), b) e bb), e 3 alínea b) do passivo desdobradas em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos com instituições de crédito no País:

Até três meses	474 591 688\$00
De três meses a um ano	530 000 000\$00
De um ano a cinco anos	4 985 000 000\$00

Nos empréstimos de médio e longo prazo, está incluído:

Um empréstimo sindicado no valor de 1 500 000 000\$, emitido em Novembro de 1992 com prazo de três anos.

Um empréstimo obrigacionista DB Leasing/93, representado por 150 000 obrigações de caixa com valor nominal de 10 000\$, emitido em Maio de 1993 e com uma maturidade de três anos.

19 — Nada a referir.

20 — Nada a referir.

21 — Nada a referir.

22:

a) Nada a referir.

b) O saldo desta conta no valor de 20 000 000\$ representa um empréstimo de médio e longo prazo do Deutsche Bank de Investimento, S. A., com o objectivo de reforçar capitais próprios.

23 — Nada a referir.

24 — Nada a referir.

25 — Saldo das contas de provisões:

Estas provisões foram calculadas de acordo com o disposto nos avisos n.ºs 13/90 e 15/90 do Banco do Portugal, tendo o respectivo movimento no exercício sido o seguinte:

Para crédito vencido:

Saldo inicial	3 195 174\$00
Dotação	9 509 130\$00
Saldo final	12 704 304\$00

Para riscos gerais de crédito:

Saldo inicial	40 612 759\$00
Dotação	35 516 842\$00
Saldo final	76 129 601\$00

26 — Nada a referir.

27 — Saldos das seguintes contas:

Proveitos a receber	36 048 707\$00
Custos a pagar	133 634 407\$00
Receitas com proveitos diferidos	196 031 506\$00
Despesas com custos diferidos	8 244 739\$00

28:

- a) Nada a referir.
b) Nada a referir.
c) Nada a referir.

29 — Nada a referir.

30 — Nada a referir.

31:

Rubrica 13 do activo:

Devedores e outras aplicações:

Sector Público Estatal — IVA a recuperar	107 359 290\$00
Consórcios	33 512 415\$00
Devedores diversos	30 810 556\$00
Clientes	— 36 313 029\$00
	<u>207 995 290\$00</u>

Rubrica 4 do passivo:

Outros passivos:

O saldo desta rubrica é constituído pelos seguintes valores:

Fornecedores de imobilizações de locação financeira	175 845 226\$00
Credores diversos	38 607 578\$00
Adiantamento de clientes	— 21 283 986\$50
	<u>235 736 790\$50</u>

32 — Nada a referir.

33 — Nada a referir.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço:

Direcção comercial	7
Direcção administrativa/financeira	9

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

Não existem remunerações aos órgãos de administração.

Ao conselho fiscal (ROC) foram pagos em 1993 a quantia de 733 337\$.

Não existe qualquer compromisso contratado em matéria de pensões de reforma para os membros dos órgãos supracitados.

Não existem adiantamentos e créditos tomados por conta dessas pessoas a título de uma garantia de qualquer espécie.

36 — Nada a referir.

37 — O saldo da conta de empréstimos em moeda estrangeira representa o contravalor em 446 239 021\$, das seguintes moedas:

USD	629 503,74
DEM	1 864 704,14
XEU	494 075,95
FRF	1 910 241,00

38 — Nada a referir.

39 — Principais componentes das seguintes rubricas:

A) Custos:

Outros custos de exploração:

Quotizações	1 462 034\$50
Menos-valia realizada em locação financeira	1 087 675\$00
Outros	10 520 683\$20

Perdas extraordinárias:

Perdas cambiais	12 280 280\$50
Perdas relativas a exercícios anteriores	3 624 275\$00

B) Proveitos:

Outros proveitos de exploração:

Mais-valias realizadas em locação financeira	4 923 597\$00
Outros	2 454 285\$00

Ganhos extraordinários:

Ganhos cambiais	13 980 424\$10
Ganhos relativos a exercícios anteriores	14 013\$00

40 — O montante dos encargos imputados ao exercício relativos ao passivo subordinado foi de 394 520\$.

41 — Fiscalidade:

Carga fiscal em IRC:

IRC 93	11 890 541\$00
IRC pagamentos por conta	2 476 320\$00
IRC a pagar	9 414 221\$00

42 — Proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários:

Imposto sobre os lucros	11 890 541\$00
Resultados correntes — 39,91%	29 792 284\$40
Resultados extraordinários (16,06%)	(1 910 118\$40)

43 — Nada a referir.

44 — Nada a referir.

45 — Montante das operações de locação financeira com indicação das rubricas do balanço em que se encontram relevadas:

Imobilizado de locação financeira	10 507 653 250\$80
---	--------------------

Este valor encontra-se relevado na rubrica 10 do activo.

O Conselho de Administração: *Rui Manuel Leão Martinho*, presidente — *Wolfgang Uwe Kaiser*, vogal — *João Manuel do Carmo Salvador*, vogal — *Rupert Anton Bucher*, vogal — *José Luís Salgado Bandeira*, vogal. — A Técnica Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da DB Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1993, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo, documentos que evidenciam um total de balanço de 7 887 380 contos e um total de capital próprio de 773 023 contos, incluindo um resultado líquido de 17 902 contos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de

administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

4 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras contêm, ou não, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da DB Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., em 31 de Dezembro de 1993 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1994. — A. Mariquito, M Correia & E. Santo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Ilídio Manuel Ferreira do Espírito Santo*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1993 da DB Leasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária S. A.:

Relatório

1 — Ao longo do exercício, acompanhámos a gestão da sociedade tendo recebido da administração todas as provas e esclarecimentos solicitados.

2 — Procedemos aos exames e verificações considerados necessários ao cumprimento das nossas funções de fiscalização, não tendo tomado conhecimento da existência de quaisquer factos ou situações não conformes com o quadro legal vigente.

3 — Examinámos os documentos de prestação de contas que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1993, a demonstração de resultados do exercício findo naquela data, o anexo às contas e o relatório de gestão.

4 — Verificámos que os critérios de valorimetria adoptados estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aplicados no sector de actividade.

5 — Apreciámos a certificação legal de contas emitida pelo revisor oficial de contas, cujo conteúdo merece a nossa concordância.

Parecer

Atendendo ao exposto e tendo em conta a certificação legal de contas, somos de parecer que se encontram em condições de merecer a vossa aprovação:

a) Os documentos de prestação de contas acima referidos os quais, satisfazendo as disposições legais e estatutárias, reflectem a situação

económica e financeira da empresa;

b) A proposta da administração sobre a aplicação dos resultados.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1994. — O Conselho Fiscal: *Maria Helena Simões*, presidente — *Manuel Protásio*, vogal — A. Mariquito, M Correia & E. Santo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Ilídio Manuel Ferreira do Espírito Santo*, revisor oficial de contas. 3000220540

SOPETE — SOCIEDADE POVEIRA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S. A.

Relatório n.º 3-C/2007

Conservatória do Registo Comercial da Póvoa do Varzim. Matrícula n.º 144/681219; identificação de pessoa n.º 500273707; inscrição n.º 22; número e data da apresentação: 23/1 de Julho de 1994.

Certifico que, pela inscrição n.º 22, foi feito o registo de prestação de contas, referente à sociedade em epígrafe e ao ano de 1993, sendo a acta de aprovação de contas, o balanço analítico, a demonstração dos resultados líquidos e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, o relatório da direcção, a certificação legal das contas e o parecer do órgão de fiscalização.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Póvoa do Varzim, 5 de Julho de 1994. — O Primeiro-Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

Relatório e contas de 1993

Relatório da direcção

Dando cumprimento às disposições legais, vem o conselho de direcção submeter à vossa apreciação o relatório de gestão e as contas do exercício de 1993.

1 — Enquadramento macroeconómico

O enquadramento macroeconómico foi globalmente desfavorável ao desempenho da empresa. Com efeito, o ambiente recessivo a nível europeu levou a uma diminuição do consumo, nomeadamente no que diz respeito às despesas com viagens e ocupação dos tempos livres. Esta situação foi ainda agravada pela política de escudo forte, que provocou um encarecimento relativo do produto português. O escudo valorizou-se relativamente à peseta e à libra em Setembro de 1992; acompanhou a desvalorização da peseta em 6% em Novembro de 1992; e desvalorizou-se em 6,5% em Maio de 1993, quando a peseta foi desvalorizada em 8%.

Para além disso, a política de escudo forte, decorrente do objectivo de convergência nominal da economia portuguesa face à Comunidade Europeia, exigiu o reforço das taxas de juro, com evidentes repercussões ao nível da economia real.

Não surpreende, por isso, a queda do PIB em cerca de 2% no último ano (de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística), a par da subida da taxa de desemprego para 6,2%, e da descida da produção industrial em 5,7% (nos primeiros nove meses de 1993 em relação ao mesmo período do ano anterior). A descida das taxas de juro no segundo semestre não provocou ainda sinais visíveis de recuperação da economia, com as necessárias repercussões ao nível da procura interna e, por arrastamento, ao aumento do consumo do produto turístico.

2 — Principais ocorrências

Na assembleia geral ordinária de Março de 1993 foram eleitos os novos órgãos sociais para o quadriénio 1993-1996.

Tal como nos anos anteriores, a empresa promoveu e participou em iniciativas promocionais, com impacto a nível nacional, dos quais podemos destacar:

Festival Internacional de Música da Costa Verde;
Rallye Internacional Sopete;
Rallye de Portugal.

3 — Análise da exploração

Apesar do ambiente globalmente negativo em que se desenvolveu a actividade da empresa durante 1993, o volume de negócios cresceu 9,9% (superior, portanto, à taxa de inflação que se situou nos 6,5%). O volume de negócios atingiu 5883 milhares de contos.

Foi a seguinte, a evolução do volume de negócios, pelas diferentes áreas da empresa:

(Em milhares de contos)			
Área de negócios	1993	1992	Crescimento (percentagem)
Jogo	4 304	3 975	8,3
Hotelaria	1 081	1 116	- 3,1
Construção civil e outros	498	264	88,6
Total	5 883	5 355	9,9

A evolução do volume de negócios durante 1993 foi, portanto, positiva, o que foi reforçado pela evolução favorável das principais rubricas de custos.

Com efeito, a rubrica de encargos com pessoal sofreu uma redução de 47 milhares de contos (3%); a rubrica de fornecimento e serviços de terceiros foi diminuída em 13 milhares de contos (1%); e a rubrica de custo das mercadorias vendidas e consumidas foi diminuída em 107 milhares de contos (17%).

Os resultados antes de encargos financeiros, amortizações e provisões e impostos — *cash-flow* operacional —, foram, em 1993, de 939 milhares de contos, face aos 797 milhares de contos em 1992, o que corresponde a um significativo aumento de 18%.

As contrapartidas de jogo líquidas de investimentos dedutíveis, situaram-se em 1781 milhares de contos, em comparação com o valor de 1576 milhares de contos em 1992. Esta diferença resulta dum menor volume de investimentos durante o exercício. Note-se que mesmo que estes fossem defensáveis por serem dedutíveis às contrapartidas de jogo, não puderam ser concretizados porque a empresa saturou completamente a sua capacidade de endividamento. Além disso, o conselho de direcção achou indispensável enquadrar esses investimentos num plano estratégico coerente a médio prazo, a que deu já início.

Nos exercícios de 1990 a 1992 foram imobilizados os encargos financeiros resultantes do financiamento da concessão. Esta prática foi, porém, abandonada neste exercício. Os encargos financeiros, no montante de 1659 milhares de contos, devem ser comparados com 1705 milhares de contos em 1992 — 504 milhares de contos relevados nas contas e 1201 milhares de contos imobilizados.

O montante de provisões foi reforçado em 297 milhares de contos, para fazer face a riscos de cobrança, e para acautelar eventuais responsabilidades relativas a impostos sobre lucros na actividade «Bingos». Esta responsabilidade é, no entanto, muito discutível e está, presentemente, a ser objecto de análise jurídica.

As amortizações em 1993 são superiores em 110 milhares de contos às verificadas em 1992.

4 — Investimentos

Os investimentos realizados pela Sopete durante o exercício de 1993, ascenderam a 707 milhares de contos.

Dos investimentos realizados, destacam-se as reestruturações financeiras realizadas nas suas participadas, e que totalizam 186 milhares de contos.

Em termos de imobilizações corpóreas, destacam-se os investimentos nas obras da Estalagem de S. Félix e na primeira fase da remodelação das zonas públicas do Hotel Vermar.

5 — Situação financeira

A estrutura das contas da Sopete, evidencia a insuficiência de capitais próprios da empresa, que resultou do facto de o financiamento da nova concessão da zona de jogo ter sido feito, em grande parte, com o recurso a empréstimos bancários. Foi ainda necessário recorrer a endividamento adicional para cobrir novos investimentos e défices de exploração.

O ataque a este problema, já referido no relatório de 1992, é descrito no capítulo de perspectivas futuras.

6 — Mercado de capitais

As transacções da Sopete na Bolsa de Valores de Lisboa, revelaram um bom índice de frequência de transacções, o qual se reflectiu na movimentação, ao longo do exercício, de cerca de 16% do capital.

Evolução das cotações

(Em escudos)

	Última	Máxima	Mínima	Média
Portador	490	760	450	618
Nominativas	450	725	431	556

7 — Aplicações de resultados

Nos termos legais, informamos não existirem nesta data quaisquer débitos da empresa cujo pagamento esteja em mora, quer ao sector público estatal, quer à segurança social.

Em relação ao resultado do exercício, negativo no valor de 2 035 588 contos, propomos que o mesmo seja transferido para a conta resultados transitados.

8 — Perspectivas futuras

A actual situação financeira da Sopete — insuficiência de capitais próprios, custo elevado da dívida, maturidade do financiamento desajustada do perfil da vida útil dos activos corpóreos e incorpóreos — resulta num grave défice de *cash-flow*. Esta situação tem que ser corrigida de imediato para que a empresa possa contemplar perspectivas de um futuro estável e remunerador do capital accionista.

É nesse sentido que o conselho de direcção propõe um aumento dos capitais próprios da empresa, de 6250 milhares de contos para 12 500 milhares de contos, mediante uma primeira emissão de 3,5 milhões de acções preferenciais, remíveis a partir do ano 2002, e com direito a voto; seguida de uma segunda emissão de um milhão de acções nas mesmas condições; seguida, finalmente, de uma terceira emissão de 1 750 000 acções representativas de capital ordinário. O aumento de capital será acompanhado de uma reestruturação do endividamento da empresa, diminuindo-o por aplicação do aumento de capital, aumentado a sua maturidade, e diminuindo o seu custo. Este conjunto de medidas reestruturantes do passivo da Sopete permitirá que o *cash-flow* gerado passe a suportar confortavelmente o serviço da dívida, e faça frente aos investimentos necessários à dinamização da empresa.

Atendida a necessidade urgente de estancar a hemorragia financeira da empresa, a prioridade irá para a simplificação e refocagem dos negócios, que passarão a centrar-se no jogo e na hotelaria.

A Sopete trilhará, assim, o caminho da recuperação e do crescimento.

9 — Considerações finais

Por fim gostaríamos de emitir os nossos agradecimentos a todos quanto colaboraram com a empresa no ano de 1993, pelo estímulo, apoio e contributo recebidos, designadamente:

A todas as entidades oficiais, nomeadamente o Ministro do Comércio e Turismo, o secretário de Estado do Turismo, à Direcção-Geral de Turismo e à Inspeção Geral de Jogos (em particular ao inspector geral e ao sub-inspector geral);

Ao presidente da assembleia municipal da Póvoa de Varzim, e ao presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os vereadores; Às instituições financeiras e ao Fundo de Turismo;

À comunicação social;

À mesa da assembleia geral, e, em particular, ao seu presidente, Dr. Francisco Carlos Leite Dourado;

Ao conselho geral, em particular, ao seu presidente, Dr. Manuel Alves de Aguiar Quintas;

À sociedade de revisores oficiais de contas Espinha de Almeida e Lopes Vingá, em especial ao seu representante, Francisco Manuel Espinha de Almeida;

A todos os nossos estimados accionistas;

A todos os colaboradores que continuam a dar o seu esforço a favor do engrandecimento da nossa empresa.

Póvoa de Varzim, 28 de Março de 1994. — A Direcção: *Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis*, presidente — *António de Azevedo Duarte* — *Dionísio Pereira Vinagre* — *Fernando Silva de Moraes e Castro* — *José Luís Lima Trindade*.

Balanço em 31 de Dezembro de 1993**ACTIVO****(Em contos)**

	1993			1992
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	680 029	427 957	252 072	322 370
Propriedade industrial e outros direitos	10 582 944	1 536 099	9 046 845	9 514 728
Trespases	22 490	9 494	12 996	7 494
	<u>11 285 463</u>	<u>1 973 550</u>	<u>9 311 913</u>	<u>9 844 592</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	813 201	—	813 201	817 115
Edifícios e outras construções	5 680 521	1 509 031	4 171 490	4 029 892
Equipamento básico	953 929	570 836	383 093	333 502
Equipamento de transporte	80 828	51 321	29 507	16 303
Ferramentas e utensílios	2 405	2 144	261	274
Equipamento administrativo	36 513	18 872	17 641	173
Reversíveis para o Estado	1 612 532	845 649	766 883	887 276
Imobilizações em curso	112 776	—	112 776	198 704
Adiantamentos por conta de imobilizações	48 569	—	48 569	53 010
	<u>9 341 274</u>	<u>2 997 853</u>	<u>6 343 421</u>	<u>6 336 249</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	441 004	—	441 004	351 869
Partes de capital em empresas associadas	152 548	—	152 548	154 171
Títulos e outras aplicações financeiras	11 100	—	11 100	286 300
	<u>604 652</u>	<u>—</u>	<u>604 652</u>	<u>792 340</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	85 853	—	85 853	94 538
Produtos e trabalhos em curso	344 252	—	344 252	646 992
Produtos acabados e intermédios	159 771	—	159 771	70 541
Mercadorias	19 242	—	19 242	15 743
	<u>609 116</u>	<u>—</u>	<u>609 118</u>	<u>827 814</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	681 093	317 554	363 540	397 219
Clientes de cobrança duvidosa	50 921	50 921	—	—
Empresas do grupo	301 494	—	301 494	92 891
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	232
Estado e outros entes públicos	40 132	—	40 132	44 174
Outros devedores	46 185	—	46 185	222 055
	<u>1 119 825</u>	<u>368 475</u>	<u>751 350</u>	<u>756 571</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	472 536	—	472 536	18 398
Caixa	138 977	—	133 977	159 129
	<u>811 512</u>	<u>—</u>	<u>611 512</u>	<u>177 527</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Custos diferidos	3 595	—	3 595	6 311
<i>Total de amortizações</i>		<u>4 971 403</u>		<u>4 357 940</u>
<i>Total de provisões</i>		<u>368 475</u>		<u>80 055</u>
<i>Total de do activo</i>	<u>23 575 433</u>	<u>5 333 878</u>		<u>18 741 404</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	(Em contos)	
	1993	1992
Capital próprio:		
Capital	6 250 000	6 250 000
Acções próprias — valor nominal	— 107 578	— 107 578
Acções próprias — descontos e prémios	7 120	7 120
Prémios de emissão de acções	372 236	372 236
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 47 059	—
Reservas de reavaliação	651 279	1 175 283
Reservas:		
Reservas legais	222 200	222 200
Reservas contratuais	140 600	140 600
Outras reservas	779 994	779 994
Resultados transitados	— 124 165	—
<i>Subtotal</i>	<u>8 144 627</u>	<u>8 839 855</u>
Resultado líquido do exercício	— 2 035 588	— 628 697
<i>Total do capital próprio</i>	<u>6 109 040</u>	<u>8 211 158</u>
Passivo:		
Provisão para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	<u>28 030</u>	<u>68 011</u>
Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
Empréstimos bancários	587 416	1 653 391
Outros empréstimos obtidos	93 743	132 107
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	2 815 000	3 800 000
Fornecedores de imobilizado	<u>1 634 370</u>	<u>1 459 793</u>
	<u>5 130 529</u>	<u>7 045 291</u>
Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	4 281 718	1 096 107
Outros empréstimos obtidos	35 344	—
Adiantamentos por conta de vendas	80 852	231 707
Fornecedores, c/c	313 173	308 011
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	2 732	3 468
Empresas do grupo	22 950	25 950
Empresas associadas	25 000	—
Accionistas	12 591	13 513
Adiantamento de clientes	466	48
Fornecedores de imobilizado, c/c	158 886	109 876
Estado e outros entes públicos	1 014 530	602 646
Outros credores	<u>108 013</u>	<u>145 973</u>
	<u>6 056 255</u>	<u>2 537 299</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimo de custos	553 991	578 049
Proveitos diferidos	<u>357 717</u>	<u>301 596</u>
	<u>911 708</u>	<u>879 645</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>12 126 521</u>	<u>10 530 246</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>18 235 561</u>	<u>18 741 404</u>

A Direcção: Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis, presidente — António de Azevedo Duarte — Dionísio Pereira Vinagre — Fernando Silva de Moraes e Castro — José Luís Lima Trindade. — O Técnico Oficial de Contas, Joaquim António Magalhães César de Carvalho.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1993**CUSTOS E PERDAS**

(Em contos)

	1993		1992	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	75 503		84 310	
Matérias	453 970	530 473	552 372	637 182
Fornecimentos e serviços externos		903 638		915 314
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1 263 433		1 305 331	
Encargos sociais:				
Outros	375 207	1 638 640	380 260	1 685 591
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	973 086		863 197	
Provisões	132 680	1 105 766	84 293	947 490
Impostos	1 091 453		977 860	
Outros custos e perdas operacionais	851 794	1 943 246	732 691	1 710 551
(A)	6 121 763		5 896 128	
Perdas em empresas do grupo ou associadas	81 525		—	
Juros e custos similares:				
Outros	1 659 284	1 740 809	503 805	503 805
(C)		7 862 572		6 399 933
Custos e perdas extraordinárias		236 707		121 860
(E)		8 099 279		6 521 793
Imposto sobre o rendimento do exercício		134 900		47 214
(G)		8 234 179		6 569 007
Resultado líquido do exercício		— 2 035 588		— 628 697
		6 198 591		5 940 310

PROVEITOS E GANHOS

	1993		1992	
Vendas:				
Mercadorias	32 738		26 236	
Produtos	453 179		234 110	
Prestação de serviços	5 397 155	5 883 073	5 094 536	5 354 882
Variação da produção		— 213 511		14 560
Trabalhos para a própria empresa		194 872		296 340
Proveitos suplementares	44 301		34 328	
Subsídios à exploração	23 412		20 940	
Outros proveitos operacionais	22 768	90 482	24 456	79 724
(B)		5 954 915		5 745 506
Ganhos em empresas do grupo e associadas	30 198		—	
Rendimentos de participações de capital	21 702		12 648	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	17 063	68 963	30 139	42 787
(D)		6 023 879		5 788 293
Proveitos e ganhos extraordinários		174 713		152 017
(F)		6 198 591		5 940 310
Resultados operacionais: (B) – (A) =	— 166 848		— 150 622	
Resultados financeiros: (D – B) – (C – A) =	— 1 671 846		— 461 018	
Resultados correntes: (D) – (C) =	— 1 838 694		— 611 640	
Resultados antes de impostos: (F) – (E) =	— 1 900 688		— 581 483	
Resultado líquido do exercício: (F) – (G) =	— 2 035 588		— 628 697	

A Direcção: Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis, presidente — António de Azevedo Duarte — Dionísio Pereira Vinagre — Fernando Silva de Moraes e Castro — José Luís Lima Trindade. — O Técnico Oficial de Contas, Joaquim António Magalhães César de Carvalho.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1993

(Em contos)	
	1993
Actividades operacionais:	
Resultado líquido do exercício	— 2 035 588
Ajustamentos:	
Amortizações	967 610
Provisões	248 439
Resultados financeiros	1 673 201
Aumento das dívidas de terceiros	— 93 915
Aumento das existências	—
Diminuição das existências	218 697
Aumento das dívidas a terceiros	274 478
Diminuição dos proveitos diferidos	—
Aumento dos acréscimos de proveitos	—
Diminuição dos custos diferidos	2 716
Aumento dos acréscimos de custos	—
Ganhos na alienação de imobilizações	— 3 246
Perdas na alienação de imobilizações	4 507
Dívidas incobráveis	19 509
Abates de imobilizado	6 331
Subsídios à exploração	— 23 412
Correcções relativas a exercícios anteriores	— 3 488
<i>Fluxos das actividades operacionais [1]</i>	<i>1 255 837</i>
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	276 390
Imobilizações corpóreas	6 740
Imobilizações incorpóreas	—
Subsídios de investimento	70 861
Juros e proveitos similares	14 435
Dividendos	21 702
	390 129
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	186 899
Imobilizações corpóreas	353 873
Imobilizações incorpóreas	118 825
	659 597
<i>Fluxos das actividades de investimento [2]</i>	<i>— 269 468</i>
Actividades de financiamento:	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	2 495 973
Aumentos de capital	—
Subsídios e doações	—
Venda de acções próprias	—
Cobertura de prejuízos	—
	2 495 973
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	1 366 832
Empréstimos concedidos	211 603
Amortização de contratos de locação financeira	—
Juros e custos similares	1 463 574
Dividendos	922
Reduções de capital e prestações suplementares	—
Aquisição de acções próprias	—
	3 042 931
<i>Fluxos das actividades de financiamento [3]</i>	<i>— 546 959</i>
Variação de caixa e seus equivalentes	439 410
Efeito das diferenças de câmbio	— 5 425
Caixa e seus equivalentes no início do período	177 527
Caixa e seus equivalentes no fim do período	611 512

A Direcção: *Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis*, presidente — *António de Azevedo Duarte* — *Dionísio Pereira Vinagre* — *Fernando Silva de Moraes e Castro* — *José Luís Lima Trindade*. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim António Magalhães César de Carvalho*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1993

As notas que se seguem estão ordenadas em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 14 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística; os números omissos não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a análise dos fluxos de caixa.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

(Em contos)	
	1993
Numerário	138 977
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	22 536
Equivalentes a caixa:	
Caixa e seus equivalentes	450 000
Outras disponibilidades	—
Disponibilidades constantes do balanço	611 512

3 — Divulgação de informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

3.1 — À data de 31 de Dezembro de 1993 os créditos bancários concedidos e não sacados não atingiam montantes dignos de menção.

A Direcção: *Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis*, presidente — *António de Azevedo Duarte* — *Dionísio Pereira Vinagre* — *Fernando Silva de Moraes e Castro* — *José Luís Lima Trindade*. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim António Magalhães César de Carvalho*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1993

1 — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites consignados no Plano Oficial da Contabilidade com as seguintes excepções:

Da convenção dos custos históricos, derogada pelas sucessivas reavaliações legais efectuadas;

Da substancia sob a forma, relativamente a contabilização em imobilizado corpóreo de contratos de *leasing* financeiro antecipando a disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, explicitados no ponto n.º 15 deste anexo;

Da consistência e da comparabilidade, explicitados em 2.2 e 3 do presente anexo.

2 — Comparabilidade com o exercício anterior:

2.1 — Equivalência patrimonial:

Foi dada cumprimento à directriz n.º 9 da CNC, reconhecendo-se em ganhos a perdas do exercício, a proporção nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas.

2.2 — Suspensão da capitalização dos juros do contrato de concessão, conforme detalhe no ponto 3 do relatório da direcção.

3 — Critérios valorimétricos utilizados:

Imobilizações incorpóreas. — Despesas de instalação valorizadas a custo de aquisição. As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, amortizadas por um período de cinco anos.

Propriedade industrial e outros direitos valorizadas a custo de aquisição. Engloba também os encargos financeiros suportados até 1992 e relacionados com o contrato de concessão. O critério de amortização aplicado é o do método de quotas progressivas por um período de 20 anos.

Trespases valorizados a custos de aquisição e amortizados pelo método de quotas constantes por um período de cinco anos.

Imobilizações corpóreas. — Os bens registados ao custo histórico de aquisição ou produção tendo incluído as sucessivas reavaliações legais conforme nota n.º 12 deste anexo. As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas da legislação fiscal. Os bens reversíveis para o Estado, foram amortizados em conformidade com o período de duração do contrato de concessão da zona de jogo.

Investimentos financeiros. — Encontram-se registados ao custo de aquisição e com os ajustamentos derivados da directriz contabilística n.º 9.

Existências:

a) As existências encontram-se valorizadas aos custos de aquisição ou de produção, quando estes são inferiores ao custo de mercado. Adopta-se para o custeio das saídas os seguintes métodos:

Custo médio ponderado:

Mercadorias;
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

Fito:

Embalagens comerciais.

b) Produtos acabados e produtos e trabalhos em curso:

Valorizados a custos de produção.

c) Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo e embalagens:

Custo de aquisição.

Dívidas a terceiros em moeda estrangeira. — Procedemos aos ajustamentos contabilísticos dos saldos expressos em moeda estrangeira, utilizando-se o câmbio oficial de venda à data de 31 de Dezembro.

4 — Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa relativa a financiamentos externos:

Florins holandeses	91\$208
ECUS	197\$596
Marcos alemães	102\$054

7 — O número médio de pessoas ao serviço da empresa, no exercício, foi de 968 empregados, não havendo assalariados.

8 — Despesas de instalação — respeita a custos incorridos com estudos de especialistas em gestão estratégica e desenvolvimento das nossas áreas de negócios, sendo estimados os proveitos futuros superiores aos custos já incorridos.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

Activo bruto:

(Em contos)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Ajustamentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	11 276 365	108 825	—	—	— 10 705 161	680 029
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	42 226	—	10 540 718	10 582 944
Trespases	12 490	10 000	—	—	—	22 490
	<u>11 288 855</u>		<u>42 226</u>		<u>— 164 443</u>	<u>11 285 463</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	817 115	—	—	—	3 913	813 202
Edifícios e outras construções	5 287 568	398 593	—	—	5 640	5 680 521
Equipamento básico	929 088	104 717	—	3 083	76 794	953 928
Equipamento de transporte	68 140	22 598	—	—	7 910	80 828
Ferramentas e utensílios	2 288	117	—	—	—	2 405
Equipamento administrativo	19 688	17 179	—	—	354	36 513
Reversíveis para o Estado	1 876 325	20 595	—	—	284 388	1 612 532
Imobilizações em curso	198 705	225 171	—	—	311 100	112 778
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	53 009	—	—	—	4 440	48 569
	<u>9 249 926</u>	<u>788 970</u>	<u>—</u>	<u>3 083</u>	<u>694 539</u>	<u>9 341 274</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas grupo	351 069	184 484	— 95 349	—	—	441 004
Partes de capital em empresas associadas	154 171	1 414	— 3 037	—	—	152 548
Titulos e outras aplicações financeiras	286 300	1 000	—	276 200	—	11 100
	<u>792 340</u>	<u>186 898</u>	<u>— 98 386</u>	<u>276 200</u>	<u>—</u>	<u>604 652</u>

Movimentos ocorridos nas amortizações do activo imobilizado:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 439 267	134 500	— 1 145 810	427 957
Propriedade industrial e outros direitos	—	399 287	1 136 812	1 536 099
Trespases	4 996	4 498	—	9 494
	<u>1 444 263</u>	<u>538 285</u>	<u>— 8 998</u>	<u>1 973 550</u>
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	1 257 676	251 355	—	1 509 031
Equipamento básico	595 586	46 604	— 71 354	570 636
Equipamento de transporte	49 837	9 394	— 7 910	51 321
Ferramentas e utensílios	2 014	130	—	2 144
Equipamento administrativo	19 515	351	— 994	16 872
Reversíveis ao Estado	989 049	126 967	— 270 367	845 649
	<u>2 913 677</u>	<u>434 801</u>	<u>— 350 625</u>	<u>2 997 853</u>

12 — Legislação que regula a reavaliação das imobilizações:

Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
Decreto-Lei n.º 399G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 18-B/86, de 27 de Maio;
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;

Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13 — Quadro discriminativo das reavaliações:

(Em contos)

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	302 540	198 161	500 701
Edifícios e outras construções	1 457 715	999 586	2 457 301
	1 760 255	1 197 747	2 958 002

14:

a) Imobilizações corpóreas (incluindo reversíveis) e em curso afectas a cada uma das actividades da empresa (em contos):

Área jogo	1 800 242
Área hotelaria e turismo	6 684 713
Área construção civil	221 617
Outras	438 254

b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia 196 450

Total 9 341 276

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas
Casino equipamentos — conta 451	74 152	29 661
Sede equipamentos — conta 423	8 809	4 405
Hotelaria:		
Terrenos e edificios — contas 421 e 422	1 250 000	93 750
Equipamentos — conta 423	23 748	8 874
Equipamentos — conta 62219	2 900	—
<i>Total</i>	1 359 607	136 690

16 — Firmas e sedes das empresas do grupo e associadas:

Firma	Valor de quotas	Número de acções	Valor nominal	Valor de balanço	Porcentagem
Empresas interligadas:					
Empresas do Grupo:					
Sepote — Sociedade Mediadora de Seguros, L. ^{da}	980	—	—	1 673	98,00
Sopete Hotéis — Sociedade Poveira de Actividades Turísticas e Hoteleiras, L. ^{da}	4 980	—	—	5 195	99,60
Sopete Golf — Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S. A.	—	298 666	1	376 920	66,37
Cine Teatro Olímpia, L. ^{da}	1 000	—	—	45 928	70,83
Imofiveste, L. ^{da}	5 000	—	—	1 229	100,00
Edipóvoa, S. A.	—	5 000	1	5 000	100,00
Sinta André, S. A.	—	5 000	1	5 000	100,00
Tenispóvoa, L. ^{da}	—	—	—	20	4,00
Larcomorte, L. ^{da}	—	—	—	20	4,00
Carpesal, L. ^{da}	—	—	—	20	4,00
	—	—	—	441 005	—
Empresas associadas:					
Hotéis do Bom Jesus, S. A.	—	155 585	155 585	152 548	34,57

23 — Dívidas de cobrança duvidosa: 368 475 contos, incluídos na conta de clientes.

25 — Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal (em contos):

Adiantamentos ao pessoal	498
Remunerações a pagar	1 015

28 — Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

29 — Dívidas a terceiros a mais de cinco anos (em contos):

Fornecedores de imobilizado conta corrente	1 628 570
--	-----------

30 — Imobilizações corpóreas oneradas por hipoteca:

Imobilizações: terrenos e edifícios;
Garantia real: hipoteca;
Valor: 565 236 contos.

32 — Responsabilidades por garantias: 718 464 contos.

34 — Desdobramento da conta de provisões:

(Em contos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Transfe- rências	Redução	Saldo final
Provisões cobranças duvidosas:					
Dívidas com clientes	80 055	281 927	26 041	19 548	368 475
Provisões para riscos e encargos:					
Para outros fiscos e encargos	68 011	15 051	— 26 041	28 991	28 030
	148 066	296 978	—	48 539	396 305

36 — Número de acções em que se divide o capital:

Acções nominativas — 3 798 086 — valor nominal: 1000\$/cada;
Acções ao portador — 2 451 914 — valor nominal: 1000\$/cada.

40 — Movimentos nas restantes contas de capitais próprios:

Contas	Saldo inicial	Varição no exercício	Saldo final
Capital	6 250 000	—	6 250 000
Acções próprias	— 100 458	—	— 100 458
Premio de emissão	372 236	—	372 236
Ajustamento de partes de capital e filiais associadas	—	— 47 059	— 47 059
Reservas de reavaliação	1 175 283	— 524 004	651 279
Reservas legais	222 200	—	222 200
Reservas contratuais	140 600	—	140 600
Outras reservas	779 994	—	779 994
Resultados transitados	—	— 124 165	— 124 165
Resultado líquido do exercício	— 628 694	— 1 406 894	— 2 035 588

A variação em reservas de reavaliação resulta da utilização para cobertura de parte do resultado líquido do exercício de 1992.

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias- primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	15 743	94 538
Compras	80 002	445 285
Exigências finais	19 242	85 853
Custos no exercício	76 503	453 970

42 — Demonstração da variação da produção:

Movimentos	Produtos acabados	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	159 771	344 252
Existências iniciais	70 541	646 992
Aumento/redução no exercício	89 230	— 302 740

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais (em contos):

Assembleia geral	160
Conselho geral	10 620
Direcção	43 921
Revisor oficial contas	1 750

44 — Repartição das vendas e prestações de serviços:

Vendas:

Área de jogo	29 359
Área de hotelaria e turismo	3 380
Área de construção civil	453 179
<i>Total</i>	<u>485 918</u>

Prestações de serviços:

Área de jogo	4 274 621
Área de hotelaria e turismo	1 077 747
Área de construção civil	22 164
Outras	22 623
<i>Total</i>	<u>5 397 155</u>

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1993	1992
681 — Juros suportados	1 639 663	489 268
682 — Perdas em empresas do Grupo e associadas	73 09	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	6 695	2 580
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	4	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	12 923	11 957
Resultado financeiro	<u>— 1 663 413</u>	<u>— 461 018</u>
	68 962	42 787

PROVEITOS E GANHOS

	1993	1992
781 — Juros obtidos	14 435	18 537
782 — Ganhos em empresas do Grupo e associadas	30 198	—
784 — Rendimento de participação de capital	21 702	12 648
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	1 269	2 800
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	1 266	5 406
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	92	3 396
	<u>68 962</u>	<u>42 787</u>

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1993	1992
691 — Donativos	352	378
692 — Dívidas incobráveis	19 508	57
693 — Perdas em existências	17	30
694 — Perdas em imobilizações	10 838	7 252
695 — Multas e penalidades	662	1 517
696 — Aumento de amortizações/provisões	164 298	69 130
697 — Correções de exercícios anteriores	40 450	43 140
698 — Outros custos e perdas extraordinárias	579	356
Resultados extraordinários	<u>— 61 992</u>	<u>30 157</u>
	174 712	152 017

PROVEITOS E GANHOS

	1993	1992
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	281	238
793 — Ganhos em existências	—	17
794 — Ganhos em imobilizações	3 246	165
795 — Benefícios de penalidades contratuais	—	—
796 — Redução de amortizações/provisões	54 016	183
797 — Correções de exercícios anteriores	43 938	95 199
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>73 231</u>	<u>56 215</u>
	174 712	152 017

47 — Concessões exploradas pela empresa:

Exploração dos jogos de fortuna ou azar na zona de fogo permanente da Póvoa de Varzim de acordo com a publicação no *Diário da República* n.º 37, 3.ª Série, de 14 de Fevereiro de 1989.

A Direcção: *Joaquim Ferreira Guimarães dos Reis*, presidente — *António de Azevedo Duarte* — *Dionísio Pereira Vinagre* — *Fernando Silva de Moraes e Castro* — *José Luís Lima Trindade*. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim António Magalhães César de Carvalho*.

Certificação legal das contas

1 — *Objecto*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Sopete — Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1993, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, documentos que evidenciam um total de balanço de 18 235 561 contos e um total de capital próprio de 6 109 040 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 2 035 588 contos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da direcção a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contém, ou contém, distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade da empresa;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

6 — *Reservas*. — As provisões para critérios de cobrança duvidosa são consideradas insuficientes em valores da ordem dos 81 945 contos

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação referida no ponto 6, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sopete — Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S. A., em 31 de Dezembro de 1993 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

8 — *Ênfases*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, entendemos ser de salientar os seguintes aspectos:

8.1 — A empresa alterou no exercício o critério de contabilização dos encargos financeiros relacionados com financiamentos contraídos por força da adjudicação do contrato de concessão do jogo, que vinha immobilizando e amortizando tendo em conta o período da concessão, passando a considerar tais encargos como custo total do exercício. O princípio da consistência e a comparabilidade relativamente ao exercício anterior mostram-se assim alterados. Os efeitos desta alteração vão quantificados no ponto 3.º do relatório da direcção, merecendo-nos concordância o procedimento seguido;

8.2 — A área dos bingos que a sociedade explora fora do casino é considerada pela DGCI como passível de tributação em IRC, enten-

dimento que a empresa tem contestado e que aguarda decisão definitiva.

Na observância do princípio da prudência, as contas de exploração têm considerando ao longo dos últimos anos o IRC daí emergente, o qual se mostra relevado no balanço na conta de Estado e outros entes públicos, atingindo um montante de 305 351 contos. A base de cálculo deste imposto, em nossa opinião, tem sido excessiva uma vez que tem atendido apenas aos objectivos específicos da aplicação de valores consignados nos contratos de concessão do jogo bingo, óptica distinta dos princípios que informam o IRC. Em nossa opinião, o imposto processado mostra-se excessivamente dotado em valores da ordem dos 60 000 contos;

8.3 — Os investimentos financeiros evidenciados no balanço englobam um montante de 156 100 contos como partes de capital em empresas do Grupo, cuja formalização ocorreu somente em 1994, privilegiando assim o princípio da substância sobre a forma. O princípio seguido não tem reflexos na demonstração dos resultados do exercício;

8.4 — A empresa observa no cálculo das amortizações do exercício, critérios distintos a saber:

Bens reversíveis — taxas que contemplam a vida útil definida pelo período do contrato da concessão;

Bens não reversíveis — taxas definidas na Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto e Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro;

Imobilizado incorpóreo afecto à concessão — taxas progressivas, crescentes 5% ao ano, considerando o prazo do respectivo contrato. Se tivesse sido aplicado o critério das quotas constantes teria provocado no exercício um acréscimo de amortizações de 129 860 contos. Tal critério vem sendo uniformemente seguido pela Empresa desde o início do contrato da concessão.

8.5 — A empresa, na base de estudos técnicos levados a efeito, tem em marcha todo um programa de reestruturação financeira e de especialização da exploração das diversas áreas patrimoniais que visa atingir metas de rentabilidade que assegurem a sua viabilidade.

Porto, 30 de Março de 1994. — Espinha de Almeida e Lopes Vinga, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Francisco Manuel Espinha de Almeida*, revisor oficial de contas.

Relatório do auditor

Cumprindo as disposições legais nomeadamente o que se encontra estabelecido nos artigos 452.º e 454.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 422-A/93, de 30 de Dezembro, vimos apresentar a VV.Ex.ªs o relatório anual sobre a fiscalização levada a efeito no decurso do ano de 1993 e a nossa apreciação sobre o relatório e contas apresentadas pela direcção da Sopete — Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S. A.

1 — O funcionamento e evolução da sociedade foi por nós acompanhada com regularidade, quer através da análise dos elementos estatísticos contabilísticos que testamos numa extensão julgada conveniente, quer pelos contactos com os serviços, quer ainda pela assistência a reuniões do conselho geral.

2 — Das análises levadas a efeito fizemos com oportunidade as apreciações e recomendações julgadas pertinentes.

3 — Consideramos que as contas apresentadas foram preparadas com observância dos princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfazem as exigências que se encontram estabelecidas sobre a matéria em Portugal, nomeadamente as que se referem a sociedades cotadas no mercado dos valores mobiliários.

4 — A empresa alterou no exercício os procedimentos contabilísticos para os encargos financeiros suportados por força de financiamentos contraídos no antecedente, para satisfação de obrigações decorrentes da adjudicação do contrato de concessão.

Com esta alteração a direcção da sociedade procurou dar maior realismo à sua conta de exploração, cessando assim um procedimento que vinha merecendo ênfase nas certificações legais de contas de exercícios antecedentes. A comparabilidade das contas na área financeira deve, por tal motivo, ser ajustada tendo em atenção este facto.

5 — Apreciamos o relatório da direcção e as contas apresentadas. Entendemos que tais documentos são suficientemente esclarecedores sobre a forma como a empresa evoluiu. Para a insuficiência de capitais próprios que a sociedade demonstra tem a direcção em curso de

implementação, todo um conjunto de medidas que visam a sua continuidade e o atingir metas de rendibilidade consideradas necessárias.

6 — Em consequência do exame por nós efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 30 de Março de 1994, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Porto, 30 de Março de 1994. — O Auditor: Espinha de Almeida e Lopes Vinga, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Francisco Manuel Espinha de Almeida*, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho geral

De acordo com as disposições legais e estatutárias temos acompanhado a actividade da Empresa, quer através das reuniões do conselho geral, quer através da comissão de fiscalização integrada neste conselho.

Acompanhamos assim mês a mês os esforços da administração para fazer a montagem duma engenharia financeira que permitisse resolver os problemas da empresa.

O facto do governo, ao contrário do que sucedeu com outro concessionário, não ter permitido a prorrogação do pagamento das prestações referentes ao contrato de concessão da zona de jogo da Póvoa, criou à empresa a necessidade premente de constituir um forte endividamento, para fazer face às obrigações assumidas.

A subida em flecha das taxas de juro para valores verdadeiramente incomportáveis nos últimos três anos, por força de uma política macroeconómica adoptada pelo governo e não justificada, nem contemplada nos nossos estudos anteriores, agravou mais ainda a situação financeira da empresa.

Com efeito, os lucros gerados já não suportavam os juros elevados que tínhamos que pagar pelo endividamento constituído.

Daí o trabalho ciclópico que a direcção teve que fazer para, rodeando-se de bons consultores, apresentar um plano de saneamento financeiro que levou a que, na última assembleia, se aprovasse um aumento de capital de 6 250 000 000\$ para 12 500 000 000\$ com a emissão de 3 500 000 acções preferenciais, no valor nominal de 1000\$ cada uma, e ainda a emissão de 1 000 000 novas acções da mesma categoria e valor e 1 750 000 contos de acções ordinárias.

Deliberou-se também que esse aumento de capital seja feito quando a direcção, com o parecer favorável do conselho geral, entender conveniente.

O restante passivo será coberto por emissão de obrigações, nos termos condições a acordar com a direcção.

Começou, pois, para a Sopete uma nova era, ao estabelecer-se o equilíbrio financeiro que lhe permitirá no futuro desenvolver os negócios, realizando os investimentos que se venham a tornar necessários.

Durante o exercício foi sentida nitidamente a recessão económica, sobretudo no sector da hotelaria, onde a crise mundial e do País teve um maior reflexo, o que provocou uma diminuição de receitas nesse sector.

Apesar de tudo, conforme diz o relatório da direcção, houve um significativo aumento de *cash-flow*.

A direcção aproveitou a ocasião para, além do saneamento financeiro, fazer uma alteração à estrutura do balanço, acabando com a imobilização de encargos financeiros decorrentes do financiamento da concessão, apresentando-se agora o balanço com valores totalmente reais, pois foram também criadas provisões que permitirão a cobertura dos créditos duvidosos e outros encargos.

O conselho geral acompanhou assim toda esta actividade da direcção, tendo verificado os investimentos realizados praticamente destinados a obras necessárias, dado o esforço feito nos anos anteriores.

É pois de esperar que, agora, liberta das suas preocupações financeiras, a direcção venha a ocupar-se das várias áreas de negócios da empresa, de forma a tirar delas o máximo rendimento.

Por toda a actividade realizada no exercício, merece, pois, a direcção o maior apreço, e aqui queremos deixar registado um voto de louvor a todos os directores, mas em especial ao seu presidente, Eng. Joaquim Reis.

Por toda a actividade realizada no exercício, merece, pois, a direcção o maior apreço, e aqui queremos deixar registado um voto de louvor a todos os directores, mas em especial ao seu presidente, Eng. Joaquim Reis.

Resta-nos, a terminar, apoiarmos alguns dos votos de louvor propostos pela direcção e declarar aos accionistas que aprovamos as contas apresentadas pela direcção, bem como a aplicação de resultados proposta pela mesma, e que a seguir transcrevemos:

Proposta de aplicação de resultados:

Depois de submetida à consideração do conselho geral, para aplicação dos resultados apurados no exercício, negativos no montante

de 2 035 587 878\$80, apresenta-se aos accionistas a seguinte proposta:

Em relação ao resultado do exercício, negativo no valor de 2 035 587 878\$80, propomos que o mesmo seja transferido para a conta de resultados transitados.

Póvoa de Varzim, 30 de Março de 1994. — O Conselho Geral: *Manuel Alves de Aguiar Quintas*, presidente — *Nelson Alves de Aguiar Quintas*, vice-presidente — *João Manuel Oliveira Rendeiro* — Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, representado por *Manuel Marinho Barbosa* — Banco Totta & Açores, representado por *Manuel António Pereira Botelho* — Banco Português do Atlântico, representado por *Fernando Soares da Silva* — Banco Fomento Exterior, representado por *Carlos Alberto Oliveira Pereira* — Cabelte — Cabos Eléctricos e Telefónicos, S. A., representada por *Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira* — *Ilídio Joaquim Nunes de Oliveira* — *Alberto Brandão de Campos Matos* — *Simão Andrade Tavares*.

Acta da assembleia geral

Certifico, narrativamente, que a folhas 1 verso e seguintes do livro de actas das reuniões da assembleia geral de accionistas da sociedade anónima Sopete — Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S. A., com sede no Largo do Passeio Alegre, nesta cidade da Póvoa de Varzim, com o capital social de 6 250 000 000\$, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, sob o n.º 144/681219 e titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 500273707, se encontra exarada a acta da assembleia geral ordinária realizada em 6 de Maio do corrente ano.

Mais certifico que a referida assembleia geral foi legalmente convocada, tendo o presidente da mesa confirmado o cumprimento de todos os preceitos legais, estando presentes e representados accionistas correspondentes a 35,06% de votos quórum superior à percentagem imposta pelos estatutos da mesma sociedade.

Da respectiva convocatória constava:

- 1.º Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício do ano de 1993;
- 2.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 3.º Discutir e deliberar sobre a aquisição e alienação pela sociedade de acções próprias;
- 4.º Proceder à eleição anual do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas.

Mais certifico que a folhas 5 de contas:

Proposta de aplicação de resultados.

Depois de submetida à consideração do conselho geral, para aplicação dos resultados apurados no exercício, negativos no montante de 2 035 587 878\$80 apresenta-se aos accionistas a seguinte proposta:

Em relação ao resultado do exercício, negativo no valor de 2 035 587 078\$80, propomos que o mesmo seja transferido para a conta de resultados transitados.

Póvoa de Varzim, 30 de Março de 1994. — *A Direcção*.

Posta de imediato à votação, conduzida pelo presidente da mesa nos seguintes termos:

Os accionistas que aprovarem esta proposta farão o favor de se manter sentados:

Os que não aprovarem, farão o favor de levantar o braço.

Abstenções?

E não tendo sido registada qualquer reacção contra, nem qualquer abstenção, o Dr. José Ferreira Trovão, presidente da mesa, desta assembleia geral, declarou aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes e representados, a primeira proposta da direcção, correspondente ao ponto 1.º da ordem do dia.

Está conforme o original, na parte transcrita e certificada, nada havendo na parte omitida em contrário ou além do que se narra ou transcreve.

Secretaria Notarial da Póvoa de Varzim, 3 de Junho de 1994. — O Ajudante Principal, (*Assinatura ilegível*). 3000220725

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
